



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CÂMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA AMBIENTAL**

TATIANE DOS SANTOS

**CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO NO COREDE MÉDIO ALTO
URUGUAI, RS**

ERECHIM

2021

TATIANE DOS SANTOS

**CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO NO COREDE MÉDIO ALTO
URUGUAI, RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental, da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental.

Orientador: Dr. Valdecir José Zonin

ERECHIM

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Santos, Tatiane dos
Contribuições da Extensão Rural para o
Desenvolvimento Rural Sustentável: Um estudo de caso no
COREDE Médio Alto Uruguai,RS / Tatiane dos Santos. --
2021.

123 f.:il.

Orientador: Doutor Valdecir José Zonin

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência e
Tecnologia Ambiental, Erechim, RS, 2021.

1. Extensão Rural. 2. Desenvolvimento Rural
Sustentável. 3. Agricultura Familiar. 4. Assistência
Técnica. I. Zonin, Valdecir José, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO NO COREDE MÉDIO ALTO
URUGUAI, RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental.

Esta dissertação de mestrado foi defendida e aprovada pela banca em 29 de Janeiro de 2021

BANCA EXAMINADORA



Profº Drº Valdecir José Zonin

Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Erechim - PPGCTA



Profº Drº Altemir Mossi

Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Erechim - PPGCTA



Profº Drº Gelson Pelegrini

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- URI *Campus* Frederico
Westphalen



Profº Drº Wilson João Zonin

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Dedico especialmente aos meus pais João Maria e Clenir, irmão João Paulo, noivo Clério e minha avó Florisbela (*in memória*).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pelo dom da vida, e por ter permitido que tantas coisas boas tenham acontecido em minha vida. A minha família por todo amor, carinho, apoio, compreensão e incentivo.

Ao meu orientador professor Valdecir José Zonin, pela oportunidade, atenção, conhecimentos transmitidos e por sempre estar presente para nortear minhas dúvidas e questionamentos.

À Universidade Federal da Fronteira Sul pela oportunidade de cursar o PPG em Ciência e Tecnologia Ambiental em uma universidade pública e de qualidade. Aos professores que ministraram as disciplinas, aos colegas de mestrado que justos dividimos muitos momentos.

Aos professores da banca da qualificação e defesa pelas contribuições e pela discussão. As colegas do grupo de pesquisa em especial a Cheila que foi minha companheira nessa caminhada.

Aos colegas de trabalho da Emater/RS-Ascar pelo apoio na coleta de dados, a gerência pelo consentimento e envolvimento na pesquisa.

Aos agricultores familiares, *experts*, sindicato dos trabalhadores rurais, secretarias de agricultura e pesquisadores em extensão rural pela recepção e por se disponibilizarem a fazer parte da pesquisa.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação o meu Muito Obrigado

RESUMO

A perda da biodiversidade, a descaracterização dos espaços naturais e as mudanças climáticas são exemplos das questões que fazem a preocupação com a promoção do desenvolvimento sustentável aflorar. Uma das atividades que está diretamente relacionada com o consumo de recursos naturais é a agricultura, nesse sentido a busca por alternativas que minimizem esse impacto é emergente. A busca por alternativas mais sustentáveis de desenvolvimento é uma realidade no meio rural, mesmo que de forma mais pontual, a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, muito contribuiu para o difusionismo de técnicas e inovações. Somente a partir da criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, que os objetivos da ATER se voltaram para a Sustentabilidade. A extensão rural no Brasil assume historicamente um caráter público e gratuito, tendo sua origem relacionada ao processo de industrialização da agricultura com a intensificação das atividades produtivas. Uma contraposição e diferenciação entre a ATER é abordada, compreendendo a Assistência Técnica como ferramenta pontual relacionada a um problema específico, principalmente de produção, já a extensão rural assume um caráter amplo, com bases na teoria da complexidade e um viés pedagógico de educação não formal. A presente pesquisa possui o objetivo de analisar e descrever as principais potencialidades e limitações da ATER na Região Médio Alto Uruguai, no que tange à promoção do desenvolvimento rural sustentável. O presente estudo de caso foi desenvolvido através de pesquisa explanatória e exploratória na região do CODEMAU-COREDE Médio Alto Uruguai, que é composto por 22 municípios e aproximadamente 15.336 estabelecimentos rurais. Foram entrevistadas 207 famílias dos 22 municípios e dez *experts* em extensão rural, após a coleta dos dados através das entrevistas, os dados foram sistematizados com o auxílio de programas computacionais como Excel e o Bioestat 5.3. Os resultados apontam que 90,8% das famílias entrevistadas percebem a agricultura como uma opção viável, 98,5% acreditam que a extensão rural é uma ferramenta importante, na promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Infere-se que a extensão rural desenvolvida por instituições oficiais do Estado (Emater/RS-Ascar), na Região Médio Alto Uruguai, tem atuação e capilaridade bem expressiva, pois 91,3% dos agricultores (as) entrevistados (as) consideram ser a Emater-RS/Ascar a instituição que desenvolve a ATER na região. Porém os dados apontam que o termo ATER, para os agricultores, pode estar relacionado com vários serviços, assumindo o caráter educativo da extensão rural e o caráter técnico e produtivo da assistência técnica. É possível constatar-se aqui, que há necessidade de dialogar melhor esta temática entre as instituições e os(as) agricultores(as), em razão da falta de clareza entre os termos, expressado por parte dos entrevistados(as) e a mesmo tempo em função da admissão de que há diferenças, as quais mereceriam ser melhor entendidas. Na região estudada, há uma tendência clara da segmentação e diferenciação na forma de prestação de serviços de ATER, reservando-se à iniciativa privada, a intensificação da prestação de Assistência Técnica focal e à Emater-RS/Ascar, as ações mais intensivas de desenvolvimento da Extensão Rural em si. Assim conclui-se que o fortalecimento das instituições que prestam ATER pública é fundamental para a promoção do desenvolvimento rural sustentável na região e especialmente da agricultura familiar público prioritário dos serviços de ATER na região.

Palavras-chaves: Extensão Rural. Desenvolvimento Rural Sustentável. Assistência Técnica.

ABSTRAT

The loss of the biodiversity, the modification of the natural spaces and the climatic changes are examples of the reflections that make the concern with the promotion of the sustainable development flourish. One of the activities that is directly related to the consumption of natural resources is the agriculture, this way the search for alternatives that minimize this impact is emerging. The search for more sustainable development alternatives is a reality in the rural areas, even in a more punctual way, the Technical Assistance and Rural Extension (Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER), has much contributed for the diffusion of techniques and inovations. It was only after the creation of the National Policy of Technical Assistance and Rural Extension (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER) that the ATER's objectives have turned to the Sustainability. The rural extension in Brazil historically assumes a public and free character, having its origin related to the agriculture industrialization process with the intensification of the productive activities. A counterposition and differentiation between the ATER is addressed, understanding the Technical Assistance as an exact tool related to a specific problem, mainly of production, now the rural extension assumes a broad character based on the theory of the complexity and a pedagogical bias of non-formal education. This research has the objective of analyzing and describing the main potentials and limitations of the ATER in the *Médio Alto Uruguai* Region, in terms of promoting the sustainable rural development. The present case study was developed through explanatory and exploratory research in the CODEMAU – *Corede* (Regional Development Council) *Médio Alto Uruguai* region, which is composed of 22 municipalities and approximately 15.336 rural establishments. 207 families from 22 municipalities were interviewed, and ten experts in rural extension, after collecting the data through the interviews, the data were systematized with the aid of computer programs such as Excel and Bioestat 5.3. The results show that 90.8% of the interviewed families perceive the agriculture as a viable option, 98.5% believe that the rural extension is an important tool, in the promotion of the DRS. It can be inferred that the rural extension developed by official state institutions (Emater/RS-Ascar), in the *Médio Alto Uruguai* Region, has a very expressive performance and capillarity, because 91.3% of the interviewed farmers consider Emater-RS/Ascar to be the institution that develops ATER in the region. However, data indicate that the term ATER, for farmers, can be related to various services, assuming the educational character of rural extension and the technical and productive character of technical assistance. It is possible to verify here, that there is a need to better dialogue this issue between the institutions and the farmers, due to the lack of clarity between the terms, expressed by the interviewees and at the same time. due to the admission that there are differences, which should be better understood. In the studied region, there is a clear trend towards segmentation and differentiation in the form of ATER service provision, reserving the private sector, intensifying the provision of focal Technical Assistance and Emater-RS/Ascar, the most intensive development actions Rural Extension itself. The strengthening of the institutions that provide public ATER is fundamental, especially when taking into consideration that the family farmers are the target public of ATER services in the region.

Keywords: Rural Extension. Sustainable Rural Development. Technical Assistance.

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 -	Municípios que fazem parte do CODEMAU	22
Figura 1 -	Mapa de localização dos municípios que compõe o CODEMAU	24
Quadro 2 -	Organização da Problemática Específica da Pesquisa e Método de Respostas	27
CAPÍTULO II		
Figura 1 -	Fases da extensão rural	64
Figura 2 -	Contraposição entre Assistência Técnica e Extensão Rural	69
Gráfico 1 -	Diferenças entre a ATER prestada de forma oficial e a AT prestada pela rede privada	76
Gráfico 2 -	Assistência Técnica privada (particular) e sua abrangência de extensão rural	79
Gráfico 3 -	Orientação sobre utilização de práticas alternativas	80
Gráfico 4 -	O enfoque participativo na região Médio Alto Uruguai	82
Gráfico 5 -	A Emater tem realizado mais ações de Extensão Rural, enquanto a Assistência Técnica tem sido mais realizada por empresas privadas e cooperativas de produção	84

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO I

Tabela 1 -	Grau de escolaridade dos entrevistados	43
Tabela 2 -	Sucessão Familiar	44
Tabela 3 -	Origem da Titulação da Propriedade	46
Tabela 4 -	Atividades produtivas responsáveis pelas fontes de receita das propriedades amostradas	46
Tabela 5 -	Agricultura como uma opção viável para a família	48
Tabela 6 -	Dimensões da Sustentabilidade	49
Tabela 7 -	Políticas Públicas acessadas pelo Agricultores	50
Tabela 8 -	Importância da ATER desenvolvida por instituições oficiais	52

CAPÍTULO II

Tabela 1 -	ATER- é realizada por qual Instituição	73
Tabela 2 -	Você consegue perceber a diferença entre Assistência Técnica e a Extensão Rural	74
Tabela - 3	Diferenças entre ATER pública e AT privada	76

LISTA DE ABREVIATURAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
AT	Assistência Técnica
ER	Extensão Rural
DRS	Desenvolvimento Rural Sustentável
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
EMATER	Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
CODMAU	Corede Médio Alto Uruguai
COREDE	Conselhos Regionais de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não Governamental
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
CFR	Casa Familiar Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO GERAL	16
1.2	OBJETIVO	18
1.2.1	Objetivos Específicos	19
2	ASPECTOS METODOLÓGICOS	20
2.1	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	20
2.1.1	Estudo de caso	21
2.2	LOCALIZAÇÃO DO ESTUDO	22
2.2.1	Características fundiárias dos municípios que compõem o CODEMAU	24
2.3	PÚBLICO ALVO	25
2.3.1	Determinação do tamanho amostral e considerações éticas	25
2.4	SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS	26
2.4.2	Arquivamento dos dados	27
2.4.3	Sobre os Riscos	28
2.4.3.1	Grupo I: <i>Experts</i>	28
2.4.4	Critérios de inclusão	29
2.4.5	Critérios de Exclusão	29
	REFERÊNCIAS	30
3	CAPÍTULO I: EXTENSÃO RURAL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE NA REGIÃO MÉDIO ALTO URUGUAI, RS	33
3.1	INTRODUÇÃO	34
3.2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	36
3.2.1	Extensão Rural e os impactos do modelo de Desenvolvimento Rural adotado	36
3.2.2	A preocupação com o Desenvolvimento Sustentável	38
3.2.3	Agricultura Familiar no contexto da promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável	39
3.2.4	Políticas Brasileiras de ATER e sua relação com o DRS	41
3.3	METODOLOGIA	42
3.3.1	Planejamento Amostral	43

3.4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	44
3.4.1	Perfil dos agricultores familiares e caracterização das atividades agrícolas desenvolvidas	44
3.4.2	Sustentabilidade dos agroecossistemas	49
3.4.3	Políticas Públicas relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável	51
3.4.4	A ATER pela percepção dos agricultores familiares e <i>experts</i>	53
3.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
	4 CAPÍTULO II: ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO COREDE MÉDIO ALTO URUGUAI: ANÁLISE DOS DESAFIOS E CONTROVÉRSIAS	60
4.1	INTRODUÇÃO	61
4.2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	62
4.2.1	Extensão Rural no Brasil	62
4.2.2	Contraposição entre Assistência Técnica X Extensão Rural	67
4.2.2.1	Extensão Rural	67
4.2.2.2	Assistência Técnica	69
4.2.3	Desafios da ATER pública	70
4.2.4	Os serviços de ATER pública e a Assistência Técnica privada	71
4.3	METODOLOGIA	72
4.3.1	Planejamento Amostral	73
4.4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	74
4.4.1	ATER desenvolvida na Região	74
4.4.2	Diferenças apontadas entre ATER oficial e AT privada	76
4.4.3	Analisando a capilaridade da AT privada	79
4.4.4	Práticas alternativas e o enfoque participativo na região	81
4.4.4.1	Caminhos da ATER pública na região	84
4.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88
	5 CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAL	93
	APÊNDICES	95
	ANEXOS	124

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação possui a seguinte configuração: primeiramente é apresentada a introdução geral, seguida dos objetivos, geral e específicos, na sequência é exposta a metodologia utilizada para a realização da pesquisa e as referências bibliográficas utilizadas. O referencial teórico, os resultados, a discussão e a conclusão se encontram na forma de artigo científico, com as respectivas referências, compreendendo dois capítulos:

- I. Capítulo I intitulado “Extensão Rural no contexto do Desenvolvimento Rural Sustentável: uma análise na região Médio Alto Uruguai, RS”;
- II. Capítulo II intitulado “Assistência Técnica e Extensão Rural no Corede Médio Alto Uruguai: análise dos desafios e controvérsias”

Por fim, estão descritas as considerações finais referentes aos dois capítulos.

1 INTRODUÇÃO GERAL

A busca pela promoção da sustentabilidade é tema de debate e inquietação na atualidade, porém, essa preocupação ainda é recente, tornando-se mais evidente após os anos 80. A perda da biodiversidade, a descaracterização dos espaços naturais e as mudanças climáticas são alguns dos exemplos das reflexões que fazem a preocupação com a promoção do desenvolvimento sustentável aflorar (SAUVÉ, 2005).

Muitos dos problemas ambientais podem ser indicativos dos modos de produção e consumo adotados pela sociedade ao longo dos anos, a tendência consumista, o capitalismo e a aquisição de bens e serviços requerem a utilização de uma quantidade significativa de recursos e serviços ambientais. A preocupação com a forma de utilização dos recursos naturais pode ser evidenciada a partir da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972 que buscou discutir os aspectos ambientais (COUTINHO, 2009).

A partir da Conferência, com a elaboração da Declaração de Estocolmo, as discussões sobre os problemas ambientais começaram a ter mais evidência, iniciando um processo de criação de instrumentos de controle de impactos, educação ambiental e formulação de legislações específicas para o tema ambiental (PASQUALI, 2018). Também com a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Brasil em 1992, que ficou conhecida como ECO 92, as discussões envolvendo a temática ambiental foram acentuadas, tendo como resultado a articulação e o estabelecimento de diversos acordos e tratados internacionais sobre o ambiente, como por exemplo, além da Agenda 21, a Convenção sobre a Biodiversidade Ecológica; a Convenção sobre Mudanças Climáticas, chamando atenção da comunidade global para a relevância das questões socioambientais (MACHADO et al., 2007).

Com a criação da legislação que objetiva a redução dos impactos ambientais, principalmente das atividades produtivas desenvolvidas, percebe-se que a agricultura também faz uma movimentação no sentido de conservação e exploração dos recursos de forma mais sustentável (PASQUALI, 2018). Essa preocupação se deve ao fato da agricultura ser uma atividade que possui relação direta com o meio ambiente, pois a base produtiva requer a utilização de recursos naturais como água, solo, ar, espaço geográfico e clima. No processo histórico agropecuário é possível identificar uma intensificação das atividades produtivas a partir de 1950, muito desse crescimento atribuído à criação de órgãos responsáveis pelo desenvolvimento da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) voltada aos agricultores que

apresentavam potencial de expandir suas atividades agrícolas em suas propriedades (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

A extensão rural foi fundamental para a implantação de sistemas produtivos mais tecnológicos, que demandavam maiores investimentos e prometiam maior produção e rentabilidade as famílias. A mecanização da agricultura é um exemplo desse processo de “modernização”, a utilização de insumos químicos para aumentar a produtividade, o acesso ao crédito rural e a possibilidade de utilização de novas tecnologias oportunizaram que o campo se tornasse um espaço também industrializado (SAUVÉ, 2005).

A industrialização da agricultura trouxe consigo a possibilidade da modificação da matriz produtiva, esta deixou de ser diversificada e passou a ser de monocultura, atendendo as expectativas do mercado internacional e respondendo ao modelo produtivo adotado. Porém, com esse padrão produtivo de exploração e produção, as regras ecológicas passam a não ser mais respeitadas. O setor agrário se mostra um mercado de expansão, sendo assim, empresas e corporações passam a ditar as regras das produções, comercializando pacotes fechados aos agricultores (IANNI, 1997).

As instituições responsáveis pela (ATER), conhecidas como Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR), começam a refletir sobre a viabilidade, a longo prazo, dos sistemas produtivos até então adotados, somente em 2001 aconteceu a criação da primeira Política Nacional de ATER, a qual objetiva contribuir para a promoção do desenvolvimento rural de forma sustentável, alterando inclusive a metodologia de trabalho, passando a trabalhar de forma participativa e dialogada, assim os agricultores passam a ser os atores principais, tendo autonomia decisória (CAPORAL E COSTABEBER, 2004).

Os serviços de extensão rural pública até então estavam realizando sua missão educativa, associando o crédito rural à assistência técnica, com a função de modernizar os segmentos de produção rural, só a partir dos anos 90 que a discussão pela sustentabilidade tomou espaço no campo da extensão rural pública. Porém, durante a década de 90, as restrições orçamentares continuaram fazendo parte do cenário da ATER pública (PEIXOTO, 2008).

A mudança do perfil de trabalho da extensão rural se fez necessária frente às modificações ao longo dos anos, percebeu-se a insustentabilidade de muitos sistemas produtivos, pois ao mesmo tempo que tais sistemas trouxeram renda e modernização, evidenciou-se o empobrecimento da agricultura familiar, muitos agricultores foram excluídos deste modelo de produção, muito em função dos aspectos sociais envolvidos (CAPORAL E COSTABEBER, 2004).

Esse cenário de mudança do perfil dos trabalhos da ATER pública culminou com a implantação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) que busca oportunizar com que os agricultores familiares sejam protagonistas e sujeitos da Agricultura familiar, trazendo os aspectos sociais engajados em sua proposta. Estimulando a transição do modelo produtivo e buscando outras alternativas, como a agroecologia, para uma produção mais limpa e menos agressiva ao meio ambiente.

A contraposição entre Assistência Técnica e Extensão Rural não foi identificada na PNATER, mas cabe uma diferenciação conceitual, proposta por Alex et al., (2002), que caracterizam a Assistência Técnica (AT) como sendo pontual quando os agricultores tomam a iniciativa de identificar problemas e introduzir inovações nas suas atividades produtivas e Extensão Rural (ER), possui uma função educacional não formal, mais ampla, que trabalha as dimensões produtivas, sociais e ambientais, indo além da atividade produtiva estabelecida.

Na busca pela promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) os serviços de ATER públicos buscam a inserção do agricultor como protagonistas das ações desenvolvidas, destacando a agricultura familiar com papel significativo na transição da economia sustentável, conservando a biodiversidade e produzindo com qualidade de vida, reduzindo o impacto ambiental para o ecossistema (ERICKSON, 2002). Já os serviços de assistência técnica prestado por empresas privadas buscam a resolução de um determinado problema pontual, seja de produtividade da cultura ou gestão do empreendimento (CHRISTOPLOS e KIDD, 2000).

Sendo assim, as instituições oficiais, que prestam o trabalho de ATER, possuem a missão de buscar a promoção do desenvolvimento rural de forma mais sustentável, respeitando as particularidades de cada região ou comunidade. Logo, destaca-se no presente trabalho as ações desenvolvidas pela Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) e pela Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), busca-se, sobretudo, entender como está a compreensão/percepção da comunidade regional e agricultores familiares, sobre as ações na região do Médio Alto Uruguai, tema da presente pesquisa, das reflexões e inferências a serem realizadas.

1.2 OBJETIVO

Analisar e descrever as principais potencialidades e limitações da Extensão Rural Oficial na Região Médio Alto Uruguai, no que tange à promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável.

1.2.1 Objetivos Específicos

- Caracterizar a situação da agricultura familiar no contexto regional, na Região Médio Alto Uruguai.
- Caracterizar e contextualizar as políticas públicas e programas de ATER- Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil, no RS e na Região Médio Alto Uruguai.
- Compreender a importância da Extensão Rural na Região Médio Alto Uruguai, a partir da percepção dos agricultores familiares e de *experts*, e sua relação com a promoção do desenvolvimento rural sustentável.
- Apontar e descrever as principais diferenças entre ATER- Assistência técnica e Extensão Rural oficial e Assistência Técnica fornecida pela iniciativa privada na região do estudo.
- Apontar avanços e retrocessos para a consolidação da ATER na Região, e suas contribuições para o Desenvolvimento regional.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia consiste no conjunto de atividades que serão desenvolvidas para alcançar o objetivo proposto, através de procedimentos formais com tratamentos científicos. Utilizando planejamento, desenvolvendo teorias, aplicando e criando protocolos, conduzindo o estudo e chegando a conclusões ou novas indagações sobre o tema abordado. Importante caminho para se conhecer a realidade, buscando respostas para problemas evidenciados na sociedade (GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Na busca pela compreensão da realidade social que norteia a agricultura familiar da Região do Médio Alto Uruguai, em relação à importância da extensão rural para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, a presente pesquisa estudou a percepção dos agricultores familiares e de *experts* sobre a temática da Assistência Técnica e Extensão Rural na região, analisando e descrevendo as potencialidades e limitações, caracterizando e contextualizando as políticas públicas, programas de ATER e a agricultura familiar na região.

Conforme Gil (2008) a pesquisa pode ser definida como um processo formal e sistemático, que busca, através do emprego de métodos científicos, identificar respostas para os problemas levantados. O autor aponta ainda que a pesquisa pode trazer novas descobertas e enriquecer as informações até agora acumuladas, com o desenvolvimento dos conhecimentos. Sendo que a pesquisa pode ser classificada em três grandes grupos: exploratórias; descritivas e; explanatórias.

De forma simplificada, as pesquisas exploratórias se preocupam em tratar de problemas pouco conhecidos, objetivando definir hipóteses para futuras investigações. As pesquisas descritivas descrevem os fenômenos dentro do seu contexto, aprofundando a discussão e caracterizando a população amostrada. Já as Pesquisas explanatórias possuem o objetivo de explicar as relações de causa e efeito (YIN, 2001).

Neste sentido, o presente trabalho utilizou a pesquisa do tipo explanatória e exploratória. Estas, buscam proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Este tipo de pesquisa envolve: levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2008).

2.1.1 Estudo de caso

A utilização da pesquisa explanatória pode ser realizada de várias maneiras, porém, para a presente pesquisa, optou-se pelo estudo de caso. Para Yin (2001) os estudos de caso podem ser compreendidos como estratégias de pesquisa que abrangem um planejamento delimitado e adequado, abordagem específica de coletas de dados e análise de dados. Sendo uma importante metodologia para a pesquisa, principalmente nas ciências humanas, permitindo ao investigador se aprofundar no fenômeno estudado, favorecendo uma visão holística em relação à realidade social, a qual o estudo está inserido (YIN, 2001).

O estudo de caso é compreendido como uma estratégia de pesquisa abrangente, aliado à explanação dos resultados, confere cinco aplicações importantes, a saber: i) explicar vínculos reais das atividades humanas; ii) descrever uma intervenção entendendo o contexto em que ela ocorre; iii) ilustrar tópicos dentro do contexto da avaliação; iv) explorar as situações, e; v) pode também ser um estudo de avaliação (YIN, 2001).

Além disso, os estudos de caso podem ser qualitativos ou quantitativos, ou então utilizar as duas abordagens quali-quantitativo. Quali-quantitativo por que é uma combinação de pesquisa quantitativa, que busca traduzir opiniões, visões e informações em números para analisá-las e qualitativa, pois engloba a percepção e a objetividade com a qual o sujeito pode expressar seus anseios e opiniões (GIL, 2002). Sendo assim, a pesquisa combinou as duas modalidades, utilizando recursos estatísticos e interpretação dos dados amostrados.

O presente estudo de caso é uma pesquisa de campo, na qual a pesquisadora teve a oportunidade de realizar entrevistas com os agricultores familiares e *experts*, sujeitos da pesquisa. Para Lakatos (2004) a pesquisa de campo pode ser utilizada com o objetivo de conseguir informações a respeito do problema pesquisado, entendendo a relação entre as causas e os efeitos, observando fatos e fenômenos que se tornam relevantes na pesquisa. O contato com o problema, a vivência e a compreensão da realidade na qual os sujeitos pesquisados estão inseridos é o diferencial das pesquisas a campo.

Para a realização das pesquisas de campo Gil (2002, p. 53) destaca que basicamente “a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo”. Sendo assim, a utilização de entrevistas é um recurso que permite o contato direto com o público a ser estudado, oportunizando a obtenção de informações. Para a presente pesquisa, optou-se pela utilização da metodologia de entrevistas com roteiro de perguntas semiestruturadas, disponível no Apêndice A.

2.2 LOCALIZAÇÃO DO ESTUDO

Este estudo foi desenvolvido na região Norte do Rio Grande do Sul, no Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai. O bioma é Mata Atlântica, o qual é intensamente degradado. O clima, de acordo com Maluf (2000), é do tipo subtropical e sub-úmido, com verões secos.

O COREDE Médio Alto Uruguai (CODEMAU) foi implantado em 1991, porém sua instalação efetiva ocorreu em 1992. A região de abrangência do CODEMAU é composta por 22 municípios, situados no extremo norte do estado do Rio Grande do Sul, na divisa com o oeste do estado de Santa Catarina, possui uma população de 148.403 habitantes, sendo 54,74% residentes no meio urbano e 45,26% no meio rural, segundo o Censo de 2010 (GIRARDI et al., 2017). Conforme o Quadro 1, os municípios que fazem parte do CODEMAU são:

Quadro 01 - Municípios que fazem parte do CODEMAU

Município	Data da Criação	Área Km² 2003
1. Alpestre	26/12/1963	324,6
2. Ametista do Sul	20/03/1992	93,5
3. Caiçara	20/03/1992	189,2
4. Cristal do Sul	28/12/1995	97,7
5. Dois Irmãos das Missões	20/03/1992	225,7
6. Erval Seco	20/12/1963	363,9
7. Frederico Westphalen	15/12/1954	265
8. Gramado dos Loureiros	20/03/1992	131,4
9. Iraí	01/07/1933	181
10. Nonoai	30/01/1959	468,9
11. Novo Tiradentes	20/03/1992	75,4
12. Palmitinho	08/11/1965	144
13. Pinhal	29/04/1988	68,2
14. Pinheirinho do Vale	20/03/1992	105,6
15. Planalto	26/12/1963	230,4
16. Rio dos Índios	20/03/1992	235,3
17. Rodeio Bonito	20/12/1963	83,2
18. Seberi	30/01/1959	301,4

19. Taquaruçu do Sul	09/05/1988	76,8
20. Trindade do Sul	15/12/1987	268,4
21. Vicente Dutra	17/09/1965	193,1
22. Vista Alegre	09/05/1988	77,5

Fonte: Relatório de Atividades do CODEMAU – Gestão 2014-2015

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) são espaços de discussão a respeito de políticas públicas e ações que possam promover o desenvolvimento, embasado na sustentabilidade. Estes conselhos foram criados pela Lei Estadual n. 10.238, de 01 de outubro de 1994, e regulamentados pelo Decreto n. 35.764, de 28 de dezembro de 1994. Girardi et al., (2007) ainda destaca que:

O principal objetivo é a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável, a integração dos recursos e das ações do governo na região, a distribuição equitativa da riqueza produzida, o estímulo à permanência do homem na região e a preservação e recuperação do meio ambiente, tendo como foco a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha (GIRARDI et al., 2007).

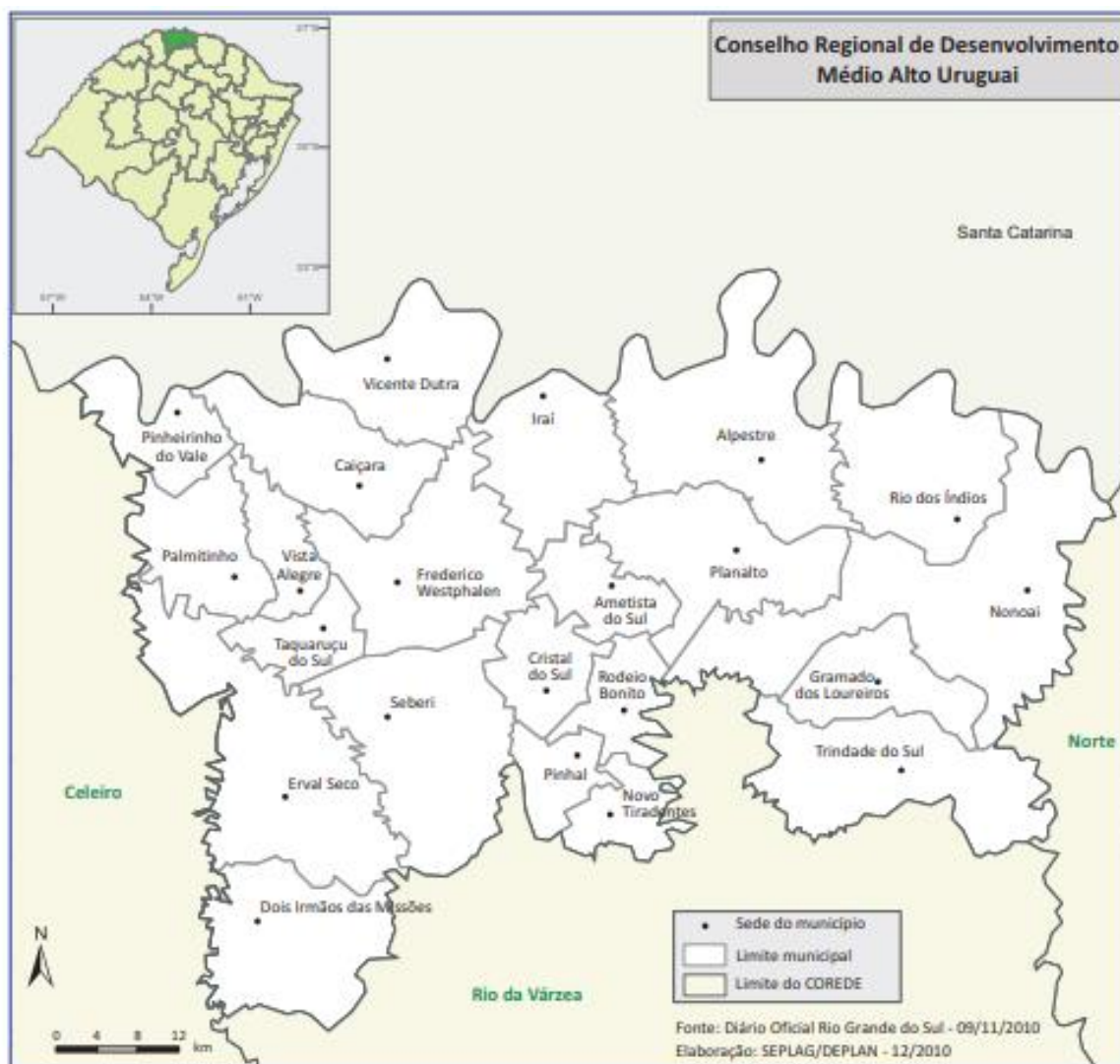
Sendo a promoção do desenvolvimento regional um dos objetivos dos COREDEs, estes também devem contribuir para articulação regional, colaborando para fazer com que as ações setoriais governamentais sejam estruturadas para realmente cumprir seu papel de políticas de desenvolvimento regional. A atuação dos COREDEs possibilita a continuidade das políticas, procurando evitar a fragilização destas nas trocas governamentais (COELHO, 2010).

Na Região do Médio Alto Uruguai, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), identificou-se um declínio da população de aproximadamente 5%, entre os anos de 2000 a 2010. Ou seja, reduzindo de 156.107 habitantes no ano de 2000 para 148.403 habitantes em 2010. Mas Girardi et al., (2017) apontam alguns fatores que podem ter levado à redução populacional, como o empobrecimento da agricultura familiar, a falta de oportunidades de trabalho para jovens na região, estimulando a migração das forças de trabalho para outras regiões.

Porém, a região do CODEMAU se encontra em um momento de crescimento, necessitando de um planejamento adequado, destacando as projeções de que a população entre 0 e 14 anos tende a reduzir, já a população na faixa etária acima de 65 anos tende a aumentar. Considerando que a densidade demográfica é expressa pela relação entre a área geográfica dos municípios e a população residente, tem-se uma densidade de 35,33 habitantes por Km² na região do CODEMAU, ficando abaixo da média do estado do Rio Grande do Sul que é de 38,1

habitantes por Km² (GIRARDI et al., 2007). A localização e distribuição dos municípios pode ser verificada conforme a figura 1.

Figura 1 - Mapa de localização dos municípios que compõe o CODEMAU



Fonte: Relatório de Atividades do CODEMAU – Gestão 2014-2015

2.2.1 Características fundiárias dos Municípios que compõem o CODEMAU

Uma definição importante para se mensurar a estrutura fundiária é proposta pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), refere-se aos módulos fiscais, de acordo com a Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, a classificação é definida e leva em conta o módulo fiscal (e não apenas a metragem), que varia de acordo com cada município. Os imóveis rurais podem ser classificados em: Minifúndio – é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal; Pequena Propriedade - o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro)

módulos fiscais; Média Propriedade - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; Grande Propriedade - o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais (INCRA, 2018).

Considerando que na região do CODEMAU possui uma área que representa 326.843 ha com aproximadamente 15.336 estabelecimentos agropecuários da região e um tamanho médio das propriedades de 20,5 ha, sendo um módulo fiscal igual a 20 há (IBGE, 2017). Infere-se que a média das propriedades rurais da região são de pequenas propriedades com estrutura fundiária próxima ou um pouco maior a um módulo fiscal.

A Região Médio Alto Uruguai possui características rurais, com uma participação da agropecuária na economia, possuindo diversificação das atividades principalmente nas pequenas propriedades. Embora possuindo características geográficas de pequenas propriedades, a região conta com um microclima que possibilita diversas iniciativas agrícolas. Sendo o relevo da região acidentado, porém com recursos hídricos que possibilitam implantar projetos de irrigação, estimulando a diversificação (GIRARDI et al., 2007).

2.3 PÚBLICO-ALVO

O Público Alvo da presente pesquisa são agricultores familiares da Região Médio Alto Uruguai, também técnicos, extensionistas, representantes sindicais que possuem ligação direta com a extensão rural e com os trabalhos da agricultura familiar, aqui denominados de *Experts*.

2.3.1 Determinação do tamanho amostral e considerações Éticas

O Planejamento amostral é fundamental para o sucesso da pesquisa, o dimensionamento numérico e as técnicas de amostragens são ferramentas importantes para a interpretação dos resultados e análise dos dados (MIOT, 2011), no presente estudo foi utilizado o número de estabelecimentos rurais da Região Médio Alto Uruguai para determinação do número de entrevistas.

São aproximadamente 15.336 estabelecimentos rurais, distribuídos nos 22 municípios, com uma média de 697,09 estabelecimentos por município. Distribuídos em uma média 20 comunidades por município. Sendo assim, participaram das entrevistas uma amostra representativa de nove famílias de agricultores familiares por município. Representando 207 estabelecimentos rurais de agricultores familiares entrevistados na Região do CODEMAU. Embora possa ser considerado um número elevado para a aplicação dos questionários, contou-

se com o apoio institucional dos escritórios municipais da Emater/Ascar-RS, para a abrangência determinada.

De outro modo, em cada um dos 22 municípios os agricultores foram entrevistados nos escritórios municipais da Emater/Ascar-RS, de forma aleatória, conforme a procura dos agricultores ao acesso às políticas públicas mediadas pela Emater/Ascar-RS. Ao chegar nos escritórios os agricultores foram convidados a participar da entrevista, havendo consentimento do agricultor em participar da pesquisa este leu e assinou o Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) Apêndice B, na sequência responderam aos questionamentos pré-determinado. Nos casos em que o agricultor se recusou a participar da pesquisa, este foi excluído da listagem sem nenhum prejuízo ao agricultor e a pesquisa, e o próximo foi convidado, assim sucessivamente, até chegar ao número determinado por município. Em função da Pandemia também foi disponibilizado a entrevista de maneira online, através do programa Google Forms, o link foi encaminhado via aplicativo de WhatsApp e o agricultor pode responder online, respeitando o distanciamento social imposto pela pandemia. Priorizou-se as entrevistas presenciais.

Também foi realizado no presente estudo de campo, entrevista com especialistas no assunto, aqui denominados *experts*, para que possam ser comparadas as reflexões destes com a dos agricultores familiares. Foram entrevistados 10 *experts* em extensão rural, sendo representados pelos seguintes segmentos da Sociedade: representante do Sindicato dos trabalhadores Rurais, Extensionistas Rurais, representante da secretaria municipal da agricultura, e pesquisadores, totalizando 10 entrevistas. Ressalta-se que o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) sobre o CAAE: 31522620.1.0000.5564 conforme comprovante no Anexo A.

2.4 SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Após a coleta dos dados através de entrevistas, os dados foram sistematizados com o auxílio de programas computacionais como Excel e BioEstat 5.3, que possui vasta utilização para interpretação de dados quantitativos. Para Gil (2008), a análise permite organizar e interpretar os dados, de forma que seja possível visualizar as respostas às questões investigadas, sendo a interpretação uma fase na qual é fundamental realizar ligações entre os dados analisados, com outros conhecimentos a respeito do problema. Para tanto, baseado nos

objetivos da pesquisa, buscou-se as estratégias de estudo, a fim de responder os problemas levantados na pesquisa como aponta o quadro 2.

Quando 2 – Organização da Problemática Específica da Pesquisa e Método de Respostas

Objetivo Específico	Como foram respondidos
1. Caracterizar e contextualizar as políticas públicas e programas de ATER Brasil, no RS e na Região Médio e Alto Uruguai.	- Pesquisas bibliográficas, artigos, teses, sites oficiais, livros e levantamento de informações.
2. Caracterizar a situação da agricultura no contexto regional, na Região Médio e Alto Uruguai.	- Aplicação de questionário dirigido para agricultores e <i>Experts</i> e consulta de informações bibliográfica.
3. Compreender a percepção dos agricultores familiares e <i>experts</i> , sobre a importância da ATER e do DRS.	- Aplicação de questionário dirigido para agricultores e <i>Experts</i> .
4. Descrever as principais diferenças entre ATER – oficial, e ATER – privada.	- Aplicação de questionário dirigido para agricultores e <i>Experts</i> , consulta de informações bibliográfica.
5. Descrever os avanços e retrocessos socioeconômicos para a consolidação da ATER na Região, e suas contribuições para o DRS.	- Aplicação de questionário dirigido para agricultores e <i>Experts</i> , e consulta de informações bibliográfica.

Fonte: Elaborada pelos autores

2.4.1 Devolutiva de resultados ao público amostrado

A devolução dos dados em forma de resultados para o grupo pesquisado é uma etapa muito importante no processo da pesquisa, para tanto, adotou-se a seguinte estratégia: após a defesa da dissertação, os dois artigos, frutos da pesquisa, serão publicadas em revistas indexadas com *qualis* da CAPES, ficando a informação disponível e acessível a comunidade acadêmica. Considerando que o público amostrado na presente pesquisa não tem o hábito de acessar com frequência tais periódicos e primando para que a informação/dados/resultados consigam ser apresentados e debatido, será promovido um Seminário Regional com o tema Extensão Rural, de forma *online*. O seminário possui o objetivo de apresentar e discutir os dados levantados com a presente pesquisa, na qual serão convidados os agricultores familiares amostrados, os *Experts* entrevistados, os trabalhadores e pesquisadores da extensão rural, os representantes das entidades regionais e do CODEMAU. O seminário será mediado pela equipe de pesquisa.

2.4.2 Arquivamento dos dados

As informações, os questionários e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido foram arquivados após a finalização da pesquisa, de forma física e digital, durante o período de cinco anos, junto ao arquivo do grupo de pesquisa em Desenvolvimento Rural Sustentável, situado no Prédio da Universidade Federal da Fronteira Sul *campus* de Erechim, Prédio B, na sala do Professor Valdecir José Zonin. Após o período de cinco anos os arquivos serão eliminados.

2.4.3 Sobre os Riscos

Por se utilizar a metodologia de entrevista com agricultores familiares e *Experts* da Região do COREDE Médio Alto Uruguai-RS, a entrevista poderia oferecer alguns riscos, que seguem separados conforme o grupo entrevistado:

2.4.3.1 Grupo I: *Experts*

Possíveis riscos durante a entrevista que poderiam ter sido observados a insegurança ao responder a entrevista, ou desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante a entrevista, até Cansaço ou aborrecimento. Caso tais riscos fossem evidenciados as medidas tomadas para minimizar os riscos aconteceram da seguinte forma:

Ao chegar nos escritórios, os *Experts* (assim nominados na presente pesquisa) foram convidados a participar da entrevista, havendo consentimento em participar da pesquisa, este leu e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), nesse momento todos os riscos acima descritos foram expostos aos participantes. Caso o *Expert* se recuse a participar da pesquisa, ou entenda que não está disposto, confortável ou interessado em responder, este foi excluído da listagem sem nenhum prejuízo a ele e a pesquisa. A qualquer momento o entrevistado poderia desistir de participar, mesmo que já tenha iniciado a entrevista, caso o pesquisador identifique algum dos possíveis riscos citados acima, a entrevista será interrompida e o entrevistado irá retornar as suas atividades normais.

2.4.3.2 Grupo II: Agricultores Familiares

Possíveis riscos durante a entrevista que poderiam ter sido observados a insegurança ao responder a entrevista, ou desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento

durante a entrevista, até Cansaço ou aborrecimento. Caso tais riscos fossem evidenciados as medidas tomadas para minimizar os riscos aconteceram da seguinte forma:

Ao chegar nos escritórios os agricultores foram convidados a participar da entrevista, havendo consentimento do agricultor em participar da pesquisa, este leu e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), nesse momento todos os riscos acima descritos foram expostos aos agricultores. Caso o agricultor se recusasse a participar da pesquisa, ou entendesse que não estava disposto, confortável ou interessado em responder, este foi excluído da listagem sem nenhum prejuízo ao agricultor e a pesquisa. A qualquer momento o entrevistado poderia desistir de participar, mesmo que já tenha iniciado a entrevista, caso o pesquisador identifique algum dos possíveis riscos citados acima, a entrevista será interrompida e o entrevistado irá retornar as suas atividades normais.

2.4.4 Critérios de Inclusão

O presente estudo de caso é uma pesquisa que aconteceu a campo, na qual o pesquisador teve a oportunidade de realizar entrevistas com agricultores familiares e *experts*, sujeitos da pesquisa. Este estudo foi desenvolvido na Região Norte do Rio Grande do Sul, no COREDE - Conselho Regional de Desenvolvimento Médio Alto Uruguai.

2.4.5 Critérios de Exclusão

Os critérios de exclusão que foram observados na presente pesquisa foram crianças ou adolescentes menores de 18 anos e o público urbano que não possui ligação com a agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

ALEX, G., ZIJP, W.; BYERLEE, D. **Rural Extension and Advisory Services: New Directions**. Washington, D.C.: Agriculture & Rural Development Department, World Bank. Rural Development Strategy Background. 2002, 49p.

CAPORAL, F. R. COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1, n.1, p.36, 2004.

CHRISTOPLOS, I.; KIDD, A. **Guide for Monitoring, Evaluation and Joint Analyses of Pluralistic Extension Support**. Lindau: Neuchatel Group, 2000.

COELHO, J. G. FRIZZO, P. A. MARCONDES, M. **Propostas estratégicas para o desenvolvimento Regional do Estado do Rio Grande do Sul**. Passografic, 2010.

COUTINHO, Gilson de Azeredo. **A ética ambiental na sociedade contemporânea**, 2009. Disponível em

http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4727. Acesso em: 10 de junho de 2019.

ERICKSON, K. E. Ciência para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Jooaquim Nabuco, 2002.

GERHARDT, T.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GIRARDI, E. FRANZ, J. FACCIN, M. RITTERBUCH, M. A. **Plano estratégico de desenvolvimento da região do Médio Uruguai: 2015 -2030**. CODEMAU Frederico Westphalen, RS Grafimax , 2017.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Resultados do universo do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/tabelas_pdf/tab6.pdf>. Acesso em: 10 de junho 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Resultados do Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>. Acesso em: 30 de janeiro 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Assentamentos**, 2018. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 23 de junho. 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MACHADO, C. C. SOLER, A. C.P. BARENHA, C. P. DIAS, E. **A agenda 21 como um dispositivo para educação ambiental**. Rev. Ambiente e Educação, Vol 12, 2007.

MALUF, J. R. T. **Nova classificação climática do Estado do Rio Grande do Sul**. Revista Brasileira de Agrometeorologia Santa Maria, 2000.

MIOT, H. A. **Tamanho da amostra em estudos clínicos e experimentais**. Vasc Bras 2011, Vol. 10, Nº 4.

PASQUALI, I. S. R. **Licenciamento e Perícia Ambiental**. Colégio Politécnico da UFSM. 97p., 2018. Notas de aula.

PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação.** Consultoria Legislativa do Senado Federal, Centro de Estudos, Brasília, 2008.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

3 CAPÍTULO I

EXTENSÃO RURAL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE NA REGIÃO MÉDIO ALTO URUGUAI, RS

RESUMO: A busca por alternativas mais sustentáveis de desenvolvimento é uma realidade no meio rural, mesmo que de forma mais pontual, a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, muito contribuiu para o difusionismo de técnicas e inovações. Somente a partir da criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, que os objetivos da ATER se voltaram para a Sustentabilidade. A presente pesquisa possui o objetivo de compreender a situação da agricultura familiar no contexto regional, (Região Médio Alto Uruguai, RS) e a relação entre a ATER e a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável - DRS, através da percepção dos agricultores familiares e *experts*. Este trabalho se constituiu em um estudo de caso regional, com caráter exploratório e explanatório, foram entrevistadas 207 famílias, pertencentes aos 22 municípios que compõem esta região. Os resultados apontam que 90,8% das famílias entrevistadas percebem a agricultura como uma opção viável, 98,5% acreditam que a extensão rural é uma ferramenta importante, na promoção do DRS. Infere-se que a extensão rural desenvolvida por instituições oficiais do Estado (Emater/RS-Ascar), na Região Médio Alto Uruguai, tem atuação e capilaridade bem expressiva, demonstrando a importância e a necessidade do fortalecimento destas políticas públicas, para o desenvolvimento do meio rural nesta região.

Palavras-chaves: Agricultura Familiar. Desenvolvimento Sustentável. Extensão Rural.

RURAL EXTENSION IN THE CONTEXT OF THE SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT: AN ANALYSIS IN THE MÉDIO ALTO URUGUAI REGION, RS

Abstract: The search for more sustainable development alternatives is a reality in the rural areas, even in a more punctual way, the Technical Assistance and Rural Extension (Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER), has much contributed for the diffusion of techniques and innovations. It was only after the creation of the National Policy of Technical Assistance and Rural Extension (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER) that the ATER's objectives have turned to the Sustainability. This research has the objective of understanding the familiar agricultural situation in the regional context (*Médio Alto Uruguai* Region, RS) and the relation between ATER and the promotion of the Sustainable Rural Development (Desenvolvimento Rural Sustentável – DRS), through the perception of the familiar farmers and experts. This work consisted of a regional case study, with an exploratory and explanatory character, 207 families were interviewed, belonging to the 22 municipalities that make up this region. The results show that 90.8% of the interviewed families perceive the agriculture as a viable option, 98.5% believe that the rural extension is an important tool, in the promotion of the DRS. It can be inferred that the rural extension developed by official state institutions (EMATER/RS-ASCAR), in the *Médio Alto Uruguai* Region, has a very expressive performance and capillarity, showing the importance and necessity of strengthening these public policies, for the rural development in this region.

Keywords: Family Farming. Sustainable Development. Rural Extension.

3.1 INTRODUÇÃO

Os modelos de produção agrícola sofreram modificações que se intensificaram através da industrialização do meio rural, as transformações sociais e a exclusão de uma grande camada social de agricultores do mercado competitivo funcionaram como pressão para que o modelo de desenvolvimento rural pudesse ser repensado e reestruturado. Modelos de atividades produtivas agrícolas, com fortes impactos ambientais, podem ser uma ferramenta interessante para o crescimento econômico, mas estão longe de promover o Desenvolvimento Rural (ROMANIELLO E ASSIS, 2015).

As preocupações com as questões ambientais são recentes, foram necessárias diversas e frequentes catástrofes ambientais para que, somente em 1972, ocorresse o primeiro evento

internacional que buscou discutir a relação do homem com o meio ambiente. A interferência de órgãos internacionais, como a ONU - Organização das Nações Unidas, foi fundamental para a Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, que buscou destinar mais atenção às questões ambientais (COUTINHO, 2009).

A partir dessa Conferência, com a elaboração da declaração de princípios norteadores para a proteção ambiental (Declaração de Estocolmo), os problemas ambientais começaram a ser encarados de outra forma, tendo repercussão inclusive na Legislação Brasileira. O Brasil se vê obrigado a criar sua Política Ambiental, a qual foi instituída em 1981, por meio da Lei Federal nº 6.938/81, estabelecendo a criação de órgãos ambientais e instrumentos de controle de impactos, assim como princípios e diretrizes de atuação em prol da proteção do ambiente (PASQUALI, 2018).

Com forte influência de paradigmas internacionais, o Brasil avança no que diz respeito a legislação ambiental e, na Constituição Federal de 1988, determina que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para às presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Considerando que o meio rural e as atividades econômicas, principalmente a agricultura, possuem como base a utilização de recursos naturais (água, solo, ar e clima), este segmento rural de atividades também iniciou um processo de adequação, buscando oportunizar um ambiente mais equilibrado, através da utilização de técnicas e práticas com mais tecnologia. Por muito tempo se pensou a agricultura como um campo de industrialização, no qual a agricultura constituía uma fonte permanente de acúmulo de capital para a indústria e, condizente com o sistema, ficava subordinada à indústria (MÜLLER, 1989).

No processo de reestruturação das atividades produtivas no meio rural, com vistas à promoção de um desenvolvimento mais sustentável e menos agressivo, Romaniello e Assis (2015) destacam que a extensão rural, junto com a assistência técnica, possui um papel fundamental de orientação, podendo desenvolver uma assessoria informativa e educativa, para ampliar a consciência conservacionista e ambiental dos agricultores familiares.

Para Caporal e Costabeber (2004), o meio rural não pode mais ser visto como um local atrasado e com atividades homogêneas, pois a diversificação das atividades produtivas é uma realidade. A transformação da base técnica da agricultura tem papel fundamental nesse processo, o que por outro lado reflete o esgotamento do modelo de crescimento imposto ao setor agrícola, mas também remete a um novo caminho, que pode e precisa ser traçado pela extensão rural no Brasil.

Esse artigo se propõe a contextualizar a situação da agricultura familiar, da ATER-Assistência Técnica e Extensão Rural e algumas políticas públicas no contexto regional (Região Médio e Alto Uruguai- RS), para compreender a importância da Extensão Rural na região, a partir da percepção dos agricultores familiares e de *experts* e sua relação com a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Este trabalho se estrutura em cinco seções: a primeira se destina a introdução, a segunda aborda os aspectos históricos da extensão rural no Brasil, os impactos do modelo de desenvolvimento adotado, as preocupações com o desenvolvimento sustentável a seção encerra com a reflexão da agricultura familiar e da ATER nesse cenário. A terceira seção aborda as metodologias de pesquisa utilizadas, na quarta seção são mostrados os resultados e discussões dos dados analisados e, por fim, as conclusões.

3.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.2.1 Extensão Rural e os impactos do modelo de Desenvolvimento Rural adotado

A extensão rural de forma institucionalizada no Brasil iniciou com a vinda das empresas do grupo Rockefeller em 1942, trazendo a possibilidade de desenvolvimento e implantação de projetos que trariam industrialização ao meio rural, baseado em modelos norte-americanos de extensão (TOTA, 2014). Para Caporal e Costabeber (2004) foi a partir dos anos de 1950, com a consolidação da produção de bens e serviços rurais, que a extensão rural através do processo de industrialização da agricultura começa a ofertar aos produtores inovação e possibilidade de intensificação das atividades produtivas.

A criação do crédito subsidiado se consolidou a partir de 1965 uma ferramenta importante para a extensão rural, sendo os extensionistas os agentes deste desenvolvimento, com viés na inovação tecnologia para as propriedades rurais (PEIXOTO, 2008). O trabalho da Extensão rural estava centralizado em grandes e médios produtores rurais, buscando atingir a industrialização da agricultura (NUNES et al., 2013)

A partir da criação da EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, a reflexão sobre o modelo de desenvolvimento agrícola adotado e divulgado pela ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural começa a ser repensado, compreendendo seu papel na busca pela promoção do desenvolvimento sustentável e entendendo que os serviços de ATER estavam excluindo uma parcela dos agricultores que tinham capital para ser incluídos no processo de modernização da agricultura (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

Quando uma determinada região, ou até mesmo o país se propõe a fazer o desenvolvimento, baseado na utilização dos recursos naturais sem discriminação, é de se esperar que impactos possam surgir ao longo da implementação da atividade produtiva. Nesse contexto, Andrades e Ganimi (2007) apontam que esse período de intensificação da agricultura não aconteceu isoladamente no Brasil, pelo contrário, iniciou nos países Europeus após o final da Segunda Guerra Mundial e na sequência se intensificou em outros países, como o Brasil. Essa nova forma de produção ficou conhecida como revolução verde, o modelo produtivo é baseado no uso intensivo de agrotóxico e fertilizante sintético, o objetivo é a produtividade sem preocupações com os impactos ambientais e sociais das atividades produtivas.

A revolução verde só conseguiu se instaurar utilizando apelos políticos e sociais, tais como a preocupação com a fome no mundo, visto que o cenário era de pós-guerra, as tensões entre os países ainda eram evidentes e as preocupações políticas e com a fome puderam ser utilizadas como válvula de escape para que as grandes indústrias que possuíam equipamentos químicos, oriundos da guerra, pudessem alocar esses investimentos na agricultura, através da produção de alimentos (ANDRADES e GANIMI, 2007).

Para o período, a revolução verde conseguiu se embasar em ideologias, principalmente a da fome, e instaurar seus pacotes produtivos, comercializando seus produtos e vendendo altas tecnologias, os avanços tecnológicos nas pesquisas começaram a ser evidenciados. Porém, algumas correntes eram mais resistentes a essa “modernização da agricultura” e, principalmente, tinham ressalvas em relação ao apelo da produção para acabar com a fome. Segundo Helene (1994), o planeta já produzia muito mais do que consumia, aponta também que o problema estava na falta de capital econômico, para que as famílias com renda menor conseguissem ter uma alimentação mais saudável, com quantidade e qualidade adequadas.

Nesse sentido, a agricultura Brasileira, principalmente por seus governantes e com o apoio das ATER's, optou pela utilização de pacotes tecnológicos que prometiam muita produção, porém o custo ambiental e social de tal produção foi desconsiderado. Nesse padrão de produção, as regras ecológicas passaram a não ser respeitadas, sendo assim Ianni (1997) enfatiza que o mundo agrário está tecido e emaranhado pela atuação de empresas, corporações e conglomerados agroindustriais. Essas empresas objetivam a comercialização de seus produtos e pacotes, o agricultor então começa a fazer a execução das tecnologias.

Com forte atuação da extensão rural, o setor agrícola, nesse cenário, passa a ser interpretado como um processo no qual, para ser bem-sucedido, é necessário aderir à industrialização e os principais indicadores desse processo são o volume de produção, rendimento das culturas, relacionados com a área de plantio, a quantidade de equipamentos

utilizados (tratores e maquinários), adubos artificiais e agroquímicos, a monocultura e a diminuição do pousio. Os indicadores já remetem a um sistema produtivo que não é sustentável (ZYLBERSZTAJN et al., 2000).

Com outro direcionamento, surgiram no Brasil e no mundo, movimentos de agricultura alternativa à convencional, contrapondo-se ao uso abusivo de insumos agrícolas industrializados, da dissipação do conhecimento tradicional e da deterioração da base social de produção de alimentos. Para esses movimentos, a solução não estava em alternativas parciais, mas no rompimento com a monocultura e o redesenho dos sistemas de produção, de forma a minimizar a necessidade de insumos externos à propriedade. Intensificou-se então, o reconhecimento de modelos agrícolas que considerassem a importância das diferentes interações ecológicas para a produção agrícola (ASSIS, 2005).

As mudanças na percepção ambiental oportunizaram o desenvolvimento de novas pesquisas e mudanças teóricas e metodológicas, a relação natural que acontece no ambiente passa a ser respeitada e utilizada para a produção de alimentos e serviços, rompendo paradigmas de “industrialização do campo” e passando a respeitar os processos físicos e biológicos que acontecem naturalmente no ambiente (ASSAD e ALMEIDA, 2004).

3.2.2 A preocupação com o Desenvolvimento Sustentável

Na década de 90, as preocupações ambientais se intensificaram, sendo utilizado então o conceito de sustentabilidade e mais tarde desenvolvimento sustentável para repensar o contexto ambiental atual e futuro. O desenvolvimento sustentável possui o objetivo de conciliar as atividades econômicas, aliadas com o equilíbrio ambiental, através de ações socialmente justas, ambientalmente corretas, financeiramente viáveis e culturalmente aceitas, sendo um marco importante relacionado à percepção do ambiental no cotidiano da população (SACHS, 2009).

Para Boff (2012) o desenvolvimento sustentável é fundamental e precisa ser entendido como uma nova forma de pensar e agir, inferindo que o ser humano e o meio ambiente não são dissociáveis, mas sim um conjunto, sendo que os seres humanos não sobrevivem sem o ambiente. A partir dessa reflexão, Boff (2012) destaca ainda que para alcançar o desenvolvimento de forma sustentável é fundamental reeducar o ser humano, repensar o processo utilizando técnicas não agressivas ao meio ambiente, produzindo apenas o necessário e principalmente reduzindo o consumo.

Considerando que toda a ação humana gera um impacto ao meio ambiente, torna-se imprescindível amenizar esses impactos, estimulando o desenvolvimento sustentável e

oferecendo a oportunidade para o progresso de sociedades de consumo responsáveis (SAUVÉ, 2005). A produtividade agrícola então, passa a ser interpretada dentro do contexto ambiental e não mais isolada, a conservação dos recursos agrícolas assume papel importante, pois o manejo dos sistemas produtivos é fundamental para os processos agroecológicos e sustentáveis (ASSAD e ALMEIDA, 2004). Quando se analisa a sustentabilidade é preciso inferir que esta deve alcançar as dimensões sociais, culturais, ecológicas, ambientais, econômicas e políticas, além de considerar as necessidades atuais oriundas da evolução e expansão (SACHS, 2009).

A agricultura sustentável pode ser desenvolvida nas propriedades rurais com manejo adequado e conhecimento das técnicas disponíveis, mantendo o solo livre de poluentes, sejam estes agrotóxicos, resíduos domésticos, agroquímicos ou insumos utilizados na produção. A cobertura vegetal natural deve ser mantida aliada a produções com escalas menores, através de sistemas agroflorestais, valorizando a paisagem natural e a biodiversidade local (ASSAD e ALMEIDA, 2004).

Paulus e Schlindwin (2001) destacam que a agricultura sustentável deve incorporar os valores básicos, valorizando as comunidades rurais, considerando os aspectos culturais e humanos, a diversidade cultural e a biodiversidade animal e vegetal. Nesse sentido a sustentabilidade dos agroecossistemas só pode ser alcançada com equilíbrio entre diferentes dimensões, combinando os componentes sociais, econômicos, políticos e ecológicos.

No contexto de produção sustentável, o agricultor familiar possui importante papel na transição da economia sustentável, pois ao mesmo tempo em que os agricultores familiares produzem alimentos mantendo a segurança alimentar, também podem conservar a biodiversidade. Os agricultores podem promover a conservação eficaz do solo e da água, através da administração adequada do solo, reduzindo o impacto sobre a cobertura vegetal natural e cumprindo com o papel social, produzindo com renda e qualidade de vida (ERICKSON, 2002).

3.2.3 Agricultura Familiar no contexto da promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável

A agricultura familiar pode ser compreendida como “aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento” estando presentes os atributos de gestão, propriedade e trabalho familiar (ABRAMOVAY, 1997, p. 3). Como estabelecimento agropecuário se compreende “toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e/ou

aquícolas” (IBGE, 2007). Segundo Lamarche (1994) a relação entre os agricultores e as propriedades vai além da caracterização produtiva, sendo o local no qual estes organizam suas estratégias relacionadas a memória de suas histórias e seus planos para o futuro, buscando alcançar seus objetivos.

Quando se trata de agricultura familiar, a composição familiar nas propriedades rurais é importante para determinar o rumo que as atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias irão seguir, inclusive as formas de manejo adotadas são determinadas pelo perfil de quem irá administrar a propriedade rural, se está adotará técnicas convencionais ou manejos sustentáveis. Nesse sentido, a sucessão rural/familiar é um importante determinante sobre as atividades que serão desenvolvidas e seus manejos.

Cada vez mais a repercussão sobre o êxodo rural e o envelhecimento do campo ganha espaço, pode-se destacar o êxodo dos jovens rurais para o meio urbano. Este movimento é revelador da situação e percepção dos jovens sobre a realidade em que vivem e indicador de que estamos vivendo um acelerado período de transformação, no qual a incerteza parece predominar (PUNTEL et al., 2011).

Para Schuch (2010) a sucessão rural é o processo de transferência legal do patrimônio, visando à continuação de atividades produtivas e, ao mesmo tempo, oportunizando as gerações mais novas o comando do negócio familiar. Quando se trabalha com as pequenas propriedades rurais, o jovem sucessor já está inserido nas atividades da propriedade, porém a decisão se concentra na figura do pai e em muitos casos ainda na figura dos avós. A falta de autonomia dos jovens para decidir é um fator determinante para a não efetivação da sucessão rural.

Nesse sentido a sucessão rural só será efetiva quando os jovens rurais participarem ativamente dos processos decisórios de suas propriedades rurais, estes têm pensamentos mais amplos, evidencia-se uma preocupação maior entre os jovens com as questões ambientais. A sucessão rural precisa proporcionar qualidade de vida aos jovens para que estes optem por dar continuidade aos processos sociais e culturais do meio rural (SCHUCH, 2010).

Para Santos (2001), a qualidade de vida no ambiente rural está relacionada com a preocupação com a qualidade do ambiente em que as pessoas vivem. É preciso também pensar em soberania alimentar, padrões de desenvolvimento agrícola diversificados e sustentáveis a longo prazo, que restaurem as condições ecológicas da produção e respeitem o potencial de cada ecossistema, apoiando-se nas bases científicas da agroecologia.

A estratégia produtiva adotada pelos agricultores é um dos determinantes sobre o nível de sustentabilidade da propriedade, pois a utilização dos recursos naturais, como o solo, a água e a cobertura vegetal natural, está intimamente relacionada com a atividade produtiva. Práticas

sustentáveis na agricultura familiar são fundamentais para que o meio rural possa produzir sem agredir o meio ambiente. Mas isso exige, além do acesso à terra, acesso ao conhecimento, às tecnologias apropriadas e sensibilização sobre a importância dos processos ecológicos que acontecem no ambiente, para que os agricultores possam ser beneficiados com tais processos sem precisar destruir esse equilíbrio, nesse novo cenário de desenvolvimento rural a ATER possui um papel fundamental, na busca pelo desenvolvimento sustentável (FRANTZ; SILVA NETO, 2005).

3.2.4 Políticas Brasileiras de ATER e sua relação com o DRS

Com o processo de repensar o meio rural e a criação da EMBRATER, originou-se também a EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural nos Estados e a ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural, a qual foram atribuídos a realização dos serviços de ATER. Entende-se que nas décadas de 70 e 80 a extensão rural concentrou seus esforços na disseminação de técnicas agricultáveis, mas também desenvolveu significativos trabalhos de organização rural, cooperativismo e desenvolvimento de novas metodologias para realizar o trabalho diretamente com a população mais carente (BRASIL, 2001).

Para Nunes et al., (2013) a extinção da EMBRATER em 1990 fragilizou o sistema de ATER até então difundido no Brasil, o sucateamento do serviço começou a ser evidenciado nos Estados, a falta de recursos para o desenvolvimento das ações no campo, a falta de capacitação para os extensionistas se tornaram uma realidade. Ao mesmo tempo, surgiam ONGs - Organizações Não Governamentais, cooperativas e empresas dispostas a prestar Assistência Técnica aos agricultores no meio rural.

Nesse cenário, uma Política Nacional de ATER que norteasse as questões da extensão rural e a busca pelo desenvolvimento rural sustentável começou a ser pensada, mas somente em 2010, acontece a criação da primeira Política Nacional de ATER que busca:

Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e de suas organizações, por meio de processos educativos participativos, integrados às dinâmicas locais, que viabilizem as condições necessárias para o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Essa contribuição, que deve envolver toda a ATER – estatal e não-estatal – que receba ou venha a receber recursos públicos para a prestação de assistência técnica e extensão rural, dá-se pelo estabelecimento de uma relação de parceria e corresponsabilidade entre todos os agentes do processo. Esta relação é pautada pela intercomplementaridade e pelo respeito mútuo, sobretudo no que se refere ao conhecimento dos agricultores (BRASIL, 2010).

O trabalho de extensão atua de forma participativa e dialogada, visando que os agricultores possam ser os atores principais, decidindo sobre suas atividades e ações produtivas. A partir da criação da PNATER, tem-se a multiplicação da nova visão da atuação do extensionismo no Brasil, busca-se pautar em políticas públicas as atividades do campo, também identifica-se a necessidade de que os extensionistas atuem com uma visão diferenciada, através de metodologias participativas e com olhar para as questões sociais e ambientais, destacando a incorporação da agroecologia como uma prática na busca pela promoção do DRS, inserida na PNATER (DIESEL et al., 2015).

O novo contexto, após a implantação da PNATER e a criação de outros programas ligados ao MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, é destacado por Navarro (2010) como momento decisivo para que mudanças profundas ocorram nas comunidades rurais, com base em uma visão holística, sistêmica e participativa, busca-se a valorização dos saberes populares. Sendo assim é possível potencializar as melhorias na qualidade de vida dos agricultores familiares e também contribuir para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável.

Para Soares (2007), o contexto da extensão rural precisa trabalhar de maneira interdisciplinar com os agricultores, promovendo organização, formação e valorização dos conhecimentos práticos. Destaca-se a necessidade de reflexão no enfoque participativo, que implica entender o agricultor no centro do processo de discussão, através da problematização da realidade e ação resgatando e construindo novos laços e pactos sociais de solidariedade (RAMOS, 2006).

Sobre os principais desafios da extensão rural, Pettan (2005) destaca que a promoção do desenvolvimento local precisa ser a primeira preocupação dos serviços de ATER, principalmente a ATER pública e oficial, na qual o respeito às pluralidades e diversidades sociais culturais e ambientais devem prevalecer. A utilização de metodologias participativas e construtivas são ferramentas que podem ser aliadas na busca pela promoção do desenvolvimento rural sustentável.

3.3 METODOLOGIA

Este trabalho constituiu-se em um estudo de caso regional, com caráter exploratório e explanatório, busca explicar a causa e o efeito relacionando a extensão rural e a promoção do desenvolvimento rural sustentável. As pesquisas explanatórias buscam proporcionar familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses,

para tanto, utilizou-se de levantamento bibliográfico, entrevistas e análise de exemplos que auxiliam na compreensão (GIL, 2008).

A utilização da pesquisa explanatória e exploratória pode ser realizada de várias maneiras, porém, para a presente pesquisa, optou-se pelo estudo de caso. O estudo de caso é compreendido como uma estratégia de pesquisa abrangente, aliado à explanação dos resultados (YIN, 2001). Utilizou-se a abordagem quali-quantitativa, que é uma combinação de pesquisa quantitativa, na qual se busca traduzir opiniões, visões e informações em números para analisá-las, e qualitativa, pois engloba a percepção e objetividade, na qual o sujeito pode expressar seus anseios e opiniões (GIL, 2002). Sendo assim, a pesquisa objetiva combinar as duas modalidades, utilizando recursos estatísticos e interpretação dos dados amostrados. Para as questões do questionário se utilizou a escala de Likert (1932) de 5 pontos para avaliar as respostas, indo de 1- Concordo Totalmente até 5- Discordo Totalmente.

O estudo foi desenvolvido na região Norte do Rio Grande do Sul, região de abrangência do CODEMAU - COREDE Médio Alto Uruguai, que é composto por 22 municípios, situados no extremo norte do Estado do Rio Grande do Sul, na divisa com o Oeste do Estado de Santa Catarina, com uma população de 148.403 habitantes, sendo 54,74% residentes no meio urbano e 45,26% no meio rural, segundo o Censo de 2010 (GIRARDI et al., 2017).

O Público Alvo da presente pesquisa foram agricultores familiares da Região Médio Alto Uruguai e também técnicos, extensionistas e representantes sindicais que possuem ligação direta com a extensão rural e com os trabalhos da agricultura familiar, aqui denominados como *experts* sobre o tema em voga.

3.3.1 Planejamento Amostral

O Planejamento amostral é fundamental para o sucesso da pesquisa, o dimensionamento numérico e as técnicas de amostragens são ferramentas importantes para a interpretação dos resultados e análise dos dados (MIOT, 2011), no presente estudo foi utilizado o número de estabelecimentos rurais da Região Médio Alto Uruguai para determinação do número de entrevistas.

São aproximadamente 15.336 estabelecimentos rurais distribuídos nos 22 municípios, com uma média de 697,09 estabelecimentos por município. Distribuídos em uma média 20 comunidades por município. Sendo assim, entrevistou-se uma amostra focal representativa de 9,4 famílias de agricultores familiares por município. Representando 207 estabelecimentos rurais de agricultores familiares entrevistados na Região do CODEMAU.

Foram entrevistados 10 *experts* em extensão rural, sendo representados pelos seguintes segmentos da sociedade: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Extensionistas Rurais, representantes da secretaria municipal da agricultura e pesquisadores na temática da Extensão Rural. Totalizando 10 entrevistas. Os agricultores familiares entrevistados serão tratados com a codificação inicial A, seguido de numeral que representou a ordem em que foram entrevistados, variando de A. 1 a A. 207, já os *experts* serão tratados como E, também seguido de numeral, variando de E. 1 a E. 10 (BARDIN, 1977).

A coleta dos dados foi realizada entre agosto e setembro de 2020, através de 22 escritórios da EMATER, por meio de roteiros semiestruturados e estruturados, que abarcavam questões relacionadas a caracterização da agricultura nos estabelecimentos, relação com a ATER, aspectos ambientais, econômicos, culturais e políticos, por fim acesso a extensão rural. Os dados foram sistematizados com o auxílio de programas computacionais como: Excel, BioEstat 5.3 (quantitativos), já os dados qualitativos foram analisados e interpretados. As análises foram organizadas no texto a partir de cada variável.

3.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.4.1 Perfil dos agricultores familiares e caracterização das atividades agrícolas desenvolvidas

Do ponto de vista de uma caracterização inicial das famílias amostradas, 61,4% dos entrevistados pertencem ao gênero masculino e 38,6% do feminino. Em relação ao grau de escolaridade, 22,2% não detém o ensino fundamental completo, entre os entrevistados que tem o ensino médio completo e incompleto totalizam 31,4% da amostra, já considerando os que tem ensino técnico ou profissionalizante, superior completo e incompleto e pós-graduação, totalizam 34,8% dos entrevistados. Conforme a tabela 01, os resultados demonstram que os agricultores familiares da Região Médio Alto Uruguai, apresentam uma significativa porcentagem de famílias com nível de escolaridade igual ou maior que o ensino médio completo:

Tabela 1 – Grau de escolaridade dos entrevistados

	Frequência	%	% acumulado
Ensino Fundamental incompleto	46	22,2	22,2
Ensino Fundamental Completo	24	11,6	33,8
Ensino Médio incompleto	17	8,2	42

Ensino Médio completo	48	23,2	65,2
Ensino Técnico ou profissionalizante	13	6,3	71,5
Superior incompleto	18	8,7	80,2
Superior Completo	22	10,6	90,8
Pós-graduação	19	9,2	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

A escolaridade dos entrevistados é um instrumento importante para o debate, visto que Guanziroli e Vinchon (2019) apresentam resultados acerca da correlação entre a renda bruta anual e o nível educacional do chefe de família na região serrana fluminense, apontando correlação positiva entre o nível educacional e a renda bruta anual. Na presente pesquisa, não avaliou-se a renda bruta anual das famílias.

No que diz respeito à composição das famílias eu participei nesse estudo, 63,3% dos entrevistados informam ter filhos morando na propriedade, dado este que permite refletir sobre a organização e estruturação da sucessão familiar. Para Espíndola (2002), em muitos momentos, a juventude rural é excluída do processo de pensar o contexto rural, porém é possível considerar os jovens como sujeitos de desenvolvimento, no decorrer do processo de tomada de decisões apresentam maior capacidade de agregar mudanças e inovações nas propriedades rurais. Fato esse que está relacionado com o maior nível de escolaridade dos jovens, maior curiosidade e domínio das tecnologias com acesso à informação instantânea.

Quando questionados se vislumbram a sucessão familiar na propriedade, conforme a tabela 02, concordam totalmente 21,7% dos respondentes, concordam 49,3%, já os que não concordam nem discordam totalizaram 20,3%, ou seja, são propriedades que ainda não conseguem responder se a sucessão ou não nas propriedades será possível. Ainda, 8,7% discordam, não visualizando essa possibilidade nesse cenário em 2020:

Tabela 02 – Sucessão Familiar

Pergunta: Você consegue vislumbrar Sucessão familiar em sua propriedade

Escala de Likert	Frequência	%	% acumulado
Concordo Totalmente	45	21,7	21,7
Concordo	102	49,3	71
Não concordo nem discordo	42	20,3	91,3
Discordo	12	5,8	97,1
Discordo Totalmente	6	2,9	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Breitenbach e Corazza (2019), em um estudo recente, buscando analisar as perspectivas de sucessão familiar na agricultura dos(as) jovens rurais, estudantes do IFRS- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Câmpus Sertão, concluem que

quanto mais os jovens estão inseridos nas atividades gerenciais e operacionais da propriedade, mais chance de se tornarem tomadores de decisão e sucessores na unidade de produção.

A sucessão familiar não é um processo que se define em curto prazo, exige planejamento, diálogo e acima de tudo, interesse de ambas as partes (pais e filhos) para que o processo se concretize. Quando questionados sobre como enxergam a sucessão, houveram relatos como: “na agricultura podemos cultivar um pouco de tudo [...] sabemos como que foi todo o processo” (A. 32). Houveram também relatos de jovens que saíram das propriedades, mas retornaram para trabalhar na agricultura, na esperança de que seus filhos possam ter a oportunidade de ficar no meio rural, resgatando o sentimento de orgulho pela atividade rural: “voltei para a propriedade da família e com relação aos meus filhos, não forçarei a saírem da propriedade, tem que mostrar a importância da agropecuária para as crianças agricultoras, para formar uma ideia de orgulho, mesmo sendo um trabalho árduo” (A. 84).

De outro modo, foi observado o sentimento de pertencimento e valorização do trabalho em grupo: “trabalhamos em grupo e unidos” (A. 4) ou até mesmo irmãos trabalhando e tocando a propriedade juntos: “sim, eu e meu irmão já estamos assumindo a propriedade” (A. 167). Ao mesmo tempo, é preciso considerar que os jovens participam de formações voltadas ao desenvolvimento das atividades rurais, esse também se mostrou um fator positivo para a sucessão, “sim! Estudo na Casa Familiar Rural (CFR) e com o passar dos anos, venho cada vez tendo mais certeza que vou continuar na propriedade” (A. 48), e também “sim, me formei em 2018 no IFFAR, fiz o curso técnico em Agropecuária e estou trabalhando em casa junto com os meus pais” (A. 191). Logo, a partir de tais afirmações, compreende-se que os pais possuem um papel fundamental nesse processo, considerando que em muitas justificativas a questão de oportunidade para o jovem ficou evidenciada: “dando oportunidade aos jovens, eles conseguem um futuro melhor na sucessão” (A. 62).

Já dentre os principais motivos que dificultam a sucessão, destacam-se os conflitos familiares pela gestão da propriedade, a falta de oportunidade, a não estruturação das atividades produtivas com alguns entrevistados, externalizando-se a: “falta de incentivo para agricultura familiar e dificuldade em investir, pela falta da documentação da terra” (A. 153), ainda, “minhas sucessoras e esposa não tem interesses em agricultura” (A. 12). Outra constatação: “a cada ano que passa, a juventude vem saindo da atividade rural, pelas dificuldades de se manter em sua atividade tendo uma boa margem de lucro” (A. 201).

Buscando compreender a organização da agricultura na região, para além da sucessão rural, as famílias foram questionadas quanto a titularidade da propriedade, conforme a tabela 3,

considerando-se já de antemão que, em áreas próprias, é esperado que a sucessão seja mais frequente, quando comparadas a propriedades cujas as áreas são arrendadas:

Tabela 3 – Origem da Titulação da Propriedade

Titulação	Frequência	%	% acumulado
Própria	190	84	84
Arrendada	24	10	94
Usufruto	11	5	99
Posseiro	2	1	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Como percebe-se, as áreas próprias totalizaram 84% dos estabelecimentos entrevistados, desta forma, acredita-se que com a família sendo titular da propriedade, o acesso ao crédito rural é mais facilitado, fato que pode ser um determinante no processo de sucessão familiar.

Outro ponto de vista relevante é considerar que a Região Médio Alto Uruguai possui características rurais, com forte participação da agropecuária na economia e diversificação das atividades produtivas, principalmente nas pequenas propriedades (GIRARDI et al., 2007). Neste sentido, esta pesquisa buscou identificar as principais atividades produtivas, responsáveis pela receita das famílias.

Desta forma, o estudo apontou que a atividade produtiva mais expressiva em relação a composição da renda familiar é a bovinocultura de leite, presente em 136 estabelecimentos rurais, seguida da produção de grãos, presente em 113 estabelecimentos, a produção para subsistência e comercialização do excedente foi citada como fonte de receita por 48 famílias, na sequência, bovinocultura de corte presente em 44 estabelecimentos, estas foram as mais expressivas, conforme mostra a tabela 4:

Tabela 4 – Atividades produtivas responsáveis pelas fontes de receita das propriedades amostradas

Pergunta: As fontes de receita da sua propriedade são relativas a quais atividades produtivas:

Atividade Produtiva	Frequência	%
Bovinocultura de leite	136	66
Produção de grãos	113	55
Produção para subsistência e comercialização do excedente	48	23
Bovinocultura de Corte	44	21
Suinocultura	38	18
Fruticultura	33	16
Horticultura	19	9
Agroindústria	18	9
Piscicultura	17	8

Avicultura	9	4
Apicultura	7	3
Turismo Rural	6	3
Extrativismo	3	1
Outras atividades	17	8

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

A caracterização e o desenvolvimento das atividades produtivas de uma determinada região dizem muito a respeito dos caminhos que estão sendo traçados pela agricultura, seja convencional ou alternativa. Abordou-se algumas das atividades citadas pelos agricultores familiares como fonte de receita de suas propriedades, Ferrari et al., (2005) defendem a atividade leiteira como importante para as pequenas propriedades, sendo a agricultura familiar responsável por produzir leite de qualidade, a baixo custo e de forma competitiva. Nesse sentido, Faria e Martins (2008) ainda destacam a importância da ATER para os produtores de leite, principalmente os menos capitalizados, com menos capacidade de investimento, com menor disponibilidade de área e menor infraestrutura.

A produção para subsistência pode ser compreendida como a produção agrícola de bens de consumo imediato e produtos que são destinados ao mercado local, com caráter de produção para manutenção da família e a comercialização do excedente (Sandroni, 1999). Nesse sentido, a produção para subsistência e comercialização do excedente foi citada como responsável pela renda de 23% da amostra pesquisada, dados que remetem a diversificação das atividades, Giraldi et al., (2007) corroboram com os achados da pesquisa em tela, destacando que a região possui características geográficas de pequenas propriedades, conta com um microclima que possibilita diversas iniciativas agrícolas que estimulam a diversificação.

A produção para a subsistência é um importante aliado da promoção do desenvolvimento rural sustentável, pois a produção de alimentos garante a segurança e soberania alimentar dos agricultores, com uma produção em escalas não tão concentradas, com produção mais segura sem a utilização de agrotóxico e com uma contribuição fundamental da mulher na produção. A agregação de valor aos produtos produzidos para a subsistência da família pode ser um divisor de águas na questão de gênero, sendo que historicamente tal produção foi sendo atribuída a identidade da mulher.

Os produtos produzidos para a subsistência mais citados são: mandioca 95,2% dos estabelecimentos amostrados, frutas, 92,3%, hortaliças, 91,3% e milho, 86,5%, nesse Sentido Caporal e Costabeber (2002) afirmam que a agricultura familiar contribui para a promoção da segurança alimentar e nutricional, mas salientam que só é possível a realização de uma alimentação saudável a partir de uma agricultura sustentável, a qual permite o consumo de

alimentos com qualidade biológica, além de valorizar a cultura e tradição alimentar e o saber local de cada população.

O Turismo Rural também é uma atividade que vem se destacando na região, mesmo que ainda de forma singular a outras atividades produtivas, a pesquisa aponta que seis estabelecimentos declararam ter rendas oriundas do turismo rural, para Dias e Aguiar (2002) a associação às atividades humanas desenvolvidas no meio ambiente natural, no qual existe uma cultura de interação com as atividades produtivas vinculadas à produção rural, já é um caminho no sentido do desenvolvimento rural sustentável.

3.4.2 Sustentabilidade dos agroecossistemas

Quando os entrevistados foram questionados sobre a agricultura ser uma opção viável para a família, entre os que concordaram e concordaram totalmente, totalizou 90,8%, conforme se observa na tabela 5, o conceito de viável foi observado conforme a interpretação de cada agricultor, sendo que as justificativas para tais respostas serão discutidas a seguir:

Tabela 5 - Agricultura como uma opção viável para a família
Pergunta: A agricultura está sendo uma opção viável para você e sua família nos últimos anos:

Escala de Likert	Frequência	%	% acumulado
Concordo Totalmente	59	28,5	28,5
Concordo	129	62,3	90,8
Não concordo nem discordo	15	7,2	98
Discordo	3	1,5	99,5
Discordo Totalmente	1	0,5	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Dos agricultores participantes do estudo, dentre as principais justificativas para a resposta se destacam: “a produção de alimentos para subsistência e a produção de leite com uma renda mensal” (A. 96), “realmente a agricultura tem grande importância na nossa família, pois é dela que tiramos o nosso sustento, morando no interior também temos uma boa qualidade de vida” (A. 39), “porque aqui plantamos o necessário, não precisamos comprar” (A. 55). Dentre os motivos que embasam a viabilidade da agricultura para as famílias entrevistadas a geração de renda, a qualidade de vida e a segurança alimentar foram às justificativas mais citadas.

Avaliando a percepção dos agricultores em relação a viabilidade da agricultura nos estabelecimentos agropecuários da Região Médio Alto Uruguai é possível analisar aspectos relacionados a promoção da sustentabilidade. Caporal e Costabeber (2002) trazem para discussão as dimensões da sustentabilidade a partir da agroecologia, apontando seis dimensões

sustentáveis que estão relacionadas entre si: dimensão ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. As dimensões perpassam pela valorização dos recursos naturais com a reutilização dos insumos, preservando a biodiversidade local. Relacionando as justificativas que embasam a viabilidade da agricultura para as famílias entrevistadas, conforme tabela 6, e as dimensões da sustentabilidade apontadas por Caporal e Costabeber (2002), temos:

Tabela 6 – Dimensões da Sustentabilidade

Dimensões da Sustentabilidade	Aspectos relacionados	Frequência	%
Dimensão Econômica	Comercialização, agregação de valor e geração de renda; Resultados econômicos.	148	71%
Dimensão Social	Qualidade de vida, equidade (menor desigualdade)	109	53%
Dimensão Ecológica	Recursos naturais Agrobiodiversidade e Produção para Subsistência (sem agrotóxicos);	78	38%
Dimensão Cultural	Saberes, o conhecimento e os valores locais dos agricultores.	46	22%
Dimensão Política	Políticas públicas de desenvolvimento rural, processos participativos e democráticos.	31	15%
Dimensão Ética	Responsabilidade, respeito com a sustentabilidade dos agroecossistemas e igualdade.	27	13%

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Os resultados observados demonstram que algumas das dimensões mensuradas são mais citadas pelos agricultores familiares, a dimensão econômica foi percebida na justificativa de 71% dos entrevistados, tendo uma significância maior do que as demais para o grupo focal entrevistado. Para Van Bellen (2002) uma das mais importantes características de uma dimensão ou de um indicador é a sua relevância para a política e para o processo de tomada de decisão, nesse sentido, a dimensão econômica está sendo determinante no processo de tomada de decisões na Região Médio Alto Uruguai, norteando o futuro dos estabelecimentos agropecuários.

Freitas (2012) assinala que a dimensão econômica pode trazer o “trade-off”, ou seja, fazer uma escolha entre a eficiência e equidade, considerando que, nessa percepção, a sustentabilidade pode trazer a reestruturação dos modos de entendimento e consumo, alterações

no estilo de vida e valorização dos recursos naturais para a economia, estando a dimensão econômica no mesmo nível da dimensão ambiental.

Paulus e Schlindwin (2001) destacam que a agricultura sustentável deve incorporar os valores básicos, valorizando as comunidades rurais considerando os aspectos culturais e humanos, a diversidade cultural e a biodiversidade animal e vegetal. Nesse sentido, a sustentabilidade dos agroecossistemas só pode ser alcançada com o equilíbrio entre as diferentes dimensões, combinando os componentes sociais, econômicos, políticos e ecológicos.

Caporal e Costabeber (2002) corroboram trazendo o equilíbrio para a discussão entre as diferentes dimensões, chamando a atenção para a realidade na qual o conflito está inserido, as dimensões ecológica, econômica e social são as bases da pirâmide das multidimensões da sustentabilidade, seguidas das dimensões culturais e políticas, norteadas pela ética. Na presente pesquisa, as dimensões econômica, social e ecológica, respectivamente, foram as mais citadas, demonstrando que estas são atendidas em primeiro momento, para que posteriormente as demais dimensões sejam alcançadas. Nesse sentido, Abramovay et. al., (2007) ressaltam que os agricultores tendem a ser cada vez mais participativos, empreendedores e esclarecidos, buscando oportunidades para melhorar os processos produtivos, na tentativa de alcançar as dimensões da sustentabilidade.

3.4.3 Políticas Públicas relacionadas ao desenvolvimento rural

As políticas públicas são consideradas ferramentas importantes na busca do desenvolvimento rural, Bergamasco et, al., (2013) destacam que o sucesso das formas de agricultura familiar está intimamente ligado às políticas públicas que são desenvolvidas na região, a apropriação pelos diferentes agentes participantes determina o quanto o objetivo será alcançado. Os agricultores precisam se apropriar das políticas públicas, entender objetivos, limites e possibilidades. Quando os agricultores foram questionados sobre o acesso a políticas públicas temos a seguinte distribuição, conforme a tabela 7, ressaltamos que a ATER- Assistência Técnica e Extensão Rural não foi questionada neste item, mesmo sendo uma política pública, pois dispensamos um tópico só para essa discussão.

Tabela 7 – Políticas Públicas acessadas pelo Agricultores

Pergunta: Você ou sua família já foi beneficiado com algumas dessas políticas públicas?

	Frequência	%
PRONAF e/ou outros Créditos Agrícolas	182	87,9%
Programa Troca-troca de sementes	117	56,5%

Cursos do Sistema S (SENAR, SENAI, SEBRAE)	105	50,7%
Auxílio Maternidade	72	34,8%
Políticas Públicas Municipais	58	28%
Auxílio Doença	49	23,7%
Aposentadoria	41	19,8%
Chamadas Públicas	39	18,8%
Bolsa família	29	14%
Minha Casa Minha Vida	25	12,1%
SEAF- Seguro da Agricultura Familiar	23	11,1%
FEAPER	22	10,6%
PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar	13	6,2%
Luz para Todos	11	5,3%
PGPM/PAF – Política de Garantia de Preços Mínimos	02	1%
Nenhuma	02	1%

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

As políticas públicas podem ser planejadas e executadas com diferentes vieses, o que é muito relativo e dependente do contexto local, destacamos aqui a expressiva parcela de agricultores familiares que, em algum momento, acessaram o PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, totalizando 87,9% dos entrevistados. O crédito rural através do PRONAF se tornou uma importante política pública, que garante possibilidade de produção a muitas famílias Brasileiras, não sendo diferente na Região Médio Alto Uruguai do RS, estas famílias utilizam o crédito rural para fomentar suas atividades agrícolas. Pereira e Nascimento (2014) apontam que o crédito rural, via o PRONAF, estimula o aumento da produção agrícola da agricultura familiar, sendo um importante indicador na sustentabilidade dos estabelecimentos agropecuários.

Mesmo com Aquino & Schneider (2015) salientando que, historicamente, o PRONAF, quando criado, possuía o objetivo de atender um determinado público, sendo produtores que tinham a capacidade de responder rápido, mais capitalizados e mais estruturados. Castro e Pereira (2017), entre outros autores, destacam a relação entre o crédito do PRONAF e a assistência técnica e extensão Rural, ressaltando o papel do agente de ATER na orientação e adoção de práticas agrícolas mais rentáveis e sustentáveis. Entretanto se chama a atenção que o PRONAF em especial, tem mantido o papel frente ao desenvolvimento rural, mas que por outro lado acaba intensificando ainda mais os efeitos da modernização da agricultura, com a concentração da propriedade, produtividade e renda (TOLEDO e ZONIN, 2021).

4.4.4 A ATER pela percepção dos agricultores familiares e *Experts*

Procuramos compreender a importância da ATER a partir da percepção dos agricultores familiares e de *experts* e sua relação com a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Pelo olhar dos *Experts*, como resultado, 100% dos entrevistados consideram a ATER desenvolvida por instituições oficiais do Estado como muito importante e importante, externalizando que: “acredito ser muito importante, sim, a Assistência Técnica e Extensão Rural, por ser uma ação desenvolvida em prol do agricultor, ou seja, toda e qualquer ação desenvolvida neste sentido só vem a complementar e a garantir o desenvolvimento sustentável no meio rural” (E. 04), também que “a ATER é essencial para os agricultores, contribui com orientações, informações, apoio nas demandas individuais. Passa ser uma base de referência, para além do conhecimento técnico” (E. 05).

A percepção dos agricultores em relação a importância da ATER desenvolvida por instituições oficiais do Estado corrobora com a percepção dos *Experts*, identificamos na tabela 8 que 96,2% dos agricultores entrevistados consideram a ATER desenvolvida por instituições oficiais do Estado como muito importante e importante, assumindo um grau de relevância extremamente significativo para os agricultores familiares da Região em foco:

Tabela 8 - Importância da ATER desenvolvida por instituições oficiais

Grau de importância	Frequência	%	% acumulado
Muito importante	108	52,2	52,2
Importante	91	44	96,2
Nem muito nem pouco importante	4	1,9	98,1
Pouco Importante	4	1,9	100
Nada Importante	0	0	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Dentre as justificativas que embasam tal percepção, destacam-se: “é muito importante, termos em nossa propriedade, pessoas que nos auxiliem com novas ideias, com novos métodos para o melhoramento do nosso trabalho” (A. 09), também “a Extensão Rural tem sido de grande importância no decorrer dos anos, pois como o objetivo principal é ajudar os pequenos produtores rurais, algo que vem acontecendo, ensinando aos agricultores os melhores manejos e a melhor gestão para sua propriedade” (A. 16).

Para Romaniello e Assis (2015), o trabalho da extensão rural é fundamental para a consolidação de uma agricultura com bases sustentáveis, pois através dela é oportunizado a reflexão sobre os conhecimentos já consolidados pelos agricultores familiares, a partir desse

conhecimento é possível auxiliar no processo de aprendizagem, não com o objetivo de transferir conhecimento, mas sim de construir processos de emancipação e participação. Já Caporal e Costabeber (2004) destacam a diversificação das atividades produtivas e a transformação da base técnica como importantes contribuições da ATER, com vistas para o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, Rocha Junior et al., (2020), em sua pesquisa sobre a relação entre a ATER e o aumento de uma das dimensões da sustentabilidade (renda), aponta que os investimentos em políticas públicas como a ATER são muito viáveis, mesmo que analisado somente o aspecto financeiro, permitindo o aumento de até $\frac{1}{4}$ de renda para os agricultores familiares que tem acesso a tais serviços.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa reflexão parte do entendimento de Desenvolvimento Rural Sustentável com vistas para os aspectos sociais, ambientais, econômicos, culturais, políticos e éticos. A proposta da pesquisa não se resume apenas em concepções e conhecimentos já exauridos, pelo contrário, busca trazer para a discussão os verdadeiros atores do processo, os agricultores familiares e também os *experts*, que vivenciam o desenvolvimento rural na prática.

O estudo permitiu concluir que a caracterização da situação da agricultura familiar na região, é baseada em atividades produtivas como a bovinocultura de leite, produção de grãos e produção para subsistência, sendo as atividades mais expressivas na composição da renda dos agricultores familiares entrevistados. Conclui-se que a extensão rural possui função importante na promoção da sustentabilidade dos agroecossistemas implantados nas propriedades.

Já avaliando as dimensões da sustentabilidade é possível concluir que a dimensão econômica assume um grau de importância maior para os agricultores do que as demais dimensões, demonstrando que as políticas públicas precisam auxiliar no fortalecimento da agregação de valor e renda as propriedades, valorizando seus recursos naturais, para buscar o desenvolvimento sustentável.

Finalizamos afirmando que a extensão rural possui capilaridade importante na região, principalmente relacionada a reflexão sobre as bases mais ecológicas da agricultura. Tais aspectos conclusivos são alicerçados nos resultados apontados na presente pesquisa, onde tanto os agricultores familiares quanto os *experts* reconhecem e acreditam na extensão rural como uma ferramenta para a busca da promoção do desenvolvimento rural sustentável. Nesse contexto o fortalecimento da ATER na região se faz necessário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, R. (1997) Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, *Anais*, p. 29 (Texto para discussão)
- Andrades T. O. Ganimi R. N. (2007). Revolução Verde e Apropriação capitalista. *CES Revista*. Juiz de Fora, V (21) 43-56.
- Aquino, J. R., & Schneider, S. (2015). O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In C. Grisa & S. Schneider (Orgs.), Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. *Editora da UFRGS*, Porto Alegre, 53-81.
- Assad, M. L. Almeida, J. (2004). Agricultura e Sustentabilidade. *Ciência & Ambiente*, n. 29, p. 15-30.
- Assis, R. L. (2005). Desenvolvimento rural sustentável no Brasil perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. *Revista Desenvolvimento rural sustentável no Brasil*, 75 – 89.
- Bardin, L. (1977). Análise de conteúdo. *Lisboa*: Edições 70, 225 p.
- Bergamasco, S. M. P. P., Borsatto, R. S. E Esquerdo, V. F. S. (2013). Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: reflexões a partir de estudos de casos no estado de São Paulo. *Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios*, Buenos Aires-Argentina, n. 38, p. 25-50.
- Boff, L. (2012). Sustentabilidade: o que é: o que não é. Petrópolis, *Editora Vozes*, 208 p.
- Brasil, (2010). Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER.
- Brasil, Sistema Nacional do Meio Ambiente (1981). *A Política Nacional do Meio Ambiente, Lei Federal nº 6.938/81*. Recuperado em 21 de setembro de 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm
- Brasil. Senado Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Recuperado em 15 de junho de 2020 de https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp
- Breitenbach, R., & Corazza, G. (2019). Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil. *Revista Latino-americana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 17 (2),1-34. doi: 10.11600 / 1692715x.17212

- Caporal, F. R.; Costabeber, J. A. (2002). Agroecologia: enfoque científico e estratégico. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 3, n. 2, abr./jun., p. 13-16.
- Caporal, F. R.; Costabeber, J. A. (2002). Análise Multidimensional da Sustentabilidade Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v. 3, n. 3, Jul./Set.
- Caporal, F. R.; Costabeber, J. A. (2004). Agroecologia: alguns conceitos e princípios. 1. ed. Brasília: MDA/SAF, 2004. v. 1. 24 p. ISBN: 978-85-60548-66-8
- Castro, C. N., & Pereira, C. N. (2017). Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*.
- Coutinho, G. A. (2009). A ética ambiental na sociedade contemporânea. *Direito & Política*, Itajaí, v. 4, p. 160-178.
- Dias, R. Aguiar, M. R. (2002). Fundamentos do Turismo: conceitos, normas e definições. *Alínea*, Campinas, SP.
- Diesel, V; Dias, M; Neumann, P. S. (2015). Pnater (2004-2014): da concepção à materialização. In: Grisa, C; Shneider, S. (Org.). Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Porto Alegre: *Editora da UFRGS*, 2015. Cap. 1. p. 107-128. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>, Acesso em: 15 de março 2020.
- Erickson, K. E. (2002). Ciência para o desenvolvimento sustentável. In: Cavalcanti, C. (Org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: *Cortez*; São Paulo.
- Espíndola, H. D. (2002). Nuevo enfoque de políticas públicas de juventud rural. Seminário Internacional La revalorización de los grupos prioritarios en el medio rural, *Ciudad de México*, México.
- Faria, V. P.; Martins, P. C. (2008). O desenvolvimento da pecuária leiteira no Brasil. In: Albuquerque, A. C.; Da Silva, A. G. Agricultura tropical: quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e políticas. Brasília, DF: *Embrapa*. 1201-1231 p
- Ferrari, D. L. (2005). Agricultores familiares, exclusão e desafios para inserção econômica na produção de leite em Santa Catarina. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/tec2-0105b>, Acesso em: 18 agosto de 2020.
- Fonseca, M. T. L. (1985). A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital. São Paulo: *Loyola*. 192p.

- Frantz, T. R.; Silva Neto, B. (2005). A dinâmica dos sistemas agrários e o desenvolvimento rural. *Editora Unijuí, Ijuí.*
- Freitas, J. (2012). Sustentabilidade: direito ao futuro. *Fórum*, 2. ed. Belo Horizonte, MG.
- Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. *Atlas*, São Paulo. ed 2.
- Gil, A. C. (2008). Como elaborar projetos de pesquisa. *Atlas*, São Paulo. ed 4.
- Girardi, E. Franz, J. Faccin, M. Ritterbuch, M. (2017). Plano estratégico de desenvolvimento da região do Médio Uruguai: 2015 -2030: CODEMAU, *Grafimax*, Frederico Westphalen, RS.
- Guanziroli, C. E. Vinchon, K. (2019). Agricultura familiar nas regiões serrana, norte e noroeste fluminense: determinantes do processo de geração de renda. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57(3), 353-367. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.186584>
- Helene, M. E. Marcondes, B. Nunes, E. (1994). A fome na atualidade. *Editora Scipione: São Paulo*, 55 p. ISBN-10: 8526223836
- Ianni, O. (1997). A era do globalismo. Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, 256p.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2007). Manual do recenseador. *IBGE*. Recuperado em 15 de novembro de 2020, de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5537.pdf.
- Lamarque, H. (1993). A agricultura familiar: uma realidade multiforme. Campinas: *Editora da Unicamp*. In: Association des Ruralistes Français. Lê monde Rural et lês Sciences Sociales: omission ou fascination. Tradução de Auro Luiz da Silva. Paris, 1994 a. XIX. Colóquio da Association des Ruralistes Françaises.
- Likert, R. (1932). A technique for the measurement of attitudes. *Archives of Psychology*. n. 140, p. 44-53.
- Miot, H. A.(2011). Tamanho da amostra em estudos clínicos e experimentais. *Vasc Bras*, Vol. 10, Nº 4.
- Müller, G. (1989). Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: *Hucitec/PUC-SP*, 149p. (Estudos Rurais, 10).
- Navarro, Z. (2010). A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: Gasques, J.; Vieira Filho, J.; Navarro, Z. (Org.). Agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: *IPEA*, 294 p.
- Nunes, S. P. Grígolo, S. C. (2013) Assistência Técnica e Extensão Rural no Sul do Brasil: Práticas, avanços e limites metodológicos. *Editora UNIJUI*. Ijuí.

- Pasquali, I. S. R. (2018). Licenciamento e Perícia Ambiental. *Colégio Politécnico da UFSM*. Santa Maria, 97 p. Notas de aula.
- Paulus, G.; Schlindwein, S.L. (2001). Agricultura sustentável ou (re) construção do significado de agricultura? *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, jul./set.
- Peixoto, M. (2008). Extensão Rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação. Consultoria Legislativa do Senado Federal, *Centro de Estudos*, Brasília. Recuperado em 10 de janeiro de 2020 de <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>
- Pereira, E. L., & Nascimento, J. S. (2014). Efeitos do Pronaf sobre a produção agrícola familiar dos municípios tocantinenses. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(1), 139-156.
- Pettan, K. B. (2005). As inter-relações pesquisa, ensino e extensão. In: Castro, C. E. F. et al. Ponte para o futuro. Campinas: *CONSEPA* p. 49–64.
- Puntel, J. A. Ramos M. P. Paiva C. A. (2011). Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. IPA, *Anais do I circuito acadêmico*.
- Ramos, L. F. (2006). Da contradição do sujeito na extensão rural. In: Tavares, J. R.; Ramos, L. (Org.). Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: *IDAM*, p. 117-122.
- Rocha Junior, A., Silva, R. O., Peterie Neto, W., & Rodrigues, C. T. (2020). Efeito da utilização de assistência técnica sobre a renda de produtores familiares do Brasil no ano de 2014. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 58(2), 1-16.
- Romaniello, M. M. Assis, T. R. (2014). Extensão Rural e Sustentabilidade: Guia de Estudos. Lavras: *UFLA* 114 p.
- Sachs, I. (2009). Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: *Garamond*, 96p.
- Sandroni, P. (1999). Novíssimo dicionário de economia. *Editora Best Seller*, São Paulo.
- Santos, M. (2001). Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. *Record*, Rio de Janeiro.
- Sauvé, L. (2005). Educação ambiental: possibilidades e limitações. São Paulo: *Educação e Pesquisa*, 317-322.
- Schuch, H. J. (2010) Juventude Rural: a roça em transformação. *Corag*, Porto Alegre.
- Soares, J. S. (2007). Extensão rural e desenvolvimento sustentável. *Emater/MG*. Disponível em <http://www.paginarural.com.br> Acesso: 14 de janeiro de 2020.

- Toledo, E. N. Zonin, V. J. (2021) O PRONAF: um vetor tendencial à concentração e seleção produtiva na agricultura familiar. DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5371> | Edição Vol. 30, Núm. 51.
- Tota, A. P. (2014). Como um Rockefeller sonhou em modernizar o Brasil. *Anais do XI Encontro Internacional da ANPHLAC*, Niterói. Rio de Janeiro.
- Van Bellen, H. M. (2002). Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. Tese de doutorado (Doutorado em Engenharia de produção) – Curso de Pós Graduação em engenharia da produção, *Universidade Federal de Santa Catarina*. Florianópolis. 235p.
- Yin, R. K. (2001). Estudo de caso: planejamento e métodos. *Bookman*. Porto Alegre. Ed 2.
- Zylbersztajn, D.; Neves, M. F. (2000). Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. *Pioneira*, São Paulo: 428p.

4 CAPÍTULO II

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO COREDE MÉDIO ALTO URUGUAI: ANÁLISE DOS DESAFIOS E CONTROVÉRSIAS

RESUMO: A extensão rural no Brasil assume, historicamente, um caráter público e gratuito, tendo sua origem relacionada ao processo de industrialização da agricultura com a intensificação das atividades produtivas. Uma contraposição e diferenciação entre a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é abordada, compreendendo a Assistência Técnica (AT) como ferramenta pontual relacionada a um problema específico, principalmente de produção. Já a extensão rural assume um caráter amplo, com bases na teoria da complexidade e um viés pedagógico de educação não formal. A presente pesquisa se propõe a apontar e descrever as principais diferenças entre a ATER pública/oficial da Assistência Técnica oferecida pelas iniciativas privadas, também apontar avanços e retrocessos da ATER e suas contribuições para o desenvolvimento regional, a partir da percepção dos agricultores familiares e de *experts*. Logo do ponto de vista metodológico caracteriza-se por um estudo de caso regional (Região Médio Alto Uruguai, RS), com caráter exploratório e explanatório, onde 207 famílias foram entrevistadas, pertencentes aos 22 municípios que compõem esta região. Os resultados apontam que 91,3% dos agricultores (as) entrevistados (as) consideram ser a Emater-RS/Ascar a instituição que desenvolve a ATER na região. Ainda a diferenciação entre os serviços oferecidos pela ATER pública comparados à assistência técnica privada é percebida pelos agricultores no contexto regional. Assim conclui-se que o fortalecimento das instituições que prestam ATER pública é fundamental para a promoção do desenvolvimento rural sustentável na região e especialmente da agricultura familiar público prioritário dos serviços de ATER na região.

Palavras chaves: Assistência Técnica. Extensão Rural. Controvérsias.

TECHNICAL ASSISTANCE AND RURAL EXTENSION IN THE COREDE MÉDIO ALTO URUGUAI: ANALYSIS OF CHALLENGES AND CONTROVERSIES

ABSTRACT: The rural extension in Brazil assumes a public and free character, having its origin related to the agriculture industrialization process with the intensification of the productive activities. A counterposition and differentiation between the Technical Assistance and Rural Extension (ATER) is addressed, understanding the Technical Assistance as an exact tool related to a specific problem, mainly of production, now the rural extension assumes a broad character based on the theory of the complexity and a pedagogical bias of non-formal education. This research proposes to point out and describe the main differences between public ATER and Technical Assistance official (TA) offered by the private initiatives, also to point out advances and setbacks of the ATER and its contributions to the regional development, from the perception of the family farmers and experts. As a regional case study (*Médio Alto Uruguai* Region, RS), with an exploratory and explanatory character, 207 families were interviewed, belonging to the 22 municipalities that make up this region. The results show that 91.3% of the interviewed farmers consider Emater-RS/Ascar to be the institution that develops ATER in the region, the differentiation between the services offered by the public ATER compared to the private technical assistance is perceived by the farmers in the regional context. The strengthening of the institutions that provide public ATER is fundamental, especially when taking into consideration that the family farmers are the target public of ATER services in the region.

Keywords: Technical assistance. Rural extension. Controversies.

4.1 INTRODUÇÃO

Os serviços de ATER sofreram importantes alterações ao longo da história da implantação da agricultura no Brasil, cumprindo, em um primeiro momento, um papel de difusão de tecnologias e industrialização do meio rural, o que desencadeou a Revolução Verde, com foco nas altas produtividades, utilizando o apelo do crescimento populacional e combate à fome (DIESEL et al., 2007).

Com os reflexos dessa industrialização do rural, a compreensão da limitação dos sistemas produtivos e o entendimento da limitação dos sistemas biológicos, iniciou-se um processo de repensar da extensão rural pública no Brasil, sendo intensificado a discussão a partir

dos anos 1990. Iniciou-se a busca por um modelo de agricultura que respeitasse as dimensões da sustentabilidade e que englobasse a agregação de valor aos produtos com respeito às condições ambientais e valorização dos saberes locais (CAPORAL; COSTABEBER 2004).

Nesse contexto, a ATER pública inicia uma reorganização na busca por bases sustentáveis na agricultura, reavaliando, inclusive, as metodologias até então desenvolvidas pela extensão rural. Para Silva et al., (2013) uma metodologia de trabalho com alternativas como a agroecologia é a base para a nova extensão rural, socialmente mais justa, ambientalmente mais aceitável e que possa dar conta das fragilidades deixadas pelo modelo produtivista.

Esse artigo se propõe a apontar e descrever as principais diferenças entre a ATER pública e oficial da Assistência Técnica (AT) oferecida pelas iniciativas privadas, também apontar avanços e retrocessos da ATER e suas contribuições para o desenvolvimento regional, a partir da percepção dos agricultores familiares e de *experts*. Este trabalho se estrutura em cinco seções: a primeira se destina a introdução, a segunda aborda os aspectos históricos da extensão rural no Brasil, as contraposições entre Assistência Técnica X Extensão Rural, os serviços de ATER pública e a Assistência Técnica privada e os caminhos da extensão rural. A terceira seção aborda as metodologias de pesquisa utilizadas, na quarta seção são mostrados os resultados e discussões dos dados analisados e, por fim, as considerações finais.

4.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.2.1 Extensão Rural no Brasil

A utilização dos recursos naturais para a sobrevivência humana é registrada desde a antiguidade, com uma intensificação dependendo do período histórico. Tal relação determinou a criação de sistemas agricultáveis, nos quais a produção passa a ser mais intensa de uma determinada atividade produtiva (OLINGER, 1996). Na busca da intensificação e qualificação das atividades agricultáveis, a difusão de informações e técnicas agrícolas se torna fundamental, sendo que o termo extensão foi difundido na segunda metade do século XIX, nos Estados Unidos (SWANSON; BENTZ; SOFRANKO, 1997).

Já no Brasil, a extensão rural de forma institucionalizada tem início a partir de 1929, com a realização da semana do fazendeiro, que foi organizada pela Escola Superior de Agricultura de Viçosa, hoje Universidade Federal de Viçosa. Na sequência, na década de 40, semanas rurais eram realizadas através de parcerias entre o Ministério da Agricultura e as

Secretarias da agricultura dos Estados, os técnicos se deslocavam para os municípios realizando palestras e atividades diretamente com os agricultores (PEIXOTO, 2008).

Na sequência da história da extensão rural no Brasil, a vinda de Nelson Rockefeller ao país, em 1942, com a possibilidade de desenvolvimento de projetos que prometiam revolucionar e industrializar o meio rural, através da adaptação de modelos norte-americanos de extensão, inicia-se a história concreta da extensão rural no Brasil. Este integrante de uma poderosa família ligada ao petróleo, fundador de enormes corporações que trabalhavam com o petróleo, chegou ao Brasil como enviado do governo Roosevelt para trazer a modernização de alguns setores, sendo a agricultura um desses campos (TOTA, 2014).

Rockefeller foi responsável pela criação de corporações mercantis e também pelo desenvolvimento de espaços de formação de extensionistas fora do Brasil, com seu projeto voltado ao assistencialismo educativo para o capital, preparou condições para o desenvolvimento, criando a Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico (AIA). Esse período foi uma fase importante da extensão rural, que até então não era legitimada pelo Estado, foi a partir das atuações do projeto de Rockefeller que o Estado Brasileiro iniciou a legitimação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) (FONSECA, 1985).

O modelo de ATER adotado foi baseado na transferência de tecnologia, principalmente de centros de pesquisas, através dos extensionistas rurais que desenvolveram uma comunicação unilateral com os agricultores, transferindo o conhecimento produzido no meio acadêmico para que fosse executado nas propriedades, sendo um elo da porteira para dentro com os produtores. Para executar as ações de ATER os extensionistas rurais passaram por capacitações e formações, com o principal propósito de promover as mudanças no modelo de produção existente, considerando o cenário pós-segunda guerra mundial (WAGNER, 2011).

Nesse contexto Caporal e Costabeber (2004) citam que foi a partir dos anos de 1950, com a consolidação da produção de bens e serviços rurais, que a extensão rural assume um papel importante, sendo implantada com o objetivo de levar conhecimento ao homem do campo. O processo de industrialização da agricultura começa a se destacar, necessitando de políticas e programas que conseguissem orientar os novos modelos de produção, desde então a extensão atende a demanda crescente por conhecimento e inovação no campo rural.

Mas foi nas décadas de 50 e 60 que aconteceu a institucionalização efetiva dos serviços de ATER no País, a partir da criação nos Estados da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), sendo coordenada pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada em 1956 (PEIXOTO, 2008). A primeira ACAR fundada foi a de Minas

Gerais, na sequência foi expandida para os outros Estados, estruturadas de acordo com o modelo norte-americano, com a difusão de inovações que nesse período atribuía à extensão rural à missão de oferecer assistência técnica e financeira aos produtores rurais, oportunizando que estes produtores adotassem as inovações desenvolvidas, principalmente pelos colégios agrícolas (CASTRO, 2015).

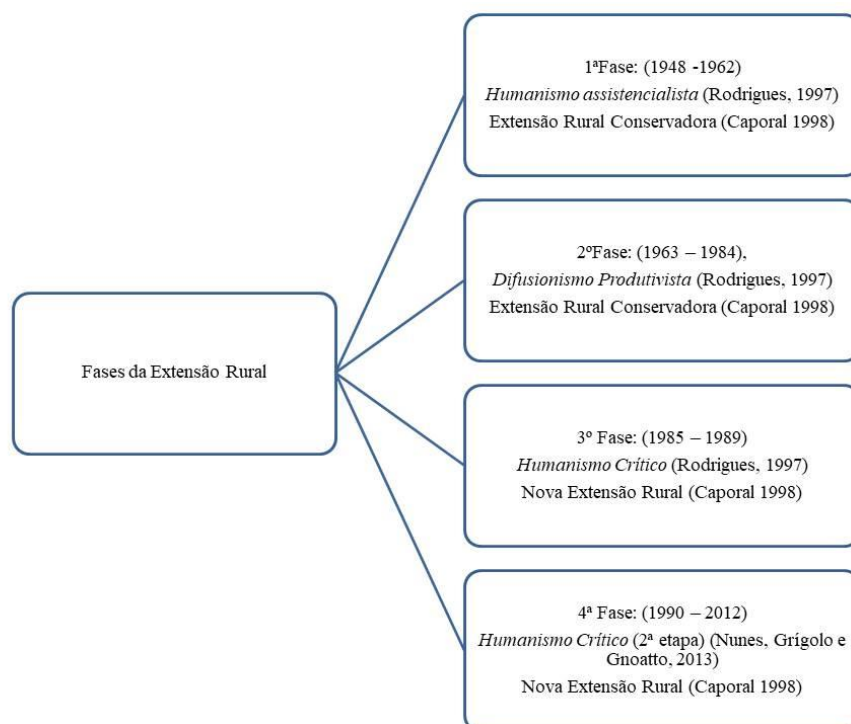
A expansão da ACAR para os outros Estados foi um processo gradual, a partir da experiência mineira, pode-se perceber a ATER levando informação e novas tecnologias aos mais diversos locais no meio rural, fazendo da agricultura um campo econômico mais fértil. Caporal e Costabeber (2002) ainda citam que ao final da década de 1950 todos os Estados da região Sul e Sudeste já contavam com os serviços de ATER, expandindo na sequência para os Estados do Nordeste e Centro-Oeste, desenvolvimento este, sendo coordenado pela ABCAR.

O crescimento e desenvolvimento da extensão rural foram impulsionados com a criação do crédito subsidiado a partir de 1965, com essa ferramenta foi possível que os agricultores pudessem realizar investimentos em suas propriedades com o viés da inovação tecnológica, contando, nesse momento, com a orientação dos extensionistas, na aplicação e manutenção dos projetos produtivos de desenvolvimento das propriedades. Sendo assim, a Assistência Técnica já vinha aliada à Extensão rural, contando com o forte apoio de cursos superiores como agronomia e veterinária. Caporal e Costabeber (2004) apontam ainda que a relação era tão próxima entre as Associações (ACAR) e os cursos de Ciências Agrárias que alguns egressos dos cursos não precisavam realizar concurso para ingressar nas empresas de extensão rural.

A legislação Brasileira foi andando conforme os interesses de crescimentos dos serviços e demandas da extensão rural, a criação do Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER) garantia o aporte financeiro realizado pela união na manutenção e custeio das atividades desenvolvidas pelas ACARs. Com o objetivo de articular as ações de ATER e pesquisas agropecuárias do setor foi instituído a Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica e Extensão Rural (COMPATER) no Ministério da Agricultura em meados de 1974 (PEIXOTO, 2008).

A extensão rural, nesse período é descrita por Nunes et al., (2013) como sendo *Difusionista Produtivista*, já tendo passado pela fase *Humanismo Assistencialista* e seguindo para a terceira fase a do *humanismo crítico*, conforme a figura 1 que trata as fases da extensão rural no Brasil.

Figura 1 – Fases da extensão rural



Fonte: Adaptado Caporal (1998) e Nunes, Grígolo e Gnoatto (2013)

A fase *Difusionista Produtivista* objetivou o desenvolvimento rural através da superprodutividade, as preocupações giravam em torno da área plantada, técnicas de cultivo e produtividade em alta escala. Esse período também ficou conhecido como o qual ocorreram as alterações nas estruturas fundiárias, através da reforma agrária, com a utilização de insumos agrícolas e introdução de maquinários nas propriedades. O trabalho da Extensão rural, centralizado em grandes e médios produtores rurais, buscando atingir a industrialização da agricultura (NUNES et al., 2013).

Cada uma das fases da extensão rural no Brasil está relacionada com um momento histórico, envolvido pelo cenário econômico e político, sendo a extensão rural moldada pelos interesses e complexidades de cada época (GRÍGOLO et al., 2011). Nesse cenário, em 1974, com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), pública e vinculada ao ministério da agricultura, com personalidade jurídica e direito privado, os serviços de extensão rural iniciaram um processo de reestruturação (PEIXOTO, 2008).

A EMBRATER, compreendendo seu papel na busca pela promoção do desenvolvimento e entendendo que os serviços de ATER estavam excluindo agricultores que não possuíam capital suficiente para ingressar nesse processo de industrialização da agricultura, inicia uma proposta de trabalhar com os grandes e médios produtores com tecnologias

inovadoras e com pequenos produtores se propõe a desenvolver um trabalho social mais assistencialista (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). A mesma legislação que cria a EMBRATER ainda estabelece vínculos diretos desta com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), conforme pode-se analisar no artigo 4º e 5º Lei n. 6.126, de 06 de novembro de 1974 que traz o seguinte:

Art. 4º - São objetivos da EMBRATER:

I - colaborar com os órgãos competentes do Ministério da Agricultura na formulação e execução das políticas de assistência técnica e extensão rural;

II - promover, estimular e coordenar programas de assistência técnica e extensão rural, visando à difusão de conhecimentos científicos de natureza técnica, econômica e social;

III - colaborar com as Unidades da Federação na criação, implantação e operação de mecanismo com objetivos afins aos da EMBRATER.

Art. 5º Poderão, EMBRAPA e EMBRATER, dar apoio financeiro para empresa sob controle estadual, constituídas para os fins previstos no inciso III ao artigo 1º, desde que se sujeitem estas às seguintes condições cumulativas:

I - adotar diretrizes organizacionais e critérios de escolha de dirigentes semelhantes aos estabelecidos para a EMBRAPA e a EMBRATER, conforme o caso;

II - operar em consonância com os sistemas de programação e de controle técnico e financeiro fixados pelas Empresas mencionadas no inciso anterior;

III - ajustar a metodologia de trabalho e de avaliação às normas preconizadas pelas Empresas a que forem associadas, nos termos do disposto o inciso III do referido artigo 1º; (BRASIL, 1974).

Com os claros objetivos instituídos da EMBRATER, as políticas públicas de extensão rural passam a ser responsabilidade do Ministério da Agricultura e a difusão de conhecimentos técnicos e científicos são a base e o cerne do trabalho, porém a inclusão do social remete que, a partir da criação da EMBRATER, a preocupação com o desenvolvimento rural passa a transcender os aspectos econômicos e um caminho de percepção do social que está inserido no meio rural. O desenvolvimento rural até então difundido passa a ser pensado como uma ferramenta que não pode ser acessível a todos os agricultores e novas alternativas precisam ser estruturadas (TOTA, 2014).

Para Nunes et al., (2013) a fase de 1990 - *Humanismo Crítico* - é caracterizada pelo reflexo do êxodo rural, as cidades não conseguem suportar o significativo número de agricultores que deixaram ou venderam suas propriedades, buscando novas alternativas nos grandes centros. A agricultura se tornando excludente e selecionando os mais estruturados que passam a ter mais lucros com a implantação de melhoramentos genéticos, insumos oriundos de fora da propriedade, utilização de transgênicos e agrotóxicos. Estes indicativos oportunizam uma reflexão sobre o atual modelo de ATER, o desenvolvimento econômico é facilmente alcançado, porém o desenvolvimento rural de forma sustentável ainda é distante.

Para Caporal e Costabeber (1999) a Nova Extensão Rural objetiva a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) e está fundamentada na participação popular, através de uma intervenção planejada com a agricultura de base familiar, observando os princípios da sustentabilidade e considerando os aspectos ambientais, sociais, econômicos, éticos e políticos. A partir de então, a agricultura conhecida como alternativa, tem um espaço nos serviços públicos de ATER.

Já Castilhos e Ramos (2003) destacam que a agricultura sustentável busca, em primeiro plano, a segurança alimentar sem comprometer os níveis tecnológicos, é possível aliar a produção em quantidade e qualidade à manutenção e preservação dos recursos naturais disponíveis no ecossistema. Considera também a importância da troca de saberes e diálogo entre a comunidade rural, centros de pesquisa e ATER, oportunizando ferramentas para as bases ecológicas de uma produção sustentável.

O processo de repensar as práticas de extensão rural oferecidas pelos órgãos públicos é um debate que perpassa pelas metodologias utilizadas no trabalho da extensão, a concretização das ações e o trabalho com alternativas como a agroecologia são as bases da nova extensão rural. A construção de ações entre pesquisadores, extensionistas e agricultores, através da formulação de políticas públicas que sejam executáveis e que venham a beneficiar as bases produtivas, são alternativas para a promoção do DRS (SILVA et al., 2013).

4.2.2 Contraposição entre Assistência Técnica X Extensão Rural

As contraposições entre Assistência Técnica e Extensão Rural transcorrem da interpretação e do entendimento da base conceitual que define cada uma das expressões, segundo a PNATER, Assistência Técnica e Extensão Rural são “serviços de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promovem processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais” (BRASIL, 2010).

4.2.2.1 Extensão Rural

Para compreender a base conceitual, Espindola (2005) aborda que o conceito de extensão rural envolve o processo educativo de transferência de informação no meio rural, através da transferência de tecnologia e capacitações, incluindo a assistência técnica fornecida

aos agricultores, para a resolução de uma problemática, principalmente relacionada as atividades produtivas, através de um processo educativo não formal, utilizando técnicas e metodologias específicas.

Peixoto (2008) conceitua o termo extensão de três formas: I) levar ou transmitir informações através de conhecimento técnico ao agricultor, II) através da prestação de serviço público ou, III) política pública que pode ser desenvolvida por instituições tanto públicas quanto privadas, ou ambas. Segundo o autor, a extensão rural apresenta caráter educativo como base das suas dimensões, tendo sua metodologia alterada conforme o momento histórico, político e social.

Em uma crítica a interpretação do conceito e prática da extensão rural, Freire (1983) destaca que esta não pode se limitar a estender (dar, consentir) o conhecimento do extensionista para o agricultor, pois assim estaria assumindo um perfil de extensão puramente assistencialista, esse processo, que perpassa o campo da comunicação, deve ser um processo de criação, diálogo, discussão e construção.

A extensão rural pode ser compreendida como uma forma de intervenção, que pode ser pública ou privada, no espaço e nas atividades rurais, realizada por agentes externos cujo foco, além dos processos agrícolas, está muito relacionado aos aspectos socioculturais, ambientais e políticos. Sendo uma intervenção através de processos comunicativos, envolvendo diferentes atores (CAPORAL, 1998).

Para Rivera e Qamar (2003), a extensão rural é multidisciplinar e apresenta o caráter educativo não formal, combinando metodologias e técnicas educacionais através da comunicação com os agricultores, na busca pelo desenvolvimento rural. Sendo extensão rural um termo amplo que não deve ser entendido como uma instituição e sim um serviço, que é ofertado de forma gratuita ou remunerada a quem demandar.

Nesse sentido, Alex et al., (2002) enfatizam que a extensão rural está relacionada com o trabalho em rede e relações de parceria, seja entre agentes de extensão e agricultores, como também entre o mercado e o agricultor, o agente de extensão possui a função de ser um facilitador e contribuir para a emancipação dos agricultores, através da qualificação das atividades desenvolvidas.

A forma como a extensão rural chega no agricultor e como essa relação de troca acontece é chamada de metodologia de extensão rural, através de uma comunicação planejada e continuada, a troca de informações, ideias e possibilidades é discutida. Essa troca não deve ocorrer de forma unilateral, pois enfraquece o processo de tomada de decisão e estabelece uma dependência do agricultor para com o agente de extensão (extensionistas) (WAGNER, 2011).

Para Olinger (2001) a assistência técnica pode também ser compreendida como uma das metodologias de extensão rural. Para Mussoi (2011) é importante a compreensão da amplitude da extensão rural e suas metodologias, entendendo o processo pedagógico e a dimensão complexa que a extensão assume, considerando que as metodologias são instrumentos que precisam ser exercitados, aprimorados e reinventados, para assim assumir um viés pedagógico e libertador.

Compreendendo a extensão rural dentro do paradigma da complexidade, cabe ressaltar que Morin (2003) enfatiza que o paradigma da complexidade é entendido como método para compreender as articulações, implicações e interdependências relacionadas, principalmente, as realidades socioambientais, construído a partir da crise da modernidade. Nessa percepção, a construção social do saber está apoiada nos objetos de conhecimento segundo interesses sociais, considerando a visão dos sujeitos, legitimando suas práticas materiais de produção (FLORIANI; FLORIANI, 2010).

4.2.2.2 Assistência Técnica

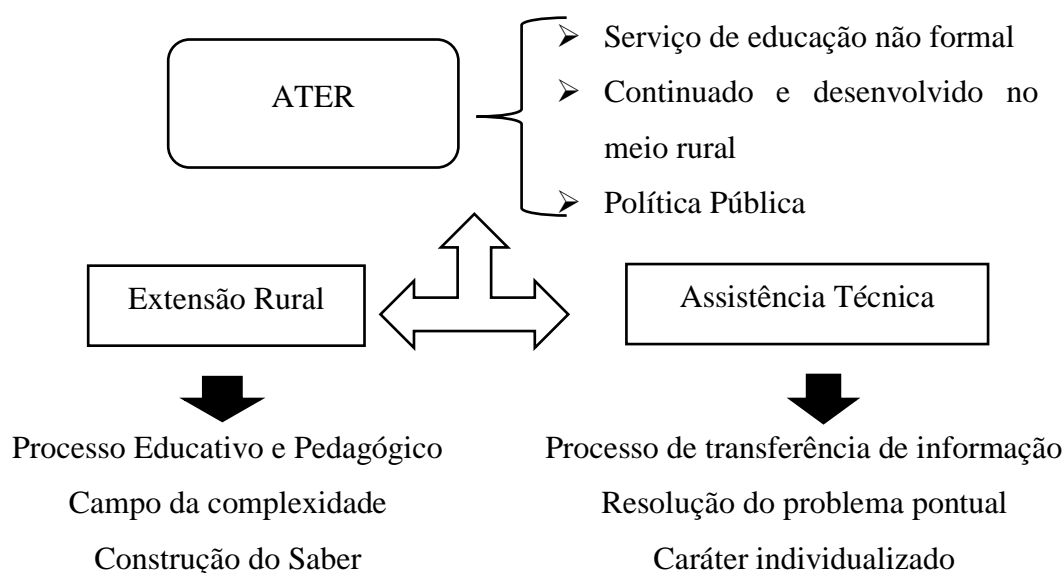
A assistência técnica, segundo Peixoto (2008), é entendida como uma ferramenta que atua na resolução de problemas específicos, através da transferência de tecnologias e informações na busca pela solução rápida do problema, que geralmente está associado a aspectos produtivos. A assistência técnica não possui caráter educativo e não busca capacitar o agricultor, estando restrita a resolução pontual do problema.

Para Alex et al., (2012) assistência técnica está relacionada com a introdução de inovações e tecnologias, também para a resolução de um determinado problema na propriedade, sendo a identificação desse problema realizada pelo agricultor, que irá demandar assistência técnica para a resolver tal questão. Os autores salientam que os serviços de assistência técnica são relevantes, principalmente quando agricultura assume um perfil altamente comercializado ou então os produtores têm um alto grau de formular questões e solicitar ajuda aos agentes de extensão.

Ainda, Freire (1983) destaca que a assistência técnica possui o caráter individualizado de atuação, apresenta-se como um serviço indispensável, porém precisa estar relacionada com um tema gerador, não se reduzindo apenas a ação pontual de transmissão de conhecimento, indo além do puro treinamento, devendo estar associada a processos formativos de capacitação e construção dos processos reflexivos. Nesse sentido, a assistência técnica sozinha sem a

extensão rural não atende aos objetivos do desenvolvimento rural, se restringindo a uma ação pontual e individualizada, uma diferenciação é proposta na figura 2:

Figura 2 – Contraposição entre Assistência Técnica e Extensão Rural



Fonte: Elaborado pelo autor com base: Espindola (2005); Peixoto (2008); Mussoi (2011); Brasil (2010); Morin (2003); Alex et al., (2012).

A compreensão da diferença no perfil e na metodologia do conceito de ATER é importante para que a construção do saber possa acontecer. Interpretar a extensão rural dentro do campo da complexidade implica quebrar paradigmas e reconstruir, sendo um dos objetivos da Nova ATER, na qual a extensão rural pública deve priorizar a relação entre os agricultores e agentes de ATER, criando possibilidades de valorização do saber local, conhecimento popular e participação consciente nos níveis econômico, ético, ambiental, social e político (CAPORAL, 2009).

4.2.3 Desafios da ATER pública

A partir da criação da PNATER, tem-se a multiplicação da nova visão da atuação do extensionismo no Brasil, busca se pautar as atividades a campo em políticas públicas, também se identifica a necessidade de que os extensionistas atuem com uma visão diferenciada, através

de metodologias participativas e com olhar para as questões sociais e ambientais (DIESEL et al., 2007).

O novo contexto após a implantação da PNATER e a criação de outros programas ligados ao MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário é destacado por Navarro (2010) como momento decisivo para que mudanças profundas ocorram nas comunidades rurais, com base em uma visão holística, sistêmica e participativa, busca a valorização dos saberes populares. Sendo assim é possível potencializar as melhorias na qualidade de vida dos agricultores familiares e também contribuir para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável.

Para Soares (2007), o contexto da extensão rural precisa trabalhar de maneira interdisciplinar com os agricultores, promovendo organização, formação e valorização dos conhecimentos práticos. Destaca-se a necessidade de reflexão no enfoque participativo, que implica entender o agricultor no centro do processo de discussão, através da problematização da realidade e ação resgatando e construindo novos laços e pactos sociais de solidariedade (RAMOS, 2006).

Sobre os principais desafios da extensão rural Pettan (2005) destaca que a promoção do desenvolvimento local precisa ser a primeira preocupação dos serviços de ATER, principalmente a ATER pública e oficial, na qual o respeito às pluralidades e diversidades sociais culturais e ambientais devem prevalecer. A utilização de metodologias participativas e construtivas são ferramentas que podem ser aliadas na busca pela promoção do desenvolvimento rural sustentável.

4.2.4 Os serviços de ATER pública e a Assistência Técnica privada

Os serviços de ATER pública foram sofrendo alterações conforme o momento político, econômico e social, com a extinção da EMBRATER em 1990, a fragilização dos serviços de ATER pública ficou em evidência, sendo os agricultores familiares os mais prejudicados com tal fragilização (CASTRO, 2015). Já o serviço de assistência técnica privado surge com a consolidação dos sistemas agroindustriais, com foco nos médio e grandes produtores e também agricultores familiares integrados às agroindústrias (SILVA, 2016).

A assistência técnica privada, segundo Duarte e Castro (2014), possui os claros objetivos de comercialização de produtos, porém, durante o processo de implantação e utilização dos serviços do vendedor no setor agrícola, estes desempenham uma ativa participação na assistência técnica aos agricultores. Castro (2015) complementa que durante o

processo de venda dos produtos, os profissionais, que na maioria das vezes são das ciências agrícolas, são capacitados para orientar o produtor quanto a aplicação, dosagem, principais produtos indicados, prestando assistência nos ciclos da produção, associada a utilização do produto indicado e comercializado pela empresa.

Já as ações de ATER pública buscam a promoção da melhoria das condições de vida da população rural, viabilizando disponibilizar alimentos em quantidade e qualidade, também a conservação e preservação dos recursos naturais (SILVA, 2016). Os serviços de ATER pública oficial são desenvolvidos no Rio Grande do Sul pela EMATER/ASCAR-RS, na COREDE Médio Alto Uruguai todos os 22 municípios que compõe essa região contam com um escritório municipal da EMATER/ASCAR-RS. Os trabalhos de ATER desenvolvidos na região estão pautados na promoção do desenvolvimento regional, com a valorização da vocação local, empoderamento das famílias rurais e desenvolvimento sustentável (GIRARDI et al., 2017).

4.3 METODOLOGIA

Este trabalho se constituiu em um estudo de caso regional, com caráter exploratório e explanatório, as pesquisas explanatórias buscam proporcionar familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, para tanto, utilizou-se de levantamento bibliográfico, entrevistas e análise de exemplos que auxiliam na compreensão (GIL, 2008).

A utilização da pesquisa explanatória e exploratória pode ser realizada de várias maneiras, porém, para a presente pesquisa, optou-se pelo estudo de caso. O estudo de caso é compreendido como uma estratégia de pesquisa abrangente, aliado à explanação dos resultados (YIN, 2001). Utilizou-se a abordagem quali-quantitativa, que é uma combinação de pesquisa quantitativa, na qual se busca traduzir opiniões, visões e informações em números para analisá-las e qualitativa, pois engloba a percepção e objetividade, na qual o sujeito pode expressar seus anseios e opiniões (GIL, 2002). Sendo assim, a pesquisa objetiva combinar as duas modalidades, utilizando recursos estatísticos e interpretação dos dados amostrados. Para as questões do questionário se utilizou a escala de Likert (1932) de 5 pontos para avaliar as respostas, indo de 1- Concordo Totalmente até 5- Discordo Totalmente.

O estudo foi desenvolvido na região Norte do Rio Grande do Sul, região de abrangência do CODEMAU - COREDE Médio Alto Uruguai, que é composto por 22 municípios, situados no extremo norte do Estado do Rio Grande do Sul, na divisa com o Oeste do Estado de Santa

Catarina, com uma população de 148.403 habitantes, sendo 54,74% residentes no meio urbano e 45,26% no meio rural, segundo o Censo de 2010 (GIRARDI et al., 2017).

O Público Alvo da presente pesquisa foram os agricultores familiares da Região Médio Alto Uruguai e também técnicos, extensionistas e representantes sindicais que possuem ligação direta com a extensão rural e com os trabalhos da agricultura familiar, aqui denominados como *experts* sobre o tema em voga.

4.3.1 Planejamento Amostral

O Planejamento amostral é fundamental para o sucesso da pesquisa, o dimensionamento numérico e as técnicas de amostragens são ferramentas importantes para a interpretação dos resultados e análise dos dados (MIOT, 2011). No presente estudo, foi utilizado o número de estabelecimentos rurais da Região Médio Alto Uruguai, para determinação do número de entrevistas.

São aproximadamente 15.336 estabelecimentos rurais distribuídos nos 22 municípios, com uma média de 697,09 estabelecimentos por município. Distribuídos em uma média 20 comunidades por município. Sendo assim, entrevistou-se uma amostra focal representativa de 9,4 famílias de agricultores familiares por município. Representando 207 estabelecimentos rurais de agricultores familiares entrevistados na Região do CODEMAU.

Foram entrevistados 10 *experts* em extensão rural, sendo representados pelos seguintes segmentos da sociedade: Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Extensionistas Rurais; representantes da secretaria municipal da agricultura; e pesquisadores, totalizando 10 entrevistas. Os agricultores familiares entrevistados serão tratados com a codificação inicial A, seguido de numeral que representou a ordem em que foram entrevistados, variando de A. 1 a A. 207, já os *experts* serão tratados como E, também seguido de numeral, variando de E. 1 a E. 10 (BARDIN, 1977).

A coleta dos dados foi realizada entre agosto e setembro de 2020, através de 22 escritórios da EMATER, por meio de roteiros semiestruturados e estruturados, que abarcavam questões relacionadas a diferenciação entre Assistência Técnica e Extensão Rural, pública e privada e avanços e retrocessos na consolidação da ATER. Os dados foram sistematizados com o auxílio de programas computacionais como: Excel, BioEstat 5.3 (quantitativos), já os dados qualitativos foram analisados e interpretados. As análises foram organizadas no texto a partir de cada variável.

Ainda, é relevante considerar que o projeto de pesquisa, que originou o presente estudo, foi submetido e aprovado antemão, pelo comitê de ética em pesquisa, vinculado à plataforma Brasil e ao comitê de análise local, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

4.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.4.1 ATER desenvolvida na Região

No Estado do Rio Grande do Sul, a instituição responsável pela realização de ATER pública e oficial é a Emater-RS/Ascar. Na busca pela compreensão do entendimento dos agricultores familiares entrevistados, estes foram questionados sobre a instituição que desenvolve ATER na região do COREDE Médio Alto Uruguai, conforme a tabela 1, 91,3% dos agricultores entrevistados apontam ser a Emater-RS/Ascar a instituição que desenvolve ATER nesta região estudada:

Tabela 1 – A ATER é realizada por qual Instituição
Pergunta: Na sua opinião ATER- Assistência Técnica Extensão Rural é realizada por qual Instituição, assinale a mais expressiva:

Instituições	Frequência	%	% acumulado
EMATER-RS/ASCAR	189	91,3	91,3
Cooperativas	6	2,9	94,2
Empresas Privadas de comercialização de produtos	5	2,4	96,6
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	2	1	97,6
Associações	1	0,5	98,1
Sistema S (SENAR, SEBRAE e SENAI)	1	0,5	98,6
Desconheço esse termo	3	1,4	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Os autores apontam que é possível ter uma influência nos dados obtidos principalmente na porcentagem que entende que a ATER é prestada pela Emater/Ascar-RS, visto que tal entrevista foi aplicada nos escritórios municipais. As cooperativas foram a segunda instituição citada como prestadores de ATER, sendo apontada por 2,9% dos entrevistados, já as empresas privadas de comercialização de produtos foram citadas por 2,4%. Os dados obtidos na presente pesquisa apontam que a Emater-RS/Ascar possui uma atuação significativa nos municípios amostrados, podendo ser considerada como referência na prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A contraposição entre a compreensão do que é assistência técnica e o que é extensão rural também foi abordada, sendo os agricultores e os *experts* questionados sobre essa diferenciação conceitual e prática. Conforme aponta a tabela 2, quando os agricultores familiares foram questionados sobre perceber diferença entre o termo, 43% afirmam existir diferença, sendo que 43% identificam diferença e 18,4% não identificam diferença.

Tabela 2 - Você consegue perceber a diferença entre Assistência Técnica e a Extensão Rural

Grau de Diferença	Frequência	%	% acumulado
Muita diferença	18	8,7	8,7
Existe diferença	71	34,3	43
Mais ou menos	80	38,6	81,6
Pouca diferença	22	10,6	92,2
Nenhuma diferença	16	7,8	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Os dados apontam que o termo ATER, para os agricultores, pode estar relacionado com vários serviços, assumindo o caráter educativo da extensão rural e o caráter técnico e produtivo da assistência técnica. Conforme Nunes et al., (2013), o trabalho de forma participativa e dialogada da extensão rural é uma construção constante, que precisa estar aliado com a assistência técnica, sem sobreposição. É possível constatar-se aqui, que há necessidade de dialogar melhor esta temática entre as instituições e os(as) agricultores(as), em razão da falta de clareza entre os termos, expressado por parte dos entrevistados(as) e a mesmo tempo em função da admissão de que há diferenças, as quais mereceriam ser melhor entendidas.

Da mesma forma, a interpretação conceitual é pessoal e faz parte de uma construção baseada nas experiências que o sujeito teve contato, quando questionados sobre como os agricultores familiares enxergam essa contraposição houveram relatos como: “A assistência técnica é orientação em uma determinada atividade e a Extensão Rural abrange toda a propriedade” (A. 21) essa interpretação corrobora com Castro (2014) e Silva (2016), que apontam que uma das principais contraposições está relacionada com a amplitude do olhar e das ações com os sujeitos.

Alguns agricultores também apontaram que a “Extensão rural somente a EMATER faz para pequenos agricultores” (A. 115) ou então que “Imagino que assistência técnica seja quando recebemos orientação de um técnico agrícola e extensão rural é quando participamos de outras atividades que dizem respeito à vida no campo, mais qualidade de vida, questões sociais” (A. 42), com essa mesma percepção, outro agricultor diferencia ATER como “A assistência técnica se preocupa somente com o resultado da produção (renda/lucratividade); a extensão rural, além

da produção, preocupa-se com o social, com os indivíduos envolvidos neste contexto de produção, na sua qualidade de vida e bem-estar social, juntamente com a produção de renda.” (A. 76).

Para os *experts* a diferenciação também perpassa pelo caráter pedagógico e educacional como “Assistência Técnica - Voltada a orientar uma determinada técnica de orientação em algo mais específico, como uma tecnologia em uma cultura específica. Extensão Rural - Voltado mais ao educacional, a passar o conhecimento sobre diversas atividades para as famílias, atividades como: culturais, educativas, de vivências, de manejo, de rentabilidade financeira, como artesanatos, doces, entre outros” (E. 53), a extensão rural através da dimensão da complexidade também foi apontada na justificativa como sendo:

A assistência técnica se refere a somente a ação da técnica e relativamente se relaciona a um produto ou a um conjunto de produtos (culturas de inverno, culturas de verão), com um conteúdo puramente técnico, enquanto a extensão rural é bem mais abrangente e complexa em termos socioeconômicos e humano, vendo a família como um todo em diversos aspectos, incluindo a sucessão familiar. A extensão rural ela contém assistência técnica sim, mas de uma forma integral e holística, mas conceitualmente a extensão rural vai muito além, sendo um elo de ponta entre políticas públicas, por suas características a extensão rural na sua amplitude é desenvolvida por entidades públicas e organizações não governamentais, já assistência técnica é mais por empresas privadas e de fomento (E. 8).

Com base na percepção dos *experts* citados, é possível identificar no discurso e justificativas que a dimensão da complexidade do pensar e do saber está presente nas falas inclusas no conceito de extensão rural, nesse contexto, Mussoi (2011) corrobora afirmando que a extensão rural é ampla, sendo desenvolvida através de processos pedagógicos baseados na dimensão da complexidade.

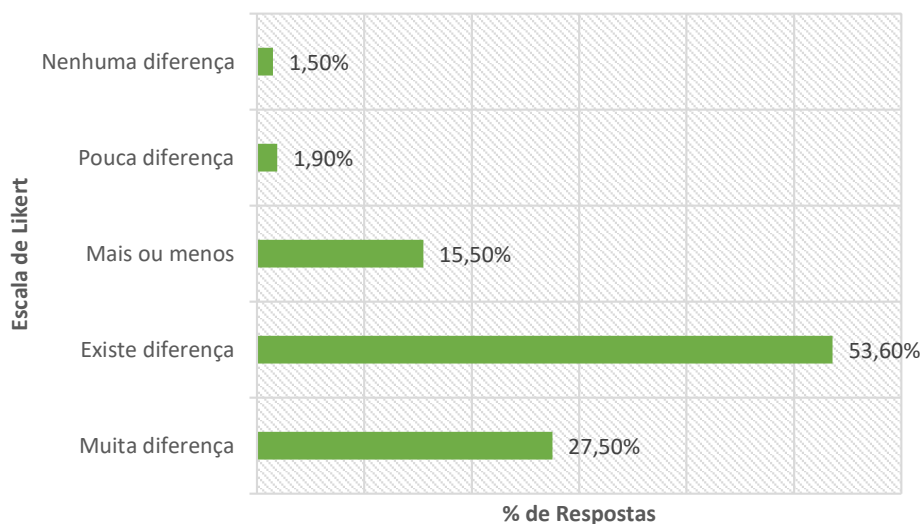
Cabe ressaltar que, na percepção tanto dos agricultores familiares como dos *experts*, os trabalhos de extensão rural assumem protagonismo, estando a assistência técnica inclusa como um dos meios de extensão rural, acompanhando o desenvolvimento local e sendo desenvolvida pela EMATER-RS/ASCAR na região Médio Alto Uruguai. Já a assistência técnica desenvolvida por empresas privadas é citada como sendo pontual e relacionada a comercialização de algum produto.

4.4.2 Diferenças apontadas entre ATER oficial e AT privada

Para compreender essa diferenciação entre a ATER oficial e pública da assistência técnica privada, os agricultores foram questionados sobre perceber diferenças entre essas

modalidades de Assistência. Conforme o gráfico 1, dos entrevistados, 81,1% enxergam diferença entre as modalidades de serviços oferecidos, entre os que não percebem diferença somam 3,4% e para 15,5% essa diferença não é clara.

Gráfico 1 - Diferenças entre a ATER prestada de forma oficial e a AT prestada pela rede privada



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

A diferenciação entre os serviços oferecidos pela ATER pública comparados aos da assistência técnica privada é percebida pelos agricultores no contexto regional. Nesse sentido, Peixoto (2008) ressalta que assistência técnica privada, mesmo que muito criticada por seu viés de propaganda e comercialização, ainda assim se apresenta como um socorro para os agricultores que não tem acesso a ATER pública.

Com o objetivo de compreender um pouco mais a respeito da diferenciação dos serviços prestados através da percepção dos agricultores da região Médio Alto Uruguai, estes foram questionados sobre algumas práticas de ATER, conforme apresentado na tabela 3, na qual 91% dos entrevistados afirmaram que a Assistência Técnica (AT) privada apresenta maior preocupação com vendas, 85% acreditam que a AT privada indica, de modo geral, maior quantidade de utilização de agrotóxico por hectare, 95% acreditam que a AT privada apresenta pacotes fechados de compra de produtos (contratos) e venda casada de insumos produtivos.

Tabela 3 - Diferenças entre ATER oficial e AT privada

	ATER oficial %	AT privada %
Maior preocupação com venda de insumos, sementes, etc.	9	91

Indica, de modo geral, maior quantidade de agrotóxicos por ha	15	85
Indica, de modo geral, maior quantidade de NPK por ha	24	76
Preocupa-se mais com a qualidade de vida da família	98	2
Preocupa-se mais com as condições sociais da família	95	5
Preocupa-se mais com as condições de saúde da família	98	2
Preocupa-se mais com as condições sanitárias da família	98	2
Preocupa-se mais com as questões ambientais da propriedade	98	2
Apresenta pacotes fechados de compra de produtos (contratos) e venda casada de insumos produtivos;	5	95

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Sobre a preocupação com a qualidade de vida das famílias, 98% afirmam que a ATER oficial tem essa preocupação, também 95% afirmam ser a ATER oficial que se preocupa com os aspectos sociais envolvidos na propriedade. Essas percepções do trabalho desenvolvido pela instituição de ATER oficial Emater-RS/Ascar demonstram a preocupação em cumprir sua missão na promoção do desenvolvimento rural sustentável. Pois, conforme Caporal e Costabeber (2002), só é possível desenvolver sustentabilidade se conseguir abordar as dimensões ecológicas, econômicas, sociais e políticas.

Nesse sentido, Castro (2015) salienta que os serviços oferecidos pela Emater são gratuitos e direcionados a agricultores familiares, porém com a extinção da EMBRATER o financiamento das ações de ATER oficial ficaram dependentes do Estado, sendo que no Rio Grande do Sul a Emater-RS/Ascar é bastante atuante e demandada pelos agricultores. Porém, essa fragilização financeira e estrutural acaba limitando algumas ações de extensão rural, nesses casos, a assistência técnica privada acaba sendo uma referência para os agricultores que não são assessorados pela Emater-RS/Ascar.

Considerando que a ação social é estratégica para o cumprimento da Missão Institucional da Emater-RS/Ascar que é: promover o Desenvolvimento Rural Sustentável, através do fortalecimento da agricultura familiar e dos demais povos que vivem neste espaço, como indígenas, quilombolas, pescadores, assentados e reassentados da reforma agrária, de forma a contribuir para a qualidade de vida no meio rural, garantindo a sucessão familiar segura. Neste sentido, para atender os desafios postos, se faz necessário o vigoroso enfrentamento, através de uma assistência técnica e extensão rural com abordagem social (EMATER, 2020).

Para Coutinho (2009) as atividades desenvolvidas no meio rural precisam ser planejadas para que o desenvolvimento sustentável possa acontecer, através da preservação dos recursos naturais, valorização dos aspectos e saberes locais. A presente pesquisa aponta que 98% dos agricultores entrevistados afirmam ser a ATER oficial que se preocupa mais com as questões ambientais da propriedade, em relação a AT privada.

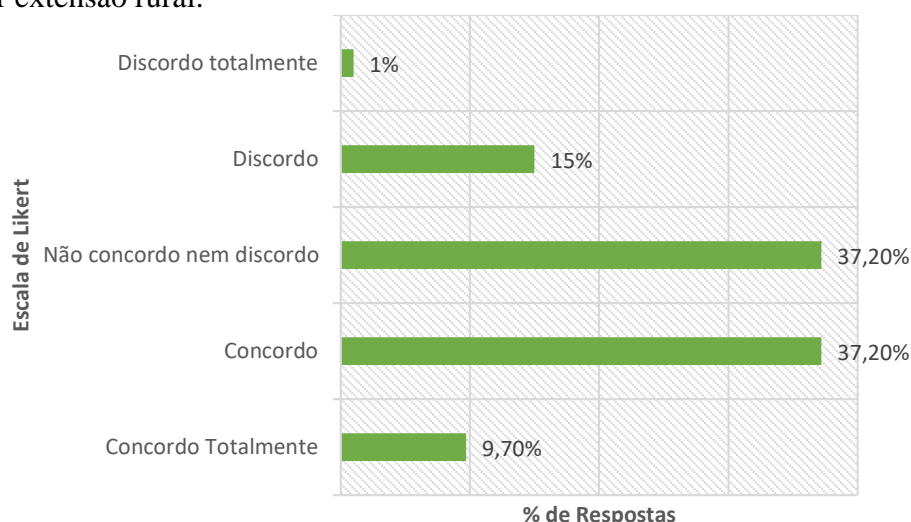
A partir das questões levantadas e analisadas constata-se a ocorrência de certa segmentação e diferenciação pragmática, na forma de desenvolver ATER, entre diferentes organizações que desempenham a ATER na região. Pois mesmo havendo o entendimento de que ambas (AT e ER), deveriam ser serviços prestados conjuntamente e complementarmente, isto de fato caracteriza-se mais na organização oficial/pública, neste caso representado pela EMATER RS. Entretanto, o mesmo não pode ser dito quando analisado as ações da iniciativa privada na região.

Logo, além de constatar-se que a organização oficial de ATER, tem atuação voltada para as questões sociais, ambientais, sanitárias e de qualidade de vida na região Médio Alto Uruguai, esta atuação se dá de forma compartilhada, construída entre diversas instituições, entidades representativas, com as famílias e comunidades diretamente envolvidas, cujas as ações desenvolvidas são planejadas, continuadas e exercidas gratuitamente às famílias assistidas. Ainda, segundo a própria EMATER, é através da capacidade gestora, que a instituição contribui para as condições favoráveis ao desenvolvimento social, produtivo, econômico e para a estruturação das famílias e comunidades (EMATER, 2020).

4.4.3 Analisando a capilaridade da AT privada

Os agricultores familiares foram questionados sobre a capilaridade da AT privada, se está possui abrangência suficiente para desenvolver extensão rural, conforme o gráfico 2, os que concordam totalizaram 47% dos entrevistados e 16% discordam, pois entendem que a AT privada é limitada e não possui capilaridade suficiente para desenvolver extensão rural. Os que não possuem um posicionamento sobre discordar ou concordar totalizaram 37,2%, conforme dados abaixo.

Gráfico 2 - Assistência Técnica privada (particular) e sua abrangência de extensão rural
Pergunta: A Assistência Técnica privada (particular) tem abrangência suficiente para desenvolver extensão rural.



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Os que acreditam que a AT privada não tem abrangência para desenvolver extensão rural justificam que “Eles vem aqui mais pra vender produtos” (A. 7), “Estão mais preocupados com as vendas” (A. 67), “Porque estão vendendo e comercializando, diferente da ater oficial” (A. 137), o sentimento e a percepção dessa parcela de agricultores familiares corrobora com as inferências de Duarte e Castro (2014), que afirmam que a AT privada possui o claro objetivo de comercialização de produtos e, durante o processo, desenvolve assistência técnica para determinadas atividades.

Além do caráter de comercialização, a AT privada busca essa aproximação principalmente com médios e grandes produtores rurais, conforme a justificativa dos agricultores amostrados, que salientam: “Só trabalham com os grandes produtores” (A. 83), nesse mesmo sentido Diesel et al., (2008, p. 1177) citam que as empresas privadas de assessoria técnica “tendem a privilegiar o público de maior poder aquisitivo; as agroindústrias e associações trabalham com produtores de *commodities* (que, em geral, não são os mais pobres); enquanto somente as ONGs têm como público-alvo os segmentos mais pobres”.

Considerando a percepção dos *experts* entrevistados, 83,4% discordam que a AT privada possui capilaridade na região para desenvolver extensão rural. Com uma AT sendo desenvolvida de forma vertical, na qual o produtor recebe assistência para intensificar uma atividade produtiva que é de interesse da empresa, que lhe oferece assistência técnica aliada a comercialização de seus produtos, está longe de oportunizar a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Nesse mesmo sentido, Coelho (2014) ainda reforça que estas formas de

intervenção se limitam a recomendação de insumos, aumento do número de vendas e produtividade.

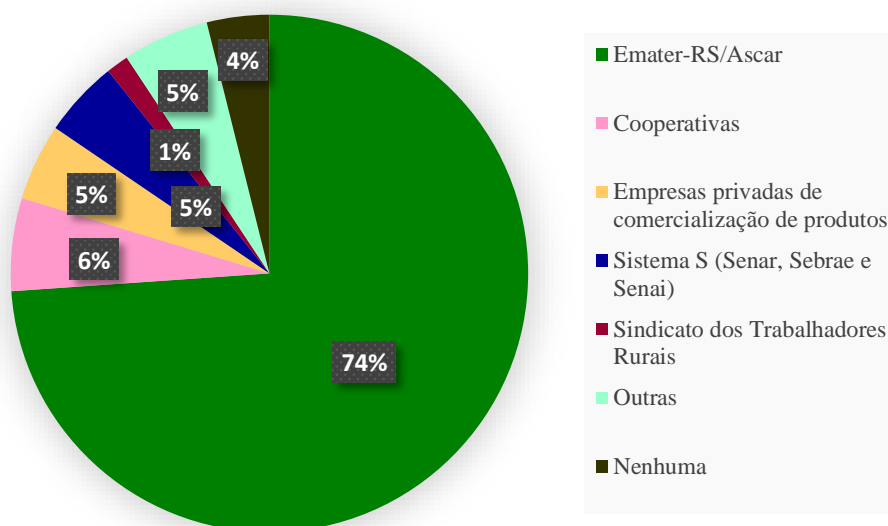
4.4.4 Práticas alternativas e o enfoque participativo na região

O trabalho com práticas mais alternativas de agricultura, que se contrapõe a produção convencional, é importante na busca pelo desenvolvimento sustentável. Os agricultores foram questionados sobre a utilização de práticas alternativas de agricultura como agroecologia, produção orgânica, fitoterapia, homeopatia e conservação do solo, 83% dos entrevistados apontam utilizar pelo menos uma das práticas alternativas citadas.

Para Sachs (2009), a sustentabilidade dos agroecossistemas desenvolvidos pelos agricultores familiares, requer a quebra de alguns paradigmas relacionados ao meio de produção e insumos utilizados em suas atividades agrícolas. Porém, esse processo precisa ser trabalhado e instigado através do fortalecimento da identidade da comunidade local e do perfil de cada família, para o alicerce e desenvolvimento que oportunize sustentabilidade.

Os agricultores foram questionados sobre quem lhes orientou a adotar as práticas alternativas e menos agressivas ao meio ambiente, conforme o gráfico 3, sendo que 74% dos entrevistados citaram a Emater-RS/Ascar como a instituição que orientou sobre a utilização de práticas alternativas, 6% disseram ser cooperativas e 5% afirmam terem sido orientados por empresas privadas de comercialização e pelo sistema S.

Gráfico 3 - Orientação sobre utilização de práticas alternativas



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Para Kageyama (2008) as ações dos agentes de ATER pública devem atuar de forma planejada, organizada e almejando o crescimento alicerçado em sistemas de produção mais sustentáveis, que englobe as demais dimensões para além do econômico. Esses modelos de agricultura são instrumentos que possibilitam alcançar as demais dimensões do desenvolvimento.

Sendo assim, a Emater-RS/Ascar assume seu papel de protagonismo considerando que, historicamente, a extensão rural do Rio Grande do Sul tem como foco de trabalho o resgate, a promoção, a articulação e o apoio às iniciativas no campo da agroecologia, a partir de ações voltadas para a agricultura familiar de base ecológica, garantindo aos agricultores interessados conhecimento que lhes possibilite obter alimentos orgânicos/ecológicos que contribuam para o equilíbrio do meio ambiente (EMATER, 2020).

Ainda segundo a EMATER (2020), a instituição tem promovido eventos que congregam agricultores, pecuaristas, técnicos, pesquisadores, estudantes e demais interessados, de forma a motivar e informar sobre as diferentes formas de produção de alimentos de origem vegetal ou animal, com base na ciência agroecológica. Tendo como objetivos neste campo de atuação desenvolver:

[...] ações de orientação técnica sobre a agricultura de base ecológica; estimular a recuperação e preservação da biodiversidade; buscar a integração interinstitucional com as entidades e organizações de ensino, pesquisa e extensão, no trabalho voltado à promoção dos princípios da agroecologia; promover eventos e atividades de formação no campo da agroecologia e da produção da base ecológica; apoiar os agricultores que se propõem a avançar na transição agroecológica dos sistemas produtivos; resgatar e apoiar a produção, o intercâmbio e o uso de sementes crioulas (EMATER, 2020).

Nesse sentido, os dados da amostra estão de acordo com o que preconiza a instituição, a preocupação com os aspectos relacionados às produções menos agressivas ao meio ambiente e menos excludentes, estão sendo desenvolvidas na região Médio Alto Uruguai na percepção dos agricultores familiares. Também os *experts* foram unânimes (100%) em concordar que a Emater-RS/Ascar, através de suas ações de ATER, estão protagonizando a busca por uma agricultura mais limpa e agroecológica na região.

Ainda é possível destacar que a Emater-RS/Ascar, busca promover o desenvolvimento sustentável com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando suas ações relacionadas aos seguintes ODS: Objetivo 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; Objetivo 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; Objetivo 13

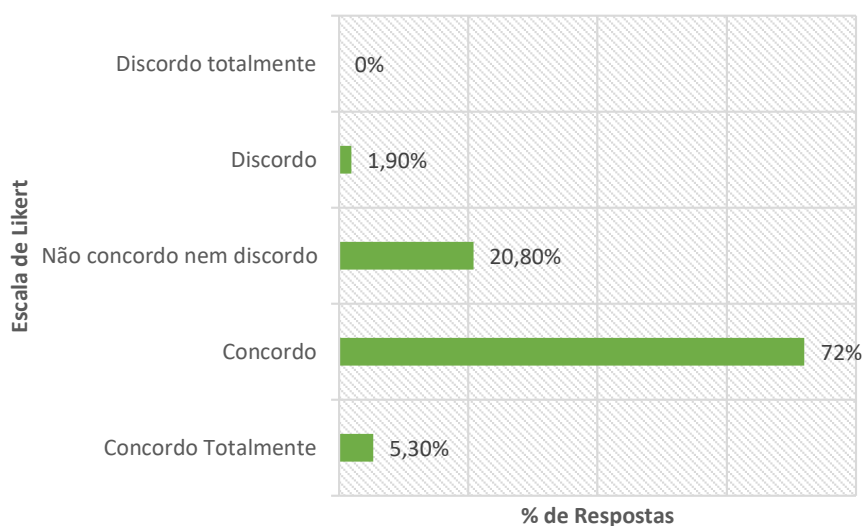
- Ação Contra a Mudança Global do Clima; Objetivo 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade (EMATER, 2020).

Os desafios desse processo de transição não foram analisados na presente pesquisa, porém, conforme afirmam Caporal e Ramos (2006), o esforço de reflexão da prática extensionistas deve ser constante, inclusive sobre a própria prática de extensão, entender seu papel no processo de planejamento e moldar sua forma de atuação com diálogo, sensibilidade e valorização dos saberes locais é um desafio presente na transição para a Nova ATER.

Na perspectiva de analisar e compreender o enfoque participativo das ações de ATER, os agricultores familiares foram questionados sobre como a extensão rural na região vem trabalhando e entendendo o agricultor como centro do processo de discussão, conforme o gráfico 4, os dados apontam que 77,3% concordam que o enfoque participativo está sendo considerado, essa participação é fundamental para que a extensão rural não retroceda e volte a trabalhar de forma vertical.

Gráfico 4 - O enfoque participativo na região Médio Alto Uruguai

Pergunta: O enfoque participativo, que implica entender o agricultor no centro do processo de discussão, vem sendo trabalhado pela extensão rural na região Médio Alto Uruguai:



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Nesse mesmo sentido, Souza Filho et al., (2004) corroboram com as informações levantadas, afirmando que os serviços de ATER precisam contribuir para a emancipação, utilizando tecnologias, propondo o desenvolvimento e a qualidade de vida às famílias rurais. Para que tais finalidades sejam atingidas a participação e o diálogo fazem parte da construção.

Para Caporal (2003), o processo de participação não deve ser parcial, pois implica em um processo horizontal na comunicação e na igualdade e oportunidades em expressar as opiniões, sendo um processo de construção, seja de estratégias ou de modelos que sejam adaptados e pensados para a realidade daquela comunidade ou agricultor, mas que essa relação entre os atores envolvidos seja igualitária, com valorização efetiva da participação dos agricultores.

Cabe ainda ressaltar que, segundo a EMATER (2020), a instituição busca animar processos educativos e participativos com parcerias e organizações sociais locais, abordando as temáticas de “acesso a políticas públicas e garantia de direitos, promoção da igualdade de Gênero, Raça, Etnia, promoção e apoio à Sucessão Familiar, valorização da cultura local, promoção da Saúde e estímulo a utilização e ao cultivo de Plantas Bioativas, ações de Educação Ambiental e geração de renda complementar através do Turismo rural e do Artesanato”.

4.4.4.1 Caminhos da ATER pública na região

Os caminhos da ATER pública estão relacionados com o momento histórico, político e econômico, em dados momentos, percebem-se avanços no desenvolvimento da ATER enquanto política pública gratuita e acessível aos agricultores, principalmente os familiares que possuem uma dependência maior dos serviços ofertados, outros momentos são marcados pelo retrocesso dos serviços. Considerando que a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão rural foi alicerçada em estratégias de descentralização dos serviços (BRASIL, 2008).

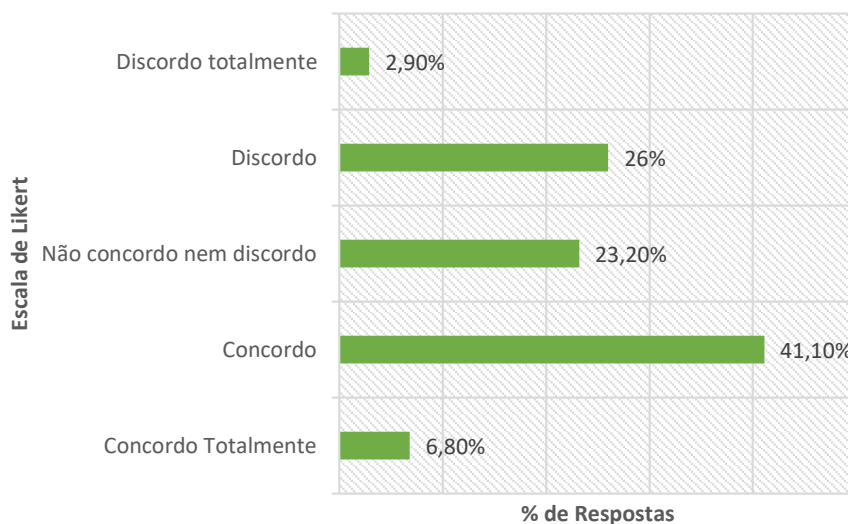
Nesse sentido, Rocha, et al., (2020) apontam que a descentralização dos serviços oportuniza maior participação dos atores locais no planejamento e execução dos serviços, também afirmam existir uma forte evidência de que a atuação governamental, por meio de programas de ATER, aos agricultores familiares, apresenta retornos econômicos positivos e superiores ao investimento realizado.

Para Zarnott et al., (2017) os caminhos da ATER pública apontam retrocessos na última década, os autores afirmam que o resgate das bases difusionistas no trabalho de ATER através da ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, são um exemplo. Dentre as principais competências da ANATER se destaca a inovação tecnológica e a integração do sistema de extensão com o sistema de pesquisa agropecuária (principalmente EMBRAPA), visando o aperfeiçoamento e a geração de novas tecnologias e a sua adoção pelos produtores (BRASIL, 2014).

Peixoto (2009) ainda acrescenta ao debate a redução orçamentária e os problemas fiscais dos Estados, que estão a cada ano enxugando mais o orçamento destinado a extensão rural pública. Então, buscou-se, através da presente pesquisa, compreender alguns possíveis caminhos que a ATER pública está seguindo. A limitação orçamentária reflete na contratação de novos extensionistas rurais e na qualidade das condições de trabalho dos mesmos, sendo um dos aspectos limitantes no trabalho de extensão rural.

Os agricultores familiares foram questionados sobre o serviço de ATER, sendo inferido que a Emater-RS/Ascar tem realizado mais ações de extensão rural, enquanto que os serviços pontuais de assistência técnica estão sendo realizados por empresas privadas e cooperativas de produção. Neste âmbito, conforme o gráfico 5, 47,9% dos agricultores familiares concordam que a Emater-RS/Ascar está desenvolvendo mais extensão rural e menos assistência técnica pontual, ficando as empresas privadas e cooperativas de produção mais atuantes nesse serviço.

Gráfico 5 - A Emater tem realizado mais ações de Extensão Rural, enquanto a Assistência Técnica tem sido mais realizada por empresas privadas e cooperativas de produção.



Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Embora, como discutido anteriormente, a extensão rural possua o componente de assistência técnica em sua essência, é possível que o viés puramente tecnológico esteja sendo desenvolvido por empresas privadas, geralmente associadas a comercialização. Segundo os agricultores, tal tendência pode ser concretizada porque “O instrutor da produção faz visitas regulares na propriedade” (A. 61), ou então “A EMATER foca mais na Extensão Rural, enquanto os privados na assistência técnica” (A. 84), “A EMATER trabalha, na maioria das vezes, junto com as empresas privadas, principalmente nos dias de campo, mas na parte de dar

assistência na hora do plantio, por exemplo, acredito que as empresas privadas têm vantagem, pois têm mais pessoas para atender a demanda” (A. 191).

Pelas próprias justificativas apresentadas pelos agricultores se entende que as empresas privadas de AT estão muito presentes nas propriedades, nesse sentido Diesel et al., (2008) afirmam que o contato mais próximo e mais frequente acaba estabelecendo uma relação de confiança entre os agricultores e os vendedores de produtos, sendo provável que em momentos de necessidade de AT estes serão contatados, o que fidedigna a relação com os clientes.

Já na percepção dos *experts* as justificativas são que “A questão está relacionada a atividade, algumas atividades têm maior interesse da iniciativa privada na assistência técnica, enquanto outras atividades não. Já a Emater tem uma atuação geral em várias atividades em assistência técnica e extensão Rural” (E. 4), ou então que “Acredito que a assistência técnica se limita em poucas famílias, em virtude de que muitas vezes não se tem muitos técnicos disponíveis para isso, também por existirem muitas parcerias de famílias com determinadas empresas, as quais prestam assistência para as mesmas” (E. 7).

A inserção e o protagonismo das empresas privadas no serviço de AT é, também, um gargalo para a promoção do desenvolvimento regional com bases sustentáveis, considerando que esta iniciativa privada busca a comercialização de seus produtos (agrotóxicos, insumos, implementos e manejos convencionais), caminhando no sentido oposto do que é trabalhado através da extensão rural, principalmente relacionado as bases agroecológicas. Para um *expert* essa diferenciação é:

Uma forma de exaltar a importância dos serviços públicos de ATER (nunca se negou que o serviço público, além de ER, também preste AT) frente aos serviços privados, que normalmente se restringem mais a ações de AT. Essa exaltação sempre teve o objetivo de sensibilizar as autoridades no sentido de que elas então garantissem às entidades públicas de ATER os recursos financeiros e humanos necessários ao bom desempenho e aumento do alcance dos serviços prestados aos agricultores (E. 9).

O fortalecimento da ATER pública é defendido por Castro (2015), que justifica a importância que a agricultura familiar desempenha no conjunto do setor agropecuário, e que estes agricultores precisam dos serviços de ATER não apenas de AT, principalmente pelas preocupações e trabalhos desenvolvidos pela extensão rural na construção do desenvolvimento sustentável. Porém, esse fortalecimento perpassa por investimentos financeiros.

Para Mussoi (2015) em sua crítica aos objetivos instituídos da ANATER, aponta que duas concepções de desenvolvimento estão em questão, primeiro a retomada da transferência de tecnologia e, por consequência, a inclusão de médios produtores como público da extensão

rural. O autor ainda ressalta a importância de estimular a discussão de processos da extensão rural e sua inserção dentro de novas problemáticas que apresentam desafios presentes e futuros, que demandarão respostas de instituições de Ciência e Tecnologia.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num primeiro momento, o estudo permitiu concluir-se que a EMATER-RS/ASCAR possui uma atuação significativa nos municípios amostrados e pode ser considerada como referência, na prestação dos serviços de ATER na região estudada. Entretanto, suas ações são mais fortemente caracterizadas e reconhecidas no âmbito da Extensão Rural. Tais aspectos conclusivos estão alicerçados também em outras conclusões, que apontam que a AT privada na região estudada, preocupa-se mais com a venda de insumos, sementes, comercialização de insumos produtivos (fertilizantes, agrotóxicos, dentre outros), e na consolidação de pacotes fechados aos agricultores, vinculados à compra de produção “casada” com a contratação de venda dos insumos produtivos.

Conclui-se ao mesmo tempo, que vem ocorrendo diferenciação e segmentação, na forma de prestação de ATER, entre iniciativa privada e o órgão de prestação de serviço oficial/público, neste caso, representado pela Emater-RS/Ascar. Esta, por sua vez, com atuação mais voltada às questões sociais, ambientais, sanitárias, práticas e modos alternativos de produção, por uma agricultura mais limpa e agroecológica, preocupada com enfoque participativo e a qualidade de vida no meio rural, na região Médio Alto Uruguai do RS, ações estas mais vinculadas aos objetivos da extensão rural e do próprio desenvolvimento rural sustentável.

Por fim, é possível considerar-se finalmente, na região estudada, que há uma tendência clara da segmentação e diferenciação na forma de prestação de serviços de ATER, reservando-se à iniciativa privada, a intensificação da prestação de Assistência Técnica focal e à EMATER, as ações mais intensivas de desenvolvimento da Extensão Rural em si.

Considera-se importante a realização de mais estudos e pesquisas que possam fortalecer a discussão dos caminhos da extensão rural em nível nacional, estadual e regional, pois as bases para a promoção do desenvolvimento rural sustentável estão alicerçadas, principalmente, no trabalho de extensão rural, assim, o fortalecimento deste serviço é importante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alex, G., Zipp; W.; Byerlee, D. (2002). Rural Extension and Advisory Services: New Directions. Washington, D.C.: *Agriculture & Rural Development Department*, WorldBank. Rural Development Strategy Background, 49p.
- Bardin, L. (1977). Análise de conteúdo. *Lisboa*: Edições 70, 225 p.
- Brasil (1974). Lei nº 6.126, de 06 de novembro de 1974, Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) – autorização de criação, *Ministério da Agricultura*.
- Brasil, (2010). Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, *Brasília*, DF, 11 jan. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm>. Acesso em 15 out. 2020.
- Brasil, (2010). Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER.
- Brasil, (2014) Institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural -Anater. Decreto Nº 8.252, De 26 De Maio De 2014.
- Brasil. (2008). Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília: *Ministério do Desenvolvimento Agrário*.
- Caporal, F. R. (1998). La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Tese (Doctorado en Agroecología) - *Universidad de Córdoba*, España, 517 p.
- Caporal, F. R. (2003). Superando a revolução verde: a transição agroecológica no Estado do Rio Grande do Sul, Santa Maria, 30 p.
- Caporal, F. R. (2009). Extensão rural e agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília, DF: *Ministério do Desenvolvimento Agrário*, 408 p.
- Caporal, F. R.; Costabeber, J. A. (1994). Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. *Reforma Agrária*, São Paulo, v.24, n.3, p.70-90, set./dez.
- Caporal, F. R.; Costabeber, J. A. (2002). Agroecologia: enfoque científico e estratégico. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 3, n. 2, abr./jun., p. 13-16.

- Caporal, F. R.; Costabeber, J. A. (2002). Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.3, n.3, p.70-85, jul./set.
- Caporal, F. R.; Costabeber, J. A. (2004). Agroecologia: alguns conceitos e princípios. 1. ed. Brasília: MDA/SAF, 2004. v. 1. 24 p. ISBN: 978-85-60548-66-8
- Caporal, F. R.; Ramos, L. F. (2006). Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 23 p.
- Castilho, M. L; Ramos, J. M. (2003). Agronegócio e desenvolvimento sustentável. Francisco Beltrão: Unioeste.
- Castro, C. N. (2015) Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, Brasília, n. 12, p. 49-59, jul./dez.
- Castro, C. N. (2015). Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, Brasília, n. 12, p. 49-59, jul./dez.
- Castro, C. N. A (2014). A agropecuária na região Sul: limitações e desafios futuros. Brasília: Ipea. (Texto para Discussão, n. 1993).
- Castro, T. T. S.(2015). Avaliação do modelo de assistência técnica privada em uma cooperativa de cafeicultores das Matas de Minas: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 111 p.
- Coelho, F. M. G. (2014) A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos. Viçosa: Suprema, 188 p.
- Coutinho, G. A. (2009). A ética ambiental na sociedade contemporânea. *Direito & Política*, Itajaí, v. 4, p. 160-178.
- Diesel, V. Froehlich; J. M. Neumann, P. S. Silveira, P. R. C. (2008) Privatização dos serviços de extensão rural: uma discussão (des)necessária? *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 46, n. 4, p. 1155-1188, out./dez. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032008000400010>.
- Diesel, V.; Froehlich, J. M.; Neumann, P. S.; Silveira, P. R. C. (2007). Privatização dos Serviços de Extensão Rural: uma discussão (des) necessária? *Revista de Sociologia Rural*, UFRJ.
- Duarte, J.; Castro, A. M. G. (2004). Comunicação e tecnologia na cadeia produtiva da soja em Mato Grosso: *Embrapa Informação Tecnológica*, Brasília.
- Emater (2020). Apresentação Emater-RS/Ascar. Disponível em <http://www.emater.tche.br/site/>
Acesso em 14 de set. 2020.

- Espíndola, H. D. (2002). Nuevo enfoque de políticas públicas de juventud rural. Seminário Internacional La revalorización de los grupos prioritarios en el medio rural, *Ciudad de México*, México.
- Floriani, N. Floriani, D. (2010). Saber Ambiental Complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. *Revista Brasileira de Agroecologia*, [S.l.], v. 5, n. 1, feb. ISSN 1980-9735. Disponível em: <<http://revistas.abaagroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/9529>>. Acesso em: 10 out. 2020.
- Fonseca, M. T. L. (1985). A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital. São Paulo: *Loyola*. 192p.
- Freire, P. (1983). Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: *Paz e Terra*.
- Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. *Atlas*, São Paulo. ed 2.
- Gil, A. C. (2008). Como elaborar projetos de pesquisa. *Atlas*, São Paulo. ed 4.
- Girardi, E. Franz, J. Faccin, M. Ritterbuch, M. (2017). Plano estratégico de desenvolvimento da região do Médio Uruguai: 2015 -2030: CODEMAU, *Grafimax*, Frederico Westphalen, RS.
- Grígolo, S. C. Nunes, S. P. Gnoatto, A. A. Ramos, C. E. P. Halas, M. E. (2011). Transformações recentes da assistência técnica e extensão rural no sul do brasil – desafios à PNATER. *Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus DV Educação/Ensino e Extensão/Sociologia*.
- Kageyama, A. (2008). Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: *Ed. UFRGS*, 229 p.
- Likert, R. (1932). A technique for the measurement of attitudes. *Archives of Psychology*. n. 140, p. 44-53.
- Miot, H. A.(2011). Tamanho da amostra em estudos clínicos e experimentais. *Vasc Bras*, Vol. 10, Nº 4.
- Morin, E. (2003). Necessidade de um pensamento complexo. In: Representação e Complexidade. Org. Mendes, C. Rio de Janeiro: *Garamond*, p. 69-76
- Mussoi, E. M. (2011). Política de Extensión Rural Agroecológica en Brasil: avances y desafíos en la transición en las instituciones oficiales. Trabajo de investigación (Post Doctorado en Extensión Agroecológica) - *Universidad Internacional de Andalucía*, 403 f.
- Mussoi, E. M. (2015). Extensão Rural convencional, Pnater e... Anater: para onde caminhamos? *Revista da Feab-Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil*, em abril.

- Navarro, Z. (2010). A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: Gasques, J.; Vieira Filho, J.; Navarro, Z. (Org.). Agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 294 p.
- Nunes, S. P. Grígolo, S. C. (2013) Assistência Técnica e Extensão Rural no Sul do Brasil: Práticas, avanços e limites metodológicos. Editora UNIJUI. Ijuí.
- Nunes, S.P.; Grígolo, S.C.; Gnoatto, A.A; (2013). A reorganização dos serviços de ater no Sul do Brasil diante do desenvolvimento capitalista na agricultura. IN: Nunes, S.P.; Grígolo, S.C.; (Org) Assistência técnica e extensão rural no sul do Brasil: práticas, avanços e limites metodológicos. Ijuí : Ed. Unijuí, 200 p.
- Olinger, G. (1996). Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil. Florianópolis, SC. Editora: EPAGRI.
- Olinger, G. (2001). Métodos de extensão rural. Florianópolis: EPAGRI, 163p.
- Peixoto, M. (2008). Extensão Rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação. Consultoria Legislativa do Senado Federal, Centro de Estudos, Brasília. Recuperado em 10 de janeiro de 2020 de <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>
- Peixoto, M. (2009). A extensão privada e a privatização da extensão: a análise da indústria de defensivos agrícolas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 314 p.
- Pettan, K. B. (2005). As inter-relações pesquisa, ensino e extensão. In: Castro, C. E. F. et al. Ponte para o futuro. Campinas: CONSEPA p. 49–64.
- Ramos, L. F. (2006). Da contradição do sujeito na extensão rural. In: Tavares, J. R.; Ramos, L. (Org.). Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: IDAM, p. 117-122.
- Rivera, W. M. Qamar, M. K. (2003). Agricultural extension, rural development and the food security challenge. Rome: Sustainable Development Department of Food and Agriculture Organization of the United Nations, 90p.
- Rocha Junior, A. B., Silva, R. O., Peterle Neto, W., Rodrigues, C. T. (2020). Efeito da utilização de assistência técnica sobre a renda de produtores familiares do Brasil no ano de 2014. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 58(2), e194371. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.19437>

- Rocha Junior, A., Silva, R. O., Peterie Neto, W., & Rodrigues, C. T. (2020). Efeito da utilização de assistência técnica sobre a renda de produtores familiares do Brasil no ano de 2014. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 58(2), 1-16.
- Sachs, I. (2009). Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: *Garamond*, 96 p.
- Silva, M. C. C.; Silva, L. M. S, Herrera, J. A. (2013). Avaliação de sustentabilidade de agroecossistemas orgânicos. IN: VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre/RS, Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/15118/9811>>. Acesso em 20 abril, 2020.
- Silva, R. O. P. (2016). Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um pouco de sua história. *Análise e indicadores do agronegócio*, IEA v. 11, n. 5.
- Soares, J. S. (2007). Extensão rural e desenvolvimento sustentável. *Emater/MG*. Disponível em <http://www.paginarural.com.br> Acesso: 14 de janeiro de 2020.
- Souza Filho, H. M. et al. (2004). Agricultura familiar e tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: CONGRESSO DA SOBER, 42, Cuiabá. Anais, Cuiabá: *SOBER*. v. 1, p. 1-20.
- Swanson, B. E.; Bentz, R. P.; Sofranko, A. J. (1997). Improving Agricultural Extension: a reference manual. *Roma*: FAO.
- Tota, A. P. (2014). Como um Rockefeller sonhou em modernizar o Brasil. *Anais do XI Encontro Internacional da ANPHLAC*, Niterói. Rio de Janeiro.
- Wagner, S. A. (2011). Métodos de Comunicação e participação nas atividades de extensão rural. Porto Alegre: *Editora da UFRGS*.
- Yin, R. K. (2001). Estudo de caso: planejamento e métodos. *Bookman*. Porto Alegre. Ed 2.
- Zarnott, A. V. Dalbianco, V. P. Neumann, P. S. Fialho, M. A. V. (2017) Avanços e retrocessos na política de extensão rural brasileira: análise crítica sobre a ANATER. *Rev. Fac. Agron.* Vol 116 (Número especial): 107-119.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS

A questão central posta para este estudo foi problematizar as potencialidade e limitações da extensão rural pública e oficial do estado, na região Médio e Alto Uruguai – RS, na busca pela promoção do desenvolvimento rural sustentável. A necessidade de adotar sistemas de produção que sejam menos agressivos ao meio ambiente, através de práticas alternativas é uma realidade, nesse sentido a extensão rural oficial e pública tem um papel importante de sensibilização, e trabalho com as famílias principalmente de agricultores familiares.

É possível identificar que a agricultura familiar desempenha um papel econômico e socialmente importante na região, com a utilização de mão de obra familiar, apresentando oportunidades de sucessão familiar. As atividades características da região perpassam pela produção para subsistência, bovinocultura de leite, produção de grãos, fruticultura e mais recentemente o turismo rural vem despertando o interesse dos produtores rurais. Na busca para compreender a situação da agricultura familiar foi possível identificar que os agricultores familiares enfrentam uma luta diária para manter seus produtos no mercado, gerar renda, e se manter na atividade e no campo.

Nesse contexto, algumas dimensões assumem uma importância maior que outras, no caminho da busca pela sustentabilidade, a dimensão econômica mostrou-se a mais presente na fala dos agricultores, seguida da social e na sequência a ecológica. Essa percepção está muito relacionada com a vivência do agricultor, suas histórias e angústias, buscando primeiro garantir a renda familiar para a partir desta se preocupar com o bem estar, com a qualidade de vida e com os aspectos ambientais da propriedade.

Conclui-se em relação as políticas públicas, que a ATER pública na percepção dos agricultores e *experts* é uma das políticas públicas que deve ser fortalecida, o estudo permitiu apontar que a Emater-RS/Ascar possui uma atuação significativa nos municípios amostrados e pode ser considerada como referência, na prestação dos serviços de ATER na região estudada. Entretanto, suas ações são mais fortemente caracterizadas e reconhecidas no âmbito da Extensão Rural.

Também é possível concluir que a contraposição entre Assistência Técnica (AT) e Extensão Rural (ER) está relacionada as metodologias de trabalho e foco do desenvolvimento das ações, sendo que a AT na região estuda preocupa-se mais com a comercialização de produtos e serviços. Já a ER tem como componente de atuação a AT, porém com aspecto pedagógico reflexivo, e com as demais dimensões ambientais, culturais e políticas inclusas em sua metodologia, e vem sendo desenvolvida pela Emater-RS/Ascar na região.

Por fim, é possível considerar-se finalmente, na região estudada, que há uma segmentação e diferenciação na forma de prestação de serviços de ATER, reservando-se à iniciativa privada, a intensificação da prestação de Assistência Técnica focal e à EMATER, as ações mais intensivas de desenvolvimento da Extensão Rural em si. Considera-se importante a realização de mais estudos e pesquisas que possam fortalecer a discussão dos caminhos da extensão rural em nível nacional, estadual e regional, pois as bases para a promoção do desenvolvimento rural sustentável estão alicerçadas, principalmente, no trabalho de extensão rural, assim, o fortalecimento deste serviço é importante.

APÊNDICE A 1 – Questionário Agricultores

QUESTIONÁRIO AGRICULTORES
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
MESTRADO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA AMBIENTAL

MESTRANDA: TATIANE DOS SANTOS

ORIENTADOR: D^o VALDECIR JOSÉ ZONIN

BLOCO I

Objetivo 01: Caracterizar a situação da agricultura no contexto regional, na Região Médio e Alto Uruguai.

1. MUNICÍPIO:

Município
1. Alpestre
2. Ametista do Sul
3. Caiçara
4. Cristal do Sul
5. Dois Irmãos das Missões
6. Erval Seco
7. Frederico Westphalen
8. Gramado dos Loureiros
9. Iraí
10. Nonoai
11. Novo Tiradentes
12. Palmitinho
13. Pinhal
14. Pinheirinho do Vale
15. Planalto
16. Rio dos Índios
17. Rodeio Bonito
18. Seberi
19. Taquaruçu do Sul
20. Trindade do Sul
21. Vicente Dutra
22. Vista Alegre

1.1 Localidade: _____

1.2 Sexo:

- Feminino
- Masculino

1.3 Idade: _____

1.4 Escolaridade:

- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Ensino Técnico ou profissionalizante
- Superior incompleto
- Superior Completo
- Pós-graduação

1.5 Composição da Família: Quantas pessoas residem na propriedade?

- 01 pessoa
- Homem + Mulher
- Homem + Mulher + Filho
- Homem + Filho
- Mulher + Filho
- Homem + Mulher + Sogro (a)
- Outros: _____

1.6 A agricultura está sendo uma opção viável para você e sua família nos últimos anos:

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

1.7 Você ou sua família já foi beneficiado com algumas dessas políticas públicas?

- PRONAF e/ou outros Créditos Agrícolas

- () PROGER Rural
- () Aposentadoria
- () Bolsa Família
- () Luz para Todos
- () Bolsa Escola
- () Minha Casa Minha Vida
- () PGPM/PAF – Política de Garantia de Preços Mínimos
- () PNAE – Programa Nacional de Alimentação do Escolar
- () SEAF – Seguro da Agricultura Familiar
- () BPC – Benefício de Prestação Continuada
- () Auxílio Doença
- () Auxílio Maternidade
- () Taxa Básica Luz/ Tarifa Social da Luz
- () Feaper
- () Chamadas públicas
- () Troca troca de sementes
- () Políticas públicas municipais
- () Cursos do Sistema S (SENAR, SENAI, SEBRAE)
- () Outros

1.8 Dados da Propriedade

Própria (ha):	Arrendada (ha):	Meeiro (ha):	Posseiro (ha):	Agregado (ha):	Uso Fruto (ha)

1.9 Uso atual do solo:

Atividade	ha
Pastagem cultivada	
Cultura perene	
Mata nativa	
Cultura temporária	
Área de Preservação permanente	
Pousio	

Outros	
--------	--

1.10 As fontes de receita da sua propriedade são relativas a quais atividades produtivas:

Obs: A resposta deverá ser dada em percentuais Não devendo ultrapassar 100%

Atividades Produtivas	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100
Bovinocultura de Leite										
Bovinocultura de Corte										
Fruticultura										
Suinocultura										
Produção para subsistência e comercialização do excedente										
Avicultura										
Apicultura										
Piscicultura										
Horticultura										
Agroindústria										
Turismo Rural										
Produção de grãos										
Trabalho Assalariado Fora da Propriedade										
Extrativismo										
Outras: cite:										

1.11 Em relação à Produção para autoconsumo quais dos produtos citados abaixo você cultiva:

- Arroz
- Batata doce
- Cana-de-açúcar
- Frutas
- Erva-mate
- Feijão
- Hortaliças
- Mandioca

- Plantas Medicinais
- Milho
- Amendoim
- Alho, cebola
- Tomate
- Nenhum

1.12 Você comercializa o excedente da Produção?

- Não
- Sim, Indique:
 - Arroz
 - Batata doce
 - Cana-de-açúcar
 - Frutas
 - Erva-mate
 - Feijão
 - Hortaliças
 - Mandioca
 - Plantas Medicinais
 - Milho
 - Amendoim
 - Alho, cebola
 - Tomate

1.13 Identifique quais dos produtos processados são elaborados em sua propriedade:

- Açúcar Mascavo
- Artesanato
- Cachaça
- Conservas
- Doces
- Embutidos
- Geleias
- Melado
- Pães/bolos/biscoitos

- Queijo
- Rapadura
- Outros

1.14 Você consegue vislumbrar Sucessão familiar em sua propriedade:

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

BLOCO II

Objetivo 02: Compreender a percepção dos agricultores familiares e experts, sobre a importância da ATER e do DRS.

2.1 Na sua percepção, a Extensão rural é uma ferramenta para o desenvolvimento Rural Sustentável:

- muito importante
- importante
- nem muito nem pouco
- pouco importante
- nada importante

2.2 Ao Longo de sua trajetória na propriedade, você considera a Assistência Técnica e Extensão Rural desenvolvida por Instituições oficiais do estado como:

- muito importante
- importante
- nem muito nem pouco
- pouco importante
- nada importante

2.3 Na sua opinião ATERS- Assistência Técnica Extensão Rural e Social é realizada por qual Instituição, assinale a mais expressiva:

- Associações
- Ongs
- Cooperativas
- Emater-RS/Ascar
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- Sindicato Rural
- Sistema S (Senar, Sebrae e Senai)
- Empresas Privadas de comercialização de produtos
- Desconheço esse termo

2.4 Você realiza alguma prática de conservação do solo:

- Rotação de culturas
- Cobertura e adubação verde
- Terraceamento
- Plantio em curvas de nível
- Nenhuma
- Outras _____

2.5 As mudanças na percepção ambiental oportunizaram o desenvolvimento de novas posturas frente a utilização dos recursos naturais, passando a respeitar mais o meio ambiente, procurar alternativas de produção mais agroecológicas:

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

2.6 Como você realiza a adubação em sua propriedade:

- Desejos de animais
- Compostagem doméstica
- Adubação química
- Adubação verde

- Nenhuma
- Outras _____

2.7 Você utiliza agrotóxicos em sua propriedade:

- Sim
- Não

2.8 Segundo a normativa n° 05 e n° 06/2019 da Secretaria da Agricultura Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR) estabelece que “A aplicação de agrotóxicos hormonais somente poderá ser realizada por aplicador devidamente cadastrado no Cadastro Estadual de Aplicadores de Agrotóxicos”:

Você tem conhecimento a respeito desta normativa:

- Sim
- Não

2.9 Você utiliza EPI- Equipamento de Proteção Individual para aplicar agrotóxicos:

- Sim
- Não, Porque _____

A Cada quanto tempo, os equipamentos de proteção individual são trocados por EPI's novos?

- umas duas vezes por ano
- uma vez a cada ano
- uma vez a cada dois anos
- uma vez a cada 03 anos
- Os EPI's duram mais que 03 anos

2.10 Em relação às embalagens de agrotóxicos, o que você faz:

- Reutiliza a embalagem na propriedade
- Descarta na coleta seletiva municipal
- Queima
- Deixa na Lavoura
- Joga no rio
- Logística reversa, devolve onde comprou
- Outra _____

2.11 Você busca utilizar práticas de produção menos agressivas ao meio ambiente:

- Sim
- Não

2.12 Assinale as práticas descritas abaixo que você conhece e utiliza:

- Conservação do solo
- Rotação de cultura
- Sistema de Agroflorestas
- Agroecologia
- Produção Orgânica
- Adubação orgânica
- Homeopatia
- Fitoterapia
- Nenhuma
- Outras _____

2.13 Quem lhe orientou a utilizar tais práticas alternativas

- Ongs
- Cooperativas
- Emater-RS/Ascar
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- Sindicato Rural
- Sistema S (Senar, Sebrae e Senai)
- Empresas Privadas de comercialização de produtos
- Nenhuma
- Outras _____

2.14 Você acredita que o manejo dos sistemas produtivos é fundamental para os processos agroecológicos e sustentáveis:

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo

Concordo totalmente

2.15 É possível praticar uma agricultura sustentável, com manejo adequado dos solos, livres de poluentes, agrotóxicos, resíduos domésticos e agroquímicos?

Discordo totalmente

Discordo

Não concordo nem discordo

Concordo

Concordo totalmente

BLOCO III

Objetivo 03: Descrever as principais diferenças entre ATER - oficial e ATER - privada.

3.1 Você consegue perceber a diferença entre Assistência Técnica e a Extensão Rural:

Muita diferença

Existe diferença

Mais ou menos

pouca diferença

Nenhuma diferença

3.2 Existe diferenças entre a ATER prestada de forma oficial (ex: Emater) da rede privada exercida por empresas particulares (cerealistas, escritórios particulares, etc).

Muita diferença

Existe diferença

pouca diferença

nada de diferença

Não sei

3.3 Preencha o quadro a seguir: sobre as diferenças entre ATER oficial e privada

	ATER OFICIAL	ATER PRIVADA
Maior preocupação com venda de insumos, sementes, etc		

Indica, de modo geral maior quantidade de agrotóxicos por ha		
Indica, de modo geral maior quantidade de NPK, por ha		
Preocupa-se mais com a qualidade de vida da família		
Preocupa-se mais com as condições sociais da família		
Preocupa-se mais com as condições de saúde da família		
Preocupa-se mais com as condições sanitárias da família		
Preocupa-se mais com as questões ambientais da propriedade		
Apresenta pacotes fechados de compra de produtos (contratos) e venda casada de insumos produtivos;		

3.4 A Assistência Técnica e Extensão rural oficial através de suas metodologias de trabalho busca auxiliar na Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável:

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

3.5 A Assistência Técnica privada (particular) tem abrangência suficiente para desenvolver extensão rural:

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

3.6 Você já participou de alguma(s) destas atividades desenvolvidas pela EMATER?

Massivos

- Campanha
- Dia de campo
- Diagnóstico Rural Participativo

- Mutirões
- Palestra
- Seminário/Encontro

Grupal

- Capacitações
- Demonstração de método
- Excursões
- Reunião

Individual

- Consulta Técnica
- Unidade de Referência
- Visita

3.7 Dos Temas/Atividades trabalhados pela EMATER-RS/ASCAR quais você já foi assessorado?

- Acesso a Políticas Públicas
- Agricultura de Base ecológica
- Assessoramento a Gestão Rural
- Educação e Promoção da saúde
- Educação Ambiental
- Saneamento Básico
- Produção para auto consumo
- Distribuição de sementes e mudas
- Nenhum

3.8 Após a criação da Política Nacional de Ater (PNATER) em 2010 Analise:

Sobre a atuação da EMATER-RS/ASCAR:

- Melhorou bastante nos últimos 10 anos
- Melhorou um pouco nos últimos 10 anos
- Se manteve igual nos últimos 10 anos
- Piorou um pouco nos últimos 10 anos
- Piorou muito nos últimos 10 anos

3.9 Na sua percepção o trabalho de extensão rural oportuniza:

Obs: Definindo Grau de importância, sendo 1 menos importante e 10 mais importante

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Acesso a Políticas Públicas										
Gestão das Propriedades										
Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável										
Apoio a Comercialização										
Qualificação das atividades produtivas										
Desenvolvimento Social										
Qualidade de vida										
Melhoria da Renda										
Sucessão Rural										

BLOCO IV

Objetivo 04: Descrever os avanços e retrocessos socioeconômicos que impactaram na consolidação da ATER na Região, e suas contribuições para o DRS

4.1 Na sua visão, as grandes mudanças tecnológicas que ocorreram na agricultura tiveram a participação ativa da ATERS?

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

4.2 As mudanças nas formas de subsistência para produtos de grandes escalas comercial, pode ser considerado:

- Muito Positiva
- Positiva

- nem positiva nem negativa
- Negativa
- Muito Negativa

4.3 A EMATER/ASCAR-RS é promotora de organização, formação e valorização dos conhecimentos práticos na região e trabalha de maneira interdisciplinar.

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

4.4 Todas as empresas de Assistência Técnica são promotoras de organização, formação e valorização dos conhecimentos práticos na região e trabalham de maneira interdisciplinar.

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

4.5 É possível identificar ações de todas as organizações particulares e públicas ligadas ao meio rural, que contribuam para uma agricultura mais sustentável e com menor utilização de agrotóxicos:

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

4.6 O enfoque participativo, que implica entender o agricultor no centro do processo de discussão, vem sendo trabalhado pela extensão rural na região Médio Alto Uruguai:

- Discordo totalmente

- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

4.7 Você acredita que o agricultor é convidado para pensar e ajudar planejar as ações de ATER na região.

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

4.8 A EMATER/ASCAR-RS e suas ações de Aters são responsáveis por uma agricultura mais limpa e agroecológica na região?

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

4.9 A EMATER tem realizado mais ações de EXTENSÃO RURAL, enquanto a ASSISTÊNCIA TÉCNICA tem sido mais realizada por empresas privadas e cooperativas de produção.

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

QUESTIONÁRIO *EXPERTS*
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
MESTRADO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA AMBIENTAL

MESTRANDA: TATIANE DOS SANTOS

ORIENTADOR: D^o VALDECIR JOSÉ ZONIN

BLOCO I

Objetivo 01: Caracterizar a situação da agricultura no contexto regional, na Região Médio e Alto Uruguai.

2. MUNICÍPIO:

Município
23. Alpestre
24. Ametista do Sul
25. Caiçara
26. Cristal do Sul
27. Dois Irmãos das Missões
28. Erval Seco
29. Frederico Westphalen
30. Gramado dos Loureiros
31. Iraí
32. Nonoai
33. Novo Tiradentes
34. Palmitinho
35. Pinhal
36. Pinheirinho do Vale
37. Planalto
38. Rio dos Índios
39. Rodeio Bonito

40. Seberi
41. Taquaruçu do Sul
42. Trindade do Sul
43. Vicente Dutra
44. Vista Alegre

1.2 Qual instituição você representa:

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- Emater/Ascar-RS
- Secretaria Municipal de Agricultura
- Outro Segmento: _____

1.3 Sexo:

- Feminino
- Masculino

1.4 Escolaridade:

- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Ensino Técnico ou profissionalizante
- Superior incompleto
- Superior Completo
- Pós-graduação

1.5 Na Sua percepção a agricultura está sendo uma opção viável para os agricultores familiares nos últimos anos:

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

Explique: -----

Suinocultura										
Produção para subsistência e comercialização do excedente										
Avicultura										
Apicultura										
Piscicultura										
Horticultura										
Agroindústria										
Turismo Rural										
Produção de grãos										
Trabalho Assalariado Fora da Propriedade										
Extrativismo										
Outras: cite:										

1.8 Sobre sucessão familiar nas propriedades você acredita que a maioria das famílias está se preparando para a sucessão:

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

BLOCO II

Objetivo 02: Compreender a percepção dos agricultores familiares e experts, sobre a importância da ATER e do DRS.

2.1 Na sua percepção, a Extensão rural é uma ferramenta para o desenvolvimento Rural Sustentável:

- muito importante
- importante
- nem muito nem pouco
- pouco importante

nada importante

2.2 Você considera a Assistência Técnica e Extensão Rural desenvolvida por Instituições oficiais do estado como:

muito importante

importante

nem muito nem pouco

pouco importante

nada importante

Porque -----

2.3 Na sua opinião ATERS- Assistência Técnica Extensão Rural e Social é realizada por qual Instituição, assinale a mais expressiva:

Associações

Ongs

Cooperativas

Emater-RS/Ascar

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Sindicato Rural

Sistema S (Senar, Sebrae e Senai)

Empresas Privadas de comercialização de produtos

Desconheço esse termo

2.4 As mudanças na percepção ambiental oportunizaram o desenvolvimento de novas posturas frente a utilização dos recursos naturais, passando a respeitar mais o meio ambiente, procurar alternativas de produção mais agroecológicas:

Discordo totalmente

Discordo

Não concordo nem discordo

Concordo

Concordo totalmente

2.5 Segundo a normativa nº 05 e nº 06/2019 da Secretaria da Agricultura Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR) estabelece que “A aplicação de agrotóxicos hormonais

somente poderá ser realizada por aplicador devidamente cadastrado no Cadastro Estadual de Aplicadores de Agrotóxicos”:

Você tem conhecimento a respeito desta normativa:

- Sim
- Não

2.6 Você estimula os agricultores a utilizar EPI- Equipamento de Proteção Individual para aplicar agrotóxicos:

- Sim
- Não, Porque _____

A Cada quanto tempo, os equipamentos de proteção individual são trocados por EPI's novos?

- umas duas vezes por ano
- uma vez a cada ano
- uma vez a cada dois anos
- uma vez a cada 03 anos
- Os EPI's duram mais que 03 anos

2.7 Em relação às embalagens de agrotóxicos, o que você orienta:

- Reutiliza a embalagem na propriedade
- Descarta na coleta seletiva municipal
- Queima
- Deixa na Lavoura
- Joga no rio
- Logística reversa, devolve onde comprou
- Outra _____

2.8 Das praticas descritas a baixo quais são mais utilizadas pelos agricultores:

Obs: selecione no máximo 3 práticas

- Conservação do solo
- Rotação de cultura
- Sistema de Agroflorestas
- Agroecologia
- Produção Orgânica

- Adubação orgânica
- Homeopatia
- Fitoterapia
- Nenhuma
- Outras _____

2.9 Você acredita que o manejo dos sistemas produtivos é fundamental para os processos agroecológicos e sustentáveis:

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

2.10 É possível praticar uma agricultura sustentável, com manejo adequado dos solos, livres de poluentes, agrotóxicos, resíduos domésticos e agroquímicos?

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

BLOCO III

Objetivo 03: Descrever as principais diferenças entre ATER - oficial e ATER - privada.

3.1 Você consegue perceber a diferença entre Assistência Técnica e a Extensão Rural:

- Muita diferença
- Existe diferença
- Mais ou menos
- pouca diferença
- Nenhuma diferença

3.2 Existe diferenças entre a ATER prestada de forma oficial (ex: Emater) da rede privada exercida por empresas particulares (cerealistas, escritórios particulares, etc).

- Muita diferença
- Existe diferença
- pouca diferença
- nada de diferença
- Não sei

3.3 Preencha o quadro a seguir: sobre as diferenças entre ATER oficial e privada

	ATER OFICIAL	ATER PRIVADA
Maior preocupação com venda de insumos, sementes, etc		
Indica, de modo geral maior quantidade de agrotóxicos por ha		
Indica, de modo geral maior quantidade de NPK, por ha		
Preocupa-se mais com a qualidade de vida da família		
Preocupa-se mais com as condições sociais da família		
Preocupa-se mais com as condições de saúde da família		
Preocupa-se mais com as condições sanitárias da família		
Preocupa-se mais com as questões ambientais da propriedade		
Apresenta pacotes fechados de compra de produtos (contratos) e venda casada de insumos produtivos;		

3.4 A Assistência Técnica e Extensão rural oficial através de suas metodologias de trabalho busca auxiliar na Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável:

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

BLOCO IV

Objetivo 04: Descrever os avanços e retrocessos socioeconômicos que impactaram na consolidação da ATER na Região, e suas contribuições para o DRS

4.1 Na sua visão, as grandes mudanças tecnológicas que ocorreram na agricultura tiveram a participação ativa da ATERS?

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

Explique -----

4.2 As mudanças nas formas de subsistência para produtos de grandes escalas comercial, pode ser considerado:

- Muito Positiva
- Positiva
- nem positiva nem negativa
- Negativa
- Muito Negativa

4.3 A EMATER/ASCAR-RS é promotora de organização, formação e valorização dos conhecimentos práticos na região e trabalha de maneira interdisciplinar.

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

4.4 Todas as empresas de Assistência Técnica são promotoras de organização, formação e valorização dos conhecimentos práticos na região e trabalham de maneira interdisciplinar.

- Discordo totalmente
- Discordo

Não concordo nem discordo

Concordo

Concordo totalmente

Explique -----

4.5 É possível identificar ações de todas as organizações particulares e públicas ligadas ao meio rural, que contribuam para uma agricultura mais sustentável e com menor utilização de agrotóxicos:

Discordo totalmente

Discordo

Não concordo nem discordo

Concordo

Concordo totalmente

Explique -----

4.6 O enfoque participativo, que implica entender o agricultor no centro do processo de discussão, vem sendo trabalhado pela extensão rural na região Médio Alto Uruguai:

Sim

Não

4.7 Você acredita que o agricultor é convidado para pensar e ajudar planejar as ações de ATER na região.

Discordo totalmente

Discordo

Não concordo nem discordo

Concordo

Concordo totalmente

4.8 A EMATER/ASCAR-RS e suas ações de Aters são responsáveis por uma agricultura mais limpa e agroecológica na região?

Discordo totalmente

Discordo

Não concordo nem discordo

Concordo

Concordo totalmente

4.9 A EMATER tem realizado mais ações de EXTENSÃO RURAL, enquanto a ASSISTÊNCIA TÉCNICA tem sido mais realizada por empresas privadas e cooperativas de produção.

Discordo totalmente

Discordo

Não concordo nem discordo

Concordo

Concordo totalmente

Explique -----

1. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título do Estudo: CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO NO COREDE MÉDIO ALTO URUGUAI, RS.

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Contribuições da Extensão Rural para o Desenvolvimento Rural Sustentável: Um estudo de caso no Corede Médio Alto Uruguai, RS”

Desenvolvida por Tatiane dos Santos, discente do Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Erechim-RS, sob orientação do Professor Drº Valdecir José Zonin.

O objetivo central do estudo é: Analisar e descrever as principais potencialidades e limitações da Extensão Rural Oficial na Região Médio e Alto Uruguai, no que tange à promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável.

O convite a sua participação se deve ao fato da presente pesquisa estar sendo realizada com agricultores familiares que residam nos municípios que fazem parte do Corede Médio Alto Uruguai, sua participação é fundamental para a compreensão das potencialidades e limitações da extensão rural na região. Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista à pesquisadora. A entrevista consiste em perguntas simples que serão utilizadas para embasar a pesquisa.

O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente 15 minutos

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, físico ou digital, por um período de cinco anos.

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de colaborar para o levantamento de dados e informações a cerca da importância da extensão rural para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, que poderá servir de base para a formulação de novas políticas públicas que possam vir a beneficiar os município da região. A participação na pesquisa poderá causar riscos como insegurança ao responder alguma questão, em caso de algum tipo de insegurança você poderá encerrar a participação sem

nenhum tipo de dano a você.

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação!

Local e Data

Tatiane dos Santos

Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato profissional com o(a) pesquisador(a) responsável:

Tel: (55 – 99937-6726)

e-mail: tatianeds2@hotmail.com

Endereço para correspondência:

Ametista do Sul, Avenida Brasil nº1721, Centro, CEP: 98465000, Rio Grande do Sul-Brasil.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS

Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745

E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2710&Itemid=1101&site=proppg

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil)

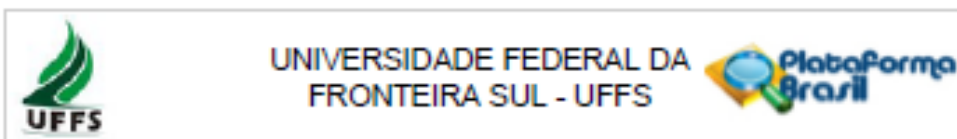
Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante: _____

Assinatura: _____

Agradecemos a participação!

ANEXO A – Comprovante de envio do projeto



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO NO COREDE MÉDIO ALTO URUGUAI, RS

Pesquisador: TATIANE DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 31522620.1.0000.5564

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.103.757

Apresentação do Projeto:

TRANSCRIÇÃO – RESUMO

A Extensão Rural no Brasil contribuiu para o processo de "modernização" da agricultura, difundindo tecnologias a base de pacotes que vislumbravam a produção em detrimento da sustentabilidade. Com a implantação da Política Nacional de Ater a missão das instituições públicas de extensão rural se voltaram a busca pela promoção do desenvolvimento rural sustentável buscando através da agroecologia a sustentabilidade dos estabelecimentos agropecuários. Nesse sentido a presente pesquisa busca identificar as contribuições e limites da Extensão Rural para o Desenvolvimento Rural Sustentável no Corede Médio e Alto Uruguai, que compreende 22 municípios no norte do estado do Rio Grande do Sul, através da realização de entrevistas diretamente com os agricultores familiares (10 agricultores por município, e 3 representantes ligados a extensão rural por município). Buscando compreender a importância da Extensão Rural na Região Médio Alto Uruguai, a partir da percepção dos agricultores familiares e de experts, e sua relação com a promoção do desenvolvimento rural sustentável, e apontar avanços e retrocessos para a consolidação da ATER na Região, e suas contribuições para o Desenvolvimento regional.

COMENTÁRIOS: Adequado.

Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco de Biblioteca - sala 310, 3º andar
Bairro: Área Rural CEP: 89.815-800
UF: SC Município: CHAPECO
Telefone: (49)3049-3745 E-mail: cep.uffa@uffa.edu.br